



# **Relatório de Estágio Curricular na Instância Central Criminal do Porto**

MARIA MIGUEL COSTA REBELO

Relatório de estágio

com vista à obtenção do grau de mestre em Direito

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora Auxiliar da Faculdade de  
Direito da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da  
Universidade de Lisboa

Junho de 2018

Maria Miguel Costa Rebelo

**Relatório de Estágio Curricular**  
**na**  
**Instância Central Criminal do Porto**

Relatório de estágio apresentado à  
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa  
com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientação da FDUNL: Prof<sup>a</sup> Doutora Teresa Quintela de Brito

Supervisora de Estágio: Juíza Ana Paula Oliveira

Junho de 2018

### Declaração de compromisso Anti-Plágio

Declaro por minha honra, que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética disciplinar.

Lisboa, 15 de Junho de 2018

## Agradecimentos

*Em primeiro lugar não poderia deixar de dirigir o meu maior agradecimento aos meus pais e ao meu irmão por todo o apoio e incentivo que me deram durante todo o meu percurso académico.*

*Ao André por estar ao meu lado em todos os momentos e pela confiança incondicional que me transmite.*

*À Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Quintela de Brito por me ter concedido o enorme privilégio de ser minha orientadora e por toda a disponibilidade e sabedoria que me transmitiu ao longo deste Relatório.*

*Um enorme agradecimento à Senhora Juíza Ana Paula Oliveira por me ter dado esta excelente oportunidade e por ter sido mais do que uma supervisora, por ter sido uma amiga.*

*Ao Senhor Juíz Paulo Duarte por todo o conhecimento transmitido e por toda a disponibilidade demonstrada.*

*Ao Senhor Juíz João Grilo por me mostrar que a humanidade tem lugar na justiça.*

*Por fim, um grande agradecimento a todos os juízes, procuradores, funcionários e agentes policiais do Tribunal Central Criminal do Porto.*

*“Vós que viveis e sempre atribuíis tudo o que ocorre na terra  
aos movimentos celestes como se tal movimento imprimisse  
em todas as coisas uma necessidade,*

*Se assim fosse, em vós seria destruído  
o livre-arbítrio, e não seria justo que o homem tivesse  
por bem a alegria e por mal a dor”.*

Dante Alighieri,  
in Divina Comédia

## Modo de Citar

A redação do texto é feita em língua portuguesa, tendo-se optado por utilizar o novo acordo ortográfico. Desta decisão deriva um uso fiel e coerente da língua portuguesa, sem variações ao longo da exposição do relatório.

As citações do presente trabalho referem-se a obras, a jurisprudência ou a informações disponíveis on-line. As páginas de referência são, sempre que possível, assinaladas ao longo do texto.

Na bibliografia final cada obra é devidamente referida de acordo com os elementos que a integram: o nome do autor, seguido do título, editor e ano. Os documentos de web-site estão também, sempre que possível, devidamente identificados.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Ac. – Acórdão

Art. – Artigo

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGAJ – Direção-Geral da Administração da Justiça

DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal

EM – Estado Membro

FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

MDE – Mandado de Detenção Europeu

MP – Ministério Público

Nº/Nºs – Número/Números

Pág./Págs. – Página/Páginas

Proc. – Processo

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRP – Tribunal da Relação do Porto

UE – União Europeia

*Este artigo ocupa um total de 199 967 caracteres.*

**Palavras-chave:** Crime de escravidão; dignidade da pessoa humana; trabalho forçado; aplicação da lei penal no espaço; responsabilidade criminal dos utilizadores de serviços por via de escravidão; tráfico de pessoas; burla relativa a trabalho; concurso de crimes.

**Resumo:** Este relatório tem em vista a análise de um grande caso de escravidão que surgiu na Instância Central Criminal do Porto. Neste caso os agentes de nacionalidade portuguesa, na sua maioria homens de etnia cigana, aliciavam os ofendidos (na sua maioria homens de nacionalidade portuguesa com algum tipo de vulnerabilidade interna, designadamente problemas do foro psicológico, dependências de álcool ou estupefacientes, graves problemas económicos, etc.) com promessas de trabalho que sabiam de antemão que não iriam cumprir.

A partir do momento da aceitação por parte dos ofendidos de tal proposta, os mesmos eram encaminhados pelos agentes diretamente para Espanha (ou fazendo uma paragem de alguns dias na região do Norte de Portugal, perto da fronteira), na maioria das vezes sem avisar nenhum familiar ou amigo. Já em Espanha, as vítimas passavam a ser tratadas como se de objetos se tratassem, sendo desposadas de qualquer dignidade. Efetivamente, as mesmas eram sujeitas a trabalho forçado durante várias horas por dia, desde o nascer-do-sol ao pôr-do-sol, 7 dias por semana sem qualquer descanso. Durante todo este período de tempo os ofendidos eram severamente controlados pelos agentes destes crimes, sendo agredidos ou ameaçados de morte se parassem de trabalhar ou se tentassem a fuga. Enquanto isso, as vítimas eram mantidas em condições bastante precárias quer de alimentação quer de higiene, muito, à maneira como eram tratados os animais.

Assim, ao me deparar com este caso, foram vários os problemas que surgiram. Num primeiro momento, resolvi fazer um breve enquadramento do crime aqui tratado – o crime de escravidão. De seguida coloquei a dúvida acerca de qual a jurisdição competente para julgar este caso, na medida em que o crime ocorreu tanto em Portugal como em Espanha, tendo a sua iniciação e planeamento ocorrido em Portugal e tendo o seu resultado demonstrado os seus efeitos em Espanha, pelo que se suscitou logo a questão da aplicação da lei penal no espaço. Também a responsabilidade criminal dos empregadores espanhóis merece ser devidamente explorada, já que, se não existirem pessoas que usufruam destes serviços, os crimes de escravidão e de tráfico de pessoas certamente reduzirão. Por fim, pareceu-me de elevada importância tratar da delimitação entre o crime de escravidão e os crimes afins, bem como a questão do concurso de crimes (principalmente entre o crime de tráfico de pessoas e de burla relativa a trabalho), questão que se me afigurou bastante complexa.



**Keywords:** Crime of slavery; dignity of human person; forced labour; application of criminal law in space; criminal liability of users of services through slavery; trafficking of persons; work-related scam; concurrent offences.

**Abstract:** This report is intended to analyze a big case of slavery that arose in the Central Criminal Instance of Porto. In this case, agents of Portuguese nationality, mostly gypsy men, appealed to the offended (mostly men of Portuguese nationality with some kind of internal vulnerability, such as psychological problems, alcohol dependencies or other narcotics, high economic problems, etc) with promises of work that they knew beforehand that they wouldn't keep.

From the moment the offended members accepted such a proposal, they were sent by the agents directly to Spain (or stopping for a few days in the northern region of Portugal, near the border), most of the time without warning any family or friends. Already in Spain, the victims were treated as if they were objects, being espoused of any dignity. Effectively they were subjected to forced labor for several hours a day, from sunrise to sunset, seven days a week without any rest. Through this period the offended were severely controlled by the perpetrators of these crimes, being beaten or threatened with death if they stopped working or attempted to escape. Meanwhile, the victims were kept in rather precarious conditions of food and hygiene, much like the way animals were treated.

So, when I came across this case, there were several problems that arose. At first, I decided to make a brief outline of the crime dealt with here – the crime of slavery. I then questioned which jurisdiction was competent to judge this case, inasmuch as the crime occurred both in Portugal and in Spain, and its initiation and planning took place in Portugal and its results have shown their effects in Spain, so that the question of the application of the criminal law in space was immediately raised. Also, the criminal responsibility of Spanish employers deserves to be properly exploited, since if there are no people who enjoy these services, slavery and trafficking crimes will certainly reduce. Finally, it seemed to me of great importance to deal with the delimitation between the crime of slavery and other similar crimes as well as the question of the commission of crimes (especially in relation to the crime of trafficking in persons and work-related scam), which it seems to me quite complex.

## Introdução

A realização deste relatório de estágio surgiu na sequência da opção de frequentar a disciplina optativa de Crimes em Especial, no âmbito do Mestrado em Direito Forense e Arbitragem, lecionada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Quintela de Brito. Assim, foi o interesse suscitado por esta disciplina aliado a uma grande vontade de conhecer e perceber a prática judiciária, bem como o intento de colocar em prática os conhecimentos previamente adquiridos, que me guiaram nesta opção pelo relatório de estágio em detrimento da clássica tese.

Após isto, e tendo em conta os estágios curriculares realizados no ano anterior e o facto de a minha residência ser bastante próxima do Porto, entrei em contacto com a Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Mariana França Gouveia (coordenadora do Mestrado) com vista à elaboração de um protocolo de estágio com a DIAP do Porto ou de Vila Nova de Gaia. Porém os nossos esforços viram-se frustrados por uma manifesta falta de magistrados do MP nestas entidades. Assim, nesta sequência a referida Coordenadora do Mestrado foi bem-sucedida na elaboração do protocolo com a DGAJ, protocolo esse que nos permitia trabalhar lado a lado com juízes de diversos tribunais. Posto isto, apenas faltava entrar em contacto com o Senhor Juiz Presidente da Comarca do Porto com o objetivo de se encontrar um juiz disposto a orientar este estágio, surgindo aqui a Senhora Juíza Ana Paula Oliveira.

Este estágio acabou por se revelar de grande interesse e determinante para uma boa compreensão da prática judiciária. Por um lado, permitiu-me estar em contacto com vários tipos de crimes, o que acabou por me fornecer um leque muito mais alargado de conhecimento, quer a nível do direito substantivo, quer a nível do direito processual. Por outro lado, esteve também presente uma forte componente de análise de processos, acompanhada da assistência aos respetivos julgamentos, o que me fez desenvolver um forte sentido crítico e uma grande capacidade de análise.

Com o decorrer do estágio foram passando por mim vários processos, uns já findos, outros ainda em fase de julgamento, mas, apesar de a maioria ser bastante intrigante houve um que me chamou especialmente a atenção. Tratava-se de um processo de escravidão cujos factos ocorreram durante dez anos (de 2002 a 2012), tendo mesmo sido considerado o maior processo de escravidão moderna em Portugal. Ao me deparar com este processo decidi proceder a uma pequena investigação e acabei por concluir que, infelizmente, este tipo de processos está a ser cada vez mais recorrente não só na Europa, mas mais particularmente em Portugal. Daí a enorme relevância em estudar e compreender estes fenómenos criminais.

## **Do estágio**

A Comarca do Porto abrange uma área de 1.001 km<sup>2</sup> e tem uma população residente de 1.366.025 habitantes, sendo composta por 99 Juízes de Instância Central, 4 Juízes Militares e 64 Juízes de Instância Local. Esta comarca integra os seguintes municípios: Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

No que concerne ao município do Porto, este Tribunal Judicial é composto por (artigo 93º do DL nº 49/2014, de 27 de Março):

- 1) Juízo Central Cível do Porto;
- 2) Juízo Central Criminal do Porto;
- 3) Juízo de Execução do Porto;
- 4) Juízo de Família e Menores do Porto;
- 5) Juízo de Instrução Criminal do Porto;
- 6) Juízo do Trabalho do Porto;
- 7) Juízo Local Cível do Porto;
- 8) Juízo Local Criminal do Porto;
- 9) Juízo Local de Pequena Criminalidade do Porto;
- 10) Unidade Central do Porto.

O meu estágio curricular foi realizado na Instância Central Criminal do Porto e teve a duração de 4 meses, tendo decorrido desde 12 de Outubro de 2017 a 12 de Fevereiro de 2018.

Durante o referido período, sob a alçada da Senhora Juíza Ana Paula Oliveira, tive a oportunidade de estudar vários processos, tanto aqueles já findos (transitados em julgado ou recorridos para o Tribunal da Relação do Porto) como aqueles ainda por concluir, os quais acompanhei paralelamente com os correspondentes julgamentos, o que me permitiu uma perceção mais realista e abrangente de todo o procedimento judicial bem como da realidade fática que envolve cada caso. A par disto pude ainda observar a elaboração, por parte da Senhora Juíza Ana Paula Oliveira, de vários despachos necessários ao prosseguimento das ações em causa bem como a feitura de alguns Acórdãos, tendo a referida Senhora Juíza demonstrado e explicado cada passo.

Sendo esta uma instância do Tribunal Judicial da Comarca do Porto tive a vantagem de trabalhar de perto com os mais variados tipos de processo, desde os mais simples até aos

processos de natureza mais complexa, que podem englobar vários arguidos ou que desencadeiam questões de especial interesse e complexidade.

Neste âmbito, durante o estágio curricular tive contacto com diversos processos, exemplificando: tráfico de estupefacientes (DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro); violência doméstica (artigo 152.º do CP); violação (artigo 164.º do CP); burla informática e nas comunicações (artigo 221.º do CP), abuso de cartão de garantia ou de crédito (artigo 225.º do CP) e violação de segredo de correspondência (artigo 384.º do CP); abuso sexual de menores (artigo 171.º do CP); introdução em lugar vedado ao público (artigo 191.º do CP); corrupção passiva para ato ilícito (artigo 373.º do CP); ofensa à integridade física (artigo 143.º do CP); homicídio (artigo 131.º do CP) e homicídio qualificado (artigo 132.º do CP).

Parece, pois, imprescindível relatar alguns dos casos com que me cruzei dada a sua especial relevância:

- 1) Violência Doméstica (Proc. n.º 242/16.7PIPRT) – Este caso suscitou especial interesse na medida em que surgiu a questão de perceber se o “progenitor”, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do CP, se refere a progenitor no sentido biológico ou simplesmente no sentido registral. Isto porque, neste caso, o “pai” da criança (que, tal como o seu “pai”, sofria de maus tratos físicos e psíquicos por parte da mãe) seria apenas pai registral, não sendo pai biológico, na medida em que o mesmo seria homossexual, não tendo por isso tido um relacionamento sexual com a mãe da criança. Porém, e por motivos económicos, registou-se como pai da mesma a fim de cuidar das suas necessidades e da sua educação. Surge então a questão de saber se as agressões perpetradas pela mãe da criança contra o seu “pai registral” caem ou não naquela alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do CP, e portanto, saber se estamos aqui perante um crime de violência doméstica ou simplesmente perante crimes de injúria, ameaças e possivelmente de *stalking*. Os juízes que julgaram este caso foram da opinião que não estamos aqui perante um crime de violência doméstica, uma vez que, de facto, o referido progenitor não era o pai biológico da criança. Porém, sou da opinião do Excelentíssimo Procurador do caso que recorreu para o Tribunal da Relação, alegando que aquele seria pai da criança aos olhos da lei, tendo suscitado uma interessantíssima questão: em casos de adoção de crianças em que os pais não mantenham entre si qualquer relação matrimonial ou a ela análoga, existindo agressões de um “progenitor” (registral) contra o outro, nunca poderemos estar perante casos de violência doméstica?

- 2) Violação e ofensa à integridade física qualificada (Proc. nº 2085/14.3JAPRT) – Este processo deixou-me especialmente perplexa sobretudo pela opinião de uma Senhora Desembargadora do Tribunal da Relação do Porto. Neste caso um casal de namorados encontrava-se a ter relações sexuais no Jardim das Virtudes no Porto quando o arguido os interceitou, agredindo ferozmente o rapaz e obrigando a rapariga a praticar sexo oral com ele. Posto todos estes factos serem dados como provados pelos Juízes da Instância Central Criminal do Porto, os mesmos condenaram o arguido na pena de 4 anos de prisão efetiva. O arguido acabou por recorrer deste Acórdão alegando que a referida pena deveria ser suspensa. Apesar de o Tribunal da Relação do Porto não ter dado provimento ao recurso, uma das Senhoras Desembargadoras proferiu voto de vencida alegando, que a pena deveria ser suspensa devido à “especial situação” em que os ofendidos se encontravam. É aqui importante frisar que o comportamento dos arguidos nunca pode ser justificador da agressão física e sexual que ambos sofreram, nem tão pouco usado como motivo justificador da aplicação de uma suspensão de execução da pena de prisão, principalmente dada a especial gravidade da atuação do arguido, bem como os factos descritos no seu relatório social, que revelam uma especial perigosidade. Assim, devemos seguir a jurisprudência que tem sido avançada pelo STJ, de acordo com o qual, a suspensão da pena de prisão *“foi arquitetada para situações criminosas menos graves (censuradas com prisão até três anos) e quando seja de perspectivar, através de uma prognose favorável, assente em factores conhecidos (personalidade do agente, condições da sua vida, conduta anterior e posterior ao crime, circunstâncias deste), que é possível, mantendo o agente no seio da vida comunitária, recompor o tecido social afectado pelo seu comportamento (protecção de bens jurídicos) e recuperar o infractor (reintegração do agente na sociedade) – artigo 40.º, n.º 1, do Código Penal”*<sup>1</sup>.
- 3) Roubos e furtos (Proc. nº 540/15.7SMPRT) – Este caso é especialmente complexo devido à pluralidade de arguidos e à pluralidade de crimes por eles praticados. Os aludidos arguidos dedicaram-se à prática de diversos ilícitos de furto e de roubo, tendo vindo a aumentar o nível de violência nas suas atuações. Tendo em conta que entre os agentes destes tipos de crime o meio mais frequentemente utilizado para estabelecer contacto é o telemóvel, impôs-se, no caso em concreto, recorrer a meios que permitam a interceção e gravação das

---

<sup>1</sup> Ac. STJ, de 14-11-2001, Proc. nº 3097/2001 (Relator: Conselheiro Mário Torres). Hoje é possível a suspensão da execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 5 anos.

comunicações telefónicas. Assim, ao estudar este processo dei-me conta da utilidade que as escutas telefónicas podem ter nestes casos (especialmente nos furtos em que não existem testemunhas), bem como as respetivas localizações geográficas. Este foi um dos processos em que somente as escutas (com as respetivas localizações geográficas) foram suficientes para condenar os arguidos<sup>2</sup>. Porém, com o constante avanço das novas tecnologias, irão surgir cada vez mais dificuldades com este tipo de equipamento, dado o surgimento de aplicações, como, por exemplo, o “WhatsApp” ou o “Messenger”, que permitem realizar conversações em segurança que não podem ser decodificadas. Assim, a resolução do processo com base somente em escutas telefónicas terá de ser alterada e moldada aos avanços da tecnologia pelos órgãos de investigação criminal.

- 4) Abuso sexual de menores (Proc. nº 3049/15.5T9GDM) – Quanto à factualidade deste processo: por ambos os pais da ofendida serem toxicodependentes (tendo sido abandonada pela mãe), esta passou a residir com a sua tia e com a sua prima, e ao fim de semana com o namorado da sua tia – o arguido neste caso. O arguido vem então acusado de ter por diversas vezes (entre 5 a 10 vezes) colocado os dedos na vagina da menor, ter forçado a menor pelo menos 3 vezes a praticar sexo oral, e ter forçado a praticar sexo anal uma vez. Dado o teor do processo, foi aqui utilizado o instituto das declarações para memória futura. As declarações para memória futura são uma exceção ao princípio da imediação, consistindo em diligências de prova efetuadas na fase de inquérito pelo juiz de instrução. Neste processo as mesmas foram fundamentais para a condenação do arguido, já que a ofendida não compareceu em julgamento aquando da sua convocação, tendo os juízes valorado somente as suas declarações gravadas mediante este expediente, ao abrigo do artigo 127º do CPP. Esta foi, pois, uma excelente oportunidade para perceber o funcionamento das declarações para memória futura, bem como a sua utilidade neste tipo de processo.

---

<sup>2</sup> Ac. STJ de 2-04-2008, Proc. nº 08P578 (Relator: ) – “O art. 8º da CEDH permite a ingerência de uma autoridade pública, com finalidade preventiva ou repressiva, na área dos direitos fundamentais, desde que devidamente respeitadas duas condições essenciais: a legalidade, e a sua necessidade face a interesses particularmente protegidos. Assim, se forem observadas as regras de produção de prova legalmente consignadas, nada impede que as intercepções telefónicas constituam o único meio de prova a fundamentar a convicção do tribunal”.

## **CAPÍTULO I – Enquadramento do Crime de Escravidão**

O tratamento do tipo de crime de escravidão, previsto no art. 159º do CP, advém de um caso concreto que tive a oportunidade de consultar e estudar em sede de Estágio Curricular na Instância Central Criminal do Porto. Assim, o presente Relatório de Estágio tem como base o Acórdão proveniente do processo comum nº 2731/04.7JAPRT (Relatora: Ana Paula Oliveira).

Do Acórdão:

*“Dadas as dificuldades económicas e sociais que afetavam Portugal, nomeadamente a verificação de elevado número de desempregados, muitos portugueses passaram a emigrar para Espanha em busca de melhores condições de vida.*

*Assim, muitas pessoas, provenientes de Portugal, eram aliciadas para trabalharem em Espanha, mediante a oferta de trabalho agrícola, remunerado e em condições vantajosas, através de contratos pessoais que eram efetuados por determinadas pessoas.*

*Essas pessoas tratavam da documentação necessária e do transporte dos emigrantes até às localidades onde iriam prestar o seu trabalho, quase sempre agrícola.*

*Essas pessoas, através de formas de intimidação e violência física aterrorizam os trabalhadores visando obterem, à sua custa e contra a sua vontade, lucros, patrimoniais e económicos, que sabem não lhes serem devidos.*

*Tais pessoas recorrem ainda à intimidação, privação de liberdade e violência física, contra quem criar ou pretenda criar obstáculos à prossecução dos seus objetivos ou contra quem denunciar a situação, designadamente informando as entidades policiais das suas atividades.*

*Com essas ações de intimidação e violência física, tais pessoas pretendiam, ainda, ter o exclusivo controlo e domínio dos trabalhadores que prestavam trabalho laboral em Espanha.*

*As pessoas controlavam e exploravam todos os trabalhadores que angariavam, desde o percurso, à chegada e durante a permanência nos seus locais de trabalho, procuravam, ainda, detetar e explorar os trabalhadores que não conseguiam escapar ao controlo do mesmos”.*

Os ofendidos encontravam-se também “coartados na sua liberdade de movimentos porque não se podem mover em espaços por si escolhidos, sempre vigiados pelos arguidos, que lhes geram um regime de intimidação, lhes subtraem os seus documentos pessoais e se apropriam de toda e qualquer remuneração, salário ou importância em dinheiro que venham a receber”. Para além disso, os ofendidos eram mantidos em condições precárias de higiene e de alimentação.

## 1. Enquadramento histórico

Foi abundante o tratamento jurídico da escravidão no âmbito do Código Penal de 1852, bem como no Código Penal de 1886. Nestes códigos, a escravatura era interpretada em sede do artigo 328º que punia o cativo, mas apenas o cativo de homem livre, prevendo que “*todos os que sujeitarem a cativo algum homem livre, serão condenados a prisão...*”<sup>3</sup>. A Comissão de Revisão do Código Penal de 1982, após ter dado conta da raridade e inexistência do crime aqui previsto, ponderou a questão da manutenção ou eliminação deste tipo legal – já que o direito penal não se deve limitar a uma finalidade puramente simbólica. Porém, a Revisão de 1995 do Código Penal de 1982 manteve este crime, tendo ao mesmo tempo diminuído a sua pena mínima de 8 para 5 anos de prisão<sup>4</sup>. Em 1924, Luís Osório, relativamente ao crime de escravidão, opinava que “*no nosso meio não se compreende a realização do presente crime*”, pretendendo sublinhar que não era concebível, no início do século XX, como não o é hoje, em pleno século XXI, a humanidade ter de se preocupar, de forma veemente e permanente, com a questão da escravatura (e o tráfico de seres humanos)<sup>5</sup>.

Atualmente, dispõe o artigo 159º (sob a epígrafe “Escravidão”)<sup>6</sup>: “*Quem: a) Reduzir outra pessoa ao estado ou à condição de escravo; ou b) Alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na situação prevista na alínea anterior; é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos*”<sup>7</sup>. Este texto foi introduzido pelo DL n.º 48/95, de 15 de Março, reproduzindo, com diminutas alterações da medida da pena, o artigo 161º do Código Penal de 1982. Esta previsão consiste na obediência do Direito Penal Português ao Direito Internacional, designadamente à Convenção de Genebra sobre a escravatura, assinada em 25/09/1926 (esta convenção foi aprovada por decreto-lei n.º 14046, de 21 de Junho de 1927, confirmado e ratificado por Carta do Presidente da República datada de 26/08/27)<sup>8</sup>. Trata-se igualmente de uma imposição Constitucional decorrente dos artigos 8º e 29º, n.º2, da CRP.

<sup>3</sup> Ac. STJ de 6-11-2014, Proc. n.º 161/05.2JAGR.D.C2.S1 (Relator: Rodrigues da Costa).

<sup>4</sup> Ac. STJ de 6-11-2014, Proc. n.º 161/05.2JAGR.D.C2.S1 (Relator: Rodrigues da Costa), ponto 9.5 – “O Prof. Eduardo Correia justificou o tipo penal com base em duas ideias: a primeira é que, “*de acordo com as nossas concepções ético-sociais, em que a liberdade das pessoas surge como valor fundamental, a escravatura deve não só ser punida como deve ser punida duramente*”; e a segunda, dirigida à justificação das expressões “*escravatura, condição análoga à da escravatura ou estado semelhante*”, é que “*o facto de no n.º1 se utilizarem as expressões ‘condição análoga’ e ‘estado semelhante’ não deve ser considerado como repetição inútil. Há a intenção de alargar o âmbito típico deste artigo. ‘Estado’ é uma situação mais permanente que ‘condição’*””.

<sup>5</sup> FÁRIA COSTA, “A globalização e o tráfico de seres humanos – o pêndulo trágico da história e o direito penal”, in RLJ, Ano 136º, N.º 3944, Maio-Junho 2007, pág. 258 e seguintes.

<sup>6</sup> A fonte desta disposição é o § 104º (Sklavenhandel) do StGB Austríaco.

<sup>7</sup> Atualmente, o crime de escravidão encontra-se previsto no Código Penal, no Livro II, Título I, no seu Capítulo IV, com a epígrafe “Dos crimes contra a liberdade das pessoas”.

<sup>8</sup> Ac. do TRP de 30-01-2013, Proc. n.º 1231/09.3JAPRT.P1 (Relator: José Piedade).



A Convenção de Genebra traduziu uma grande vitória do movimento abolicionista desencadeado no século XVIII, incrementado no século XIX, tendo finalmente conseguido os seus objetivos em 1926. No entanto, as circunstâncias que deram origem ao movimento abolicionista são bem diferentes da escravatura moderna<sup>9</sup>, o que não significa que sejam menos gravosas ou condenáveis. Isto se tivermos em conta que milhões de pessoas vivem sujeitas a um ambiente de escravatura, sendo vendidas como simples objetos, sem direito a qualquer uma ou, sequer, a uma reduzida remuneração, vivendo em situações precárias, sob as ordens e controlo de indivíduos sem escrúpulos, muitas vezes inseridos no crime organizado<sup>10</sup>. Temos, assim, de densificar o conceito de escravidão perante as circunstâncias sociais, históricas e políticas contemporâneas, e de acordo com as conceções ético-filosóficas dominantes. Em suma, como expõe o Acórdão da Relação do Porto de 27 de Novembro de 2013, Processo nº 322/04.1TAMLG.P1 (Relator: Augusto Lourenço): “*Embora julgando-se erradicado durante muito tempo, das chamadas sociedades “modernas e civilizadas”, assentes no Estado Social de garantia de plenos direitos a todos os cidadãos sem exceção, a verdade é que a realidade tem vindo a demonstrar um crescente aumento de uma nova modalidade de escravatura e de tráfico de pessoas com chocantes violações dos mais elementares direitos humanos, situada sobretudo a dois níveis: por um lado, a exploração laboral de mão-de-obra agrícola e industrial, em que as vítimas trabalham sem salários, sem liberdade e em regime de detenção ou cárcere privado, muitas vezes passando fome e outras privações, como foi o caso dos autos; por outro, temos a exploração e tráfico de pessoas que visam essencialmente a indústria do sexo (incluindo crianças) e mais recentemente a compra e venda de pessoas jovens, para extração de órgãos, o que não pode deixar de merecer viva repulsa e obrigar os responsáveis políticos a legislar com vista a punir fortemente tais condutas*”. Assim, é certo que a escravatura, englobada num fenómeno generalizado, está em larga medida erradicada, porém, é também certo que este tipo de crime, ainda que procurando formas mais subtis e disfarçadas, continua a ser praticado em certos Estados, e, mesmo nos ditos civilizados, poderá suceder, ainda que esporadicamente<sup>11</sup>.

Nos tempos que correm, o problema da escravidão é cada vez mais iminente<sup>12</sup>, na verdade, segundo um estudo<sup>13</sup> realizado pela consultora Verisk Maplecroft<sup>14</sup>, os riscos de

<sup>9</sup> Ac. do TRP de 9-12-2015, Proc. nº 9238/13.0TDORT.P1 (Relator: Borges Martins), ponto 2. da Fundamentação – “Entre os escravos que trabalhavam nas minas e nos latifúndios do sul de Itália de Roma antiga e a deportação sistemática dos negros da África para a América, dos sécs. XVII e XVIII, parece haver uma linha de continuidade na dureza e precariedade da condição humana envolvida”.

<sup>10</sup> Ac. do TRP de 30-01-2013, Proc. nº 1231/09.3JAPRT.P1 (Relator: José Piedade).

<sup>11</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Tomo I, 1ª Edição, 1999, pág. 669 e seguintes.

<sup>12</sup> ANEXO I e II.

<sup>13</sup> Este estudo avaliou 198 países, com base na força das suas leis, a eficácia das suas aplicações e a gravidade das violações.

<sup>14</sup> Verisk Maplecroft integrates global risk analytics, expert insight and user-centric platforms to help organisations build resilience and unlock competitive and reputational advantage.

escravidão moderna aumentaram quase em três quartos, nos 28 Estados-Membros da EU no último ano. De acordo com a segunda edição do Índice de Escravidão Moderna (MSI), os cinco países da EU em que este risco mais se verificou são a Roménia, a Grécia, a Itália, Bulgária e Chipre – que constituem pontos de entrada para os emigrantes. Segundo o estudo, Portugal é um dos países onde o risco do aumento de escravidão moderna é uma realidade, assim como no Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Suécia e Polónia.

## 2. Traços caracterizadores do Crime de Escravidão

A escravatura é definida na Convenção de Genebra sobre Escravatura 1926, no seu artigo 1º, parágrafo 1º, como “*o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou quaisquer atributos do direito de propriedade*”, sendo, portanto, escravo<sup>15</sup> toda e qualquer pessoa que tenha tal estado ou condição (art. 7º, al. a), da Convenção Suplementar relativa à abolição da escravatura, do tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas à escravatura, assinada em Genebra, em 7 de Setembro de 1956). O nosso CP integra esta noção e acolhe expressamente a dicotomia estado ou condição, considerando que esta não se trata de uma repetição inútil já que estado é uma situação mais permanente que condição.

Diversos textos de Direito Internacional vêm também enquadrar esta noção, nomeadamente: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que consagra no seu artigo 4º/“1 – *Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos*”; a Convenção Europeia dos Direitos do Homem prevê no seu artigo 4º/“1 – *Ninguém pode ser mantido em escravatura ou servidão. 2 – Ninguém pode ser constrangido a realizar um trabalho forçado ou obrigatório*”; e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, dispõe no seu artigo 8º/“1 – *Ninguém será submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, sob todas as suas formas, são interditos. 2 – Ninguém será mantido em servidão. 3 a) – Ninguém será constrangido a realizar trabalho forçado ou obrigatório*”.

---

<sup>15</sup> HENRIQUE NEVES, “Escravidão e tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral”, in *Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses*, n.º 5, Ensaios e Estudos, Maio de 2008, pág.127 – considera-se escravo, nos dias de hoje, uma pessoa que seja “*forçada a trabalhar (mediante recurso a ameaça e/ou agressão, física e/ou psicológica); controlada por um empregador (através de ameaça e/ou agressão, física e/ou psicológica); desumanizada, porquanto tratada como “res”/mercadoria; fisicamente constrangida ou sujeita a restrições que afectam, incontornavelmente, o respectivo “ius ambulandi” – limitada na liberdade de ir e vir; que recebe comida básica e um “abrigo” (alojada em condições indignas) como formas únicas de pagamento do seu trabalho, prestado durante longas horas, sete dias por semana*”.

2.1. Bem jurídico

O bem jurídico protegido no tipo de crime de escravidão é, desde logo, pela sua inserção sistemática, a liberdade pessoal<sup>16</sup>. Mas, como refere TAIPA DE CARVALHO, reconduzir este bem jurídico tutelado apenas à liberdade, significaria esvaziar de conteúdo prático este tipo de crime, atribuindo-lhe funções meramente simbólicas, na medida em que as diversas manifestações da liberdade humana já estão tuteladas pelos diversos tipos de crime contra as liberdades<sup>17</sup>.

Assim, nas palavras do douto Autor: *“a redução da pessoa humana à condição de objecto, de coisa (escravidão) é muito mais grave do que um atentado à liberdade física de movimento em que se consubstanciam o sequestro e o rapto, pois que implica e significa a negação não apenas desta espécie de liberdade ou das outras manifestações de liberdade (de decisão, de acção sexual, religiosa, etc.) mas a negação da raiz de todas as expressões da personalidade humana, que é a dignidade humana”*<sup>18</sup>.

O bem jurídico protegido pela incriminação é, assim, a dignidade ou personalidade da pessoa humana individual.

A dignidade da pessoa humana *“ergue-se como uma linha decisiva de fronteira (valor limite) contra (...) experiências históricas de aniquilação existencial do ser humano e negadoras da dignidade da pessoa humana (escravatura, genocídios étnicos...).* A dignidade da pessoa humana pressupõe ainda relações de reconhecimento intersubjetivo, pois a dignidade da pessoa humana deve ser compreendida e respeitada em termos de reciprocidade de uns com os outros (...)”<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> Relativamente a este crime, a violação da liberdade individual revela-se na imposição de uma relação de dependência entre as vítimas e o agente do crime, seja por imposição psicológica, agressões físicas, seja pela retenção de documentos ou de outros meios aptos a provocar receio aos sujeitos passivos do crime – não é uma simples detenção em cativeiro (para estas situações existem outras normas que protegem esses valores da liberdade, como o crime de sequestro ou de rapto), mas toda e qualquer situação em que se estabeleça a submissão da vítima à posse e determinação de outrem.

<sup>17</sup> Para PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE (*Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Coimbra Editora, 2008), os bens jurídicos protegidos pela incriminação são a integridade física, a liberdade pessoal (no mais amplo sentido da palavra, incluindo a liberdade de decisão, acção e locomoção), a liberdade e autodeterminação sexual, a honra, a reserva da vida privada e o direito à propriedade e ao património de outra pessoa. O referido autor fundamenta este seu entendimento no facto de se tratar de um crime complexo, uma vez que implica a extinção dos bens jurídicos inerentes à vida de uma pessoa, e, por ser um crime de dano, pressupõe a efetiva lesão do bem jurídico.

<sup>18</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense (...)*, p. 422.

<sup>19</sup> GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, artigos 1º a 107º, volume I, 2007, pág. 195 e seguintes.

## 2.2. Tipo Objetivo

O tipo objetivo da escravidão consiste na redução de outra pessoa ao estado ou condição de escravo, isto é, reduzi-la a uma coisa, trata-la como sua propriedade, colocando-a num estado de sujeição total, consiste, pois, em uma pessoa ser tratada não propriamente como uma pessoa, mas como uma coisa de que o agente dispõe. É isto o que se encontra plasmado na alínea a) do artigo 159º do CP.

Elemento essencial da caracterização de uma conduta como escravidão é que uma pessoa seja tratada como uma coisa de que o agente dispõe como sua propriedade. Não é, assim, suficiente que uma pessoa seja instrumentalizada como forma de alcançar determinada finalidade, como a exploração económica ou sexual, para haver escravidão. A redução da vítima à categoria de objeto, sobre a qual o agente exerce um poder fático de disposição, é exigível para estarmos perante o tipo de crime de escravidão<sup>20</sup>. Esta redução enunciada no artigo 159º do CP pode ser executada por qualquer meio. Ela não implica necessariamente a existência de um cativeiro da vítima, no entanto, a sua existência consubstancia-se num forte indício da vivência de uma situação de escravidão<sup>21</sup>. Os meios mais frequentes nas sociedades modernas de reduzir uma pessoa a escravo são o tráfico de seres humanos, a escravidão sexual, a escravidão laboral e a extração de órgãos. Em jeito de suma, o Acórdão do Tribunal Relação do Porto de 27 de Novembro de 2013, processo nº 322/04.1TAMLG.P1 (Relator: Augusto Lourenço), considera serem traços característicos da escravidão: *“o trabalho forçado ou obrigatório, mediante a prática ou ameaça de qualquer tipo de castigo, ainda que ab initio o trabalho resulte de burla relativa a promessa de trabalho e emprego; o exercício de um direito de propriedade sobre a pessoa escravizada por parte de outrem, recorrendo a castigos ou a ameaças da sua prática; a desumanização; e a limitação da liberdade de movimentos”*.

A Convenção Suplementar de Genebra de 1956 indicou, a título exemplificativo, diversas condutas que determinou como “condições análogas” à de escravidão. Estas condutas traduzem-se em comportamentos que têm o elemento típico da escravidão, isto é, a redução de uma pessoa à categoria de mero objeto, coisa ou mercadoria. Estas atuações subsumem-se à descrição constante da alínea b) do artigo 159º do CP. A alínea b) do referido diploma legal trata dos atos de transmissão ou de aquisição de propriedade ou plena disposição sobre uma pessoa, que já está no estado ou condição de escravo. Esta alínea consiste em alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter

---

<sup>20</sup> Ac. STJ de 6-11-2014, Proc. nº 161/05.2JAGR.D.C2.S1 (Relator: Rodrigues da Costa).

<sup>21</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3ª edição, Universidade Católica, 2015, pág. 490.

no estado ou condição de escravo. São exemplos destas condutas: a servidão por dívidas; a servidão da gleba<sup>22</sup> a alienação ou aquisição, a qualquer título, do direito de disposição total sobre mulher ou menor<sup>23</sup>.

É sujeito passivo do crime de escravidão qualquer pessoa, seja homem ou mulher, adulto ou criança, imputável ou inimputável. Porém há que distinguir quando o sujeito passivo é imputável e quando é inimputável. Quando é imputável, parte da lógica que à redução ao estado de escravidão estará associada, no geral, a prática de coações (físicas ou psíquicas) ou o aproveitamento de uma carência económica. Não existe, aqui, porém, nenhuma exigência típica quanto aos meios utilizados para exercer essa coação, sendo apenas necessária a verificação do tipo objetivo do crime de escravidão, ou seja, que a pessoa seja faticamente tratada como coisa, como um ser destituído de dignidade humana. Por outro lado, relativamente a inimputáveis profundos, como os presentes no acórdão em análise, não é necessária a verificação de coação para que esteja em causa o tipo objetivo de ilícito de escravidão. Objetivamente, nas palavras de TAIPA DE CARVALHO, *“existirá escravidão relativamente àquele inimputável que, por hábito mecanicamente adquirido, passa parte da sua existência humana em condições semelhantes às dos animais: dorme num anexo; come aquilo que lhe deitam no recipiente que lhe é destinado; não beneficia de quaisquer humanas condições higiénicas; não é destinatário de quaisquer preocupações humanas com a saúde; enfim, não é objectivamente tratado como alguém que tem direitos (a que correspondem deveres dos outros), mas apenas como objecto de deveres semelhantes aos que o dono tem para com os seus animais”*<sup>24</sup>. Ora, no caso concreto, os ofendidos eram sujeitos a todas estas condições<sup>25</sup>.

Quanto ao grau de lesão do bem jurídico, o crime de escravidão é qualificado como um crime de dano, ou seja, pressupõe a efetiva lesão do bem jurídico. Por outro lado, o crime de escravidão pode também ser classificado, quanto ao objeto da ação, como um crime

<sup>22</sup> A servidão da gleba consubstancia-se na condição da pessoa que é obrigada por lei, pelo costume ou por contrato a viver e trabalhar numa terra pertencente a outrem e a prestar-lhes, mediante remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem çiberdade para mudar de condição.

<sup>23</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense* (...), p. 424.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 424.

<sup>25</sup> Ac. n° 2731/04.7JAPRT – *“com baixos índices de escolaridade e de pouca qualificação profissional, provenientes de bairros/zonas de fraca condição social e económica, de famílias desestruturadas, detentores de uma capacidade diminuída, designadamente, com deficiência de foro psíquico ou físico, de viciados no álcool e nas drogas”*.

*“(...) tendo ficado instalados num acampamento, nas imediações de “Lorca”, acampamento este que estava situado numa mata a cerca de 20 km de distância da fábrica, tendo, para o efeito, sido obrigados a construir uma barraca, apenas utilizando paus e plásticos, sem quaisquer condições de salubridade e higiene, onde passaram a residir”*.

*“A alimentação não satisfazia as necessidades básicas e consistia nos restos de comida que era destinada à alimentação dos animais. Outras vezes nem a alimentação diária lhe era servida”*.

*“Nunca lhe foi permitida a saída da residência, bem como aos restantes trabalhadores, sendo que as necessidades fisiológicas eram realizadas na mata envolvente e tomavam banho apenas uma vez por semana, molhando-se com a água de um bidão”*.

material ou de resultado, isto é, um crime que pressupõe um efeito sobre aquilo que incidiu a ação que se distingue espaço-temporalmente da própria ação<sup>26</sup>.

### 2.3. Tipo Subjetivo

Estamos sempre perante um ilícito doloso. Existe, porém, uma divergência na doutrina quanto às variantes do dolo. Assim, para PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, o tipo subjetivo admite qualquer forma de dolo (direto, necessário ou eventual), exceto nos casos de alienação ou cedência da pessoa, em que é imprescindível a intenção do agente. O autor abre aqui esta exceção por considerar que o agente ao alienar ou ceder uma pessoa tem de ter a intenção de a manter na condição de escravo, isto é, tem de agir com tal propósito, não sendo suficiente a mera conformação da realização do facto como consequência possível ou, até, necessária (mas não desejada) da sua conduta. Para tal, o autor dá como exemplo a alienação de um bebé a terceiro para que ele o trate como seu filho, o cuide e o eduque, o que não constitui crime de escravidão, mas sim o crime previsto no n.º 5 do artigo 160.º do CP.

Já para TAIPA DE CARVALHO revela-se necessário distinguir entre as condutas da alínea a) e da alínea b). Em relação à alínea a), que retrata uma conduta duradoura, exige-se o dolo direto ou necessário, não sendo suficiente o dolo eventual, não basta, portanto, que o agente pense que a forma como trata outra pessoa possa ser vista objetivamente como uma destruição total da dignidade e personalidade jurídica da vítima, impõe-se que o agente represente e queira reduzir uma pessoa à mera condição de coisa sujeita ao seu poder fático de disposição<sup>27</sup>; no caso da verificação da hipótese normativa prevista na alínea b), é necessário o dolo (em qualquer das suas variantes) quanto à objetiva situação de escravidão, nos termos da regra geral prevista nos arts. 13.º e 14.º do CP. Também no que se refere à possibilidade de o adquirente manter a pessoa na situação de escravo, TAIPA DE CARVALHO refere que deverá bastar a conformação, por parte do alienante, com a eventualidade de a pessoa continuar nessa condição ou estado de escravidão após a transmissão de domínio, é, pois, suficiente o dolo eventual<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Universidade Católica Editora, 2008, pág. 429.

<sup>27</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense* (...), p. 424.

<sup>28</sup> Ac. do TRP de 30-01-2013, Proc. n.º 1231/09.3JAPRT.P1 (Relator: José Piedade) – Enquadramento Jurídico-Penal.

Tendo como base as considerações acima enunciadas, e seguindo o pensamento de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, parece-me por demais óbvio que, no que se refere à situação de reduzir uma pessoa ao estado ou à condição de escravo (alínea *a*) do artigo 159º do CP), estará aqui em causa qualquer forma de dolo. Efetivamente, ao analisar a posição defendida por TAIPA DE CARVALHO, constato que não faz sentido que um agente que atue com dolo eventual não seja abrangido pela disposição em causa. O referido autor exige, pois, que o agente represente e queira reduzir outra pessoa à categoria de mero objeto. Porém, um agente que atue com dolo eventual também quer reduzir essa pessoa à condição de objeto, na forma de conformação com esse resultado previsto como possível.

Já quanto à situação de alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na situação de escravo, é, do meu ponto de vista, também aplicável o pensamento enunciado por PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, ou seja, toda a al. *b*) do art. 159º do CP exige a realização da conduta típica com dolo direto. Assim, o agente deve querer diretamente alienar, ceder, adquirir ou apossar-se de pessoa com o desejo (móbil último) de a manter no estado ou condição de escrava.

#### 2.4. Causas de justificação e causas de exclusão da culpa

Tratando-se de um crime especialmente hediondo, e tendo em conta que a dignidade e a personalidade individual são o fundamento de todos os bens jurídicos, existe uma consequente e absoluta impossibilidade de justificação de uma situação ou ato de escravidão. Além disso, a redução de uma pessoa à condição de simples coisa nunca contribuiria para conservar qualquer bem jurídico.

Do mesmo modo, são também em princípio impensáveis quaisquer hipóteses de exculpação. Urge, no entanto, distinguir duas hipóteses: os casos em que a escravidão de facto praticamente não existe, nos quais é óbvia a inexistência de qualquer falta de consciência da ilicitude não censurável; contrariamente, nos casos de escravidão local onde esta é uma prática institucional costumeira, não é impensável uma possível falta de consciência de ilicitude não censurável<sup>29</sup>. Porém, a não censurabilidade do erro sobre a ilicitude implica um juízo ético de valor sobre as motivações (não egoístas) do agente e/ou sobre a sua relevância dentro do quadro ético-afetivo do concreto agente. Logo, não basta nunca o carácter costumeiro de uma qualquer prática de escravidão para que o erro seja não censurável.

---

<sup>29</sup> TAIPA DE CARVALHO, in *Comentário Conimbricense (...)*, pág. 425 e 426.

A este respeito, importa observar a teoria da culpa elaborada por FERNANDA PALMA, entre uma ética de valores caracterizados como bens universais e uma ética particular, cultural, adequada à prossecução de uma vida boa. De acordo com esta autora, a ética das emoções cria hipóteses de desculpa, entre outros, nos casos em que o agente não teve capacidade de atingir as valorações mais abstratas, universais, do Direito, devido a um quadro ético-afetivo bastante forte que ele não teve condições de modificar. Isto é o que ocorre, por exemplo, com pessoas provenientes de culturas bastante diversas da cultura cívica que serve de base ao sistema jurídico em questão, que agem em erro sobre a ilicitude porque “*não estão preparadas para entender e para se motivar por tais valores, não podendo eles interferir na sua decisão*”<sup>30</sup>. Não se pode, pois, ignorar a influência das regras costumeiras e dos imperativos tradicionais na formação da identidade dessas pessoas, dependendo a punibilidade dos autores da questão de saber se esse erro corre ou não por sua conta, isto é, se lhes era exigível ou não que representassem a ilicitude do facto. O grau de exigência da representação normativa necessário para a atribuição da culpa jurídico-penal está intimamente ligado com a tolerância que o Direito consente numa sociedade multicultural às representações éticas particulares. Assim, quanto maior for o grau de integração do agente, designadamente quanto mais longo e intenso for o contacto com os valores que caracterizam e identificam a tal cultura cívica, mais facilmente se estabelecerá a correspondência entre as valorações do agente e as valorações daquela cultura cívica plasmadas na ordem jurídica<sup>31</sup>.

Outra questão relevante é a de saber se a falta de consciência da ilicitude é ou não censurável. Deverá, pois, ser declarada a censurabilidade da falta de consciência da ilicitude de toda a vez que, tendo em conta fatores como o tempo de estadia no país de destino e o grau de integração dos agentes, se considerar que os autores podiam aceder ao problema da ilicitude penal através de um esforço de reflexão ou de compreensão exigível no caso concreto a uma pessoa do seu tipo social<sup>32</sup>. É necessário, portanto, averiguar se os agentes dispuseram de uma “justa oportunidade para desenvolver as emoções adequadas a uma motivação pela norma”<sup>33</sup>, ou uma compreensão da norma.

---

<sup>30</sup> MARIA FERNANDA PALMA, *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*, Almedina, 2005, pág. 208.

<sup>31</sup> AUGUSTO SILVA DIAS, “Faz sentido punir o ritual do fanado? Reflexão sobre a punibilidade da excisão clitoridiana”, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, pág. 29 e seguintes – <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Dias-Augusto-Silva-Faz-sentido-punir-o-ritual-do-fanado-Reflexoes-sobre-a-punibilidade-da-excisao-clitoridiana.pdf>

<sup>32</sup> SILVA DIAS, “Faz sentido punir o ritual do fanado? (...)”, pág. 36 e 37.

<sup>33</sup> MARIA FERNANDA PALMA, *O Princípio da Desculpa* (...), pág. 208.



### 3. Escravidão Laboral

A escravidão laboral (a par da escravidão sexual) é um dos meios de reduzir uma pessoa à condição ou estado de escravo mais frequente nas sociedades modernas. Nas palavras de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE<sup>34</sup>, a escravidão laboral existe quando se verifiquem dois requisitos cumulativos: a vítima não ter poder de decisão acerca do número de horas de trabalho que tem de prestar<sup>35</sup>, e a vítima não dispor de qualquer parte da retribuição pelos serviços prestados<sup>36</sup>. Ora, no acórdão em análise, como se pode observar pelos exemplos inseridos nas notas de rodapé, estes requisitos encontram-se ambos verificados, pelo que podemos concluir estar perante um caso de escravidão laboral. Assim, a escravidão laboral pressupõe que a vítima seja sujeita a uma situação de servidão, sendo objeto de uma relação de total domínio e controlo por parte do agente, vivenciando um constante “regime de medo”<sup>37</sup>, não tendo poder de decisão sobre a duração e o modo da prestação de trabalho e não aferindo qualquer remuneração. O trabalho efetuado nesta situação de servidão tem de ser considerado trabalho efetuado em condições análogas às de escravo, já que a vítima fica sujeita a um intenso controlo por parte do agente e é destituída de toda a sua dignidade<sup>38</sup>. Assim, servem como identificadores da situação de escravidão laboral: a retenção dos documentos do trabalhador, a retenção de salários, a imposição de produção de trabalho durante longos períodos temporais, controlo permanente e contínuo, confinamento a espaços, proibição de contactos e movimentos, isolamento social, desconhecimento da língua, sujeição a maus-tratos, coação e ameaça.

A escravidão laboral consiste, pois, numa das muitas formas de exploração laboral, sendo caracterizada como a sua forma mais gravosa. Porém, apesar de muitas vezes a “exploração laboral” não ser efetivamente denominada escravidão, poderá consubstanciar-se em condições em tudo análogas, quando a vítima é recrutada e forçada a trabalhar sem

---

<sup>34</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal* (...), 2008, pág. 429.

<sup>35</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT – “Durante esse período de tempo, (...), trabalhava, em média, entre 12 a 13 horas diárias e só saía do interior do referido barraco onde estava alojado, para prestar trabalho, pois estava proibido pelo arguido (...) de sair do mesmo, que trancava o barraco à noite”.

<sup>36</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT – “Nos oito anos que o (...) trabalhou para o arguido (...), este sempre se aproveitou dos trabalhadores que o próprio arguido angariava em Portugal, sendo que, durante o período acima referido, o arguido (...) apenas deu ao ofendido dinheiro para o tabaco, café e pouco mais, nunca tendo auferido qualquer remuneração pelo trabalho que prestou em tal lapso de tempo”.

<sup>37</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT – “Após a chegada, o arguido (...) disse a todos os trabalhadores que ali se encontravam que não se poderiam retirar da residência, afirmando que “vocês só saem daqui quando pesarem quatrocentos e cinquenta quilos”. Assim, com tal aviso, o arguido (...) criou um clima de medo e de receio, que veio a ser acrescido por ameaças constantes que eram proferidas pelos restantes arguidos que ali se encontravam”.

<sup>38</sup> Ac. do TRP de 30-01-2013, Proc. n.º 1231/09.3JAPRT.P1 (Relator: José Piedade).

receber qualquer retribuição, encontrando-se sob o pleno domínio do agente<sup>39</sup>. Neste sentido, VAZ PATTO salienta que “*será atingida a dignidade da pessoa humana quando esta é reduzida a objecto, instrumento ou mercadoria ao serviço de fins que lhe são alheios. Nesse sentido, é traficada ou explorada. O ápice dessa coisificação da pessoa é atingido na escravatura. Há situações que dela se podem aproximar*”<sup>40</sup>. A exploração laboral, bem como a exploração sexual pressupõem, pois, um estado de sujeição da vítima ao agente explorador, podendo estas situações dividir-se em dois grupos distintos de condutas. Num primeiro grupo, estarão em causa aquelas situações em que a vítima será submetida, por meio de violência, ameaça, abuso da sua dependência económica ou aproveitamento da sua incapacidade psíquica ou diminuição da capacidade psíquica, a atividades afins ao trabalho (“trabalho forçado”). Um outro grupo de situações englobará os casos em que, embora o agente não utilize os meios acima expostos, a vítima será sujeita à exploração laboral por via da sua especial vulnerabilidade. Esta especial vulnerabilidade pode advir, do meio socio-económico-cultural em que a vítima se insere, podendo resultar do medo de ser expulsa dada a sua situação de imigrante ilegal, da situação de isolamento social devido ao desconhecimento da língua, situação de pobreza, etc. Estamos aqui a falar de situações em que a vítima não é coagida de nenhuma maneira à situação de exploração laboral mas é condicionada à sua permanência. Como exemplos de condições de trabalho manifestamente injustas, VAZ PATTO<sup>41</sup> refere: a retenção de salários ou a recusa do pagamento destes sem justa causa, a grande desproporção entre o montante do salário e o número de horas de trabalho, e o trabalho sem um mínimo de condições de higiene e/ou segurança<sup>42</sup>.

É, pois, possível concluir que o conceito de “exploração laboral” é um conceito bastante amplo, que abrange outros conceitos como o de “trabalho forçado”, “servidão” e “escravidão”. Relativamente à distinção destas três categorias, enquanto a escravidão e a servidão são estados contínuos, embora não necessariamente permanentes, o trabalho forçado pode surgir incidentalmente ou ter carácter temporário<sup>43</sup>. Para além disso, segundo GOMIEN<sup>44</sup>, por oposição ao trabalho forçado, a escravidão e a servidão abrangem formas mais amplas de controlo sobre o indivíduo, caracterizadas por condições opressivas que ele

---

<sup>39</sup> HENRIQUE NEVES, “Escravidão e tráfico de seres humanos (...), pág. 126.

<sup>40</sup> VAZ PATTO, “O Crime de Tráfico de Pessoas no Código Penal revisto. Análise de algumas questões”, in *Revista do CEJ*, n.º 8, 2008, pág. 11.

<sup>41</sup> VAZ PATTO, *Revista do CEJ*, 2008, 1.º semestre, pág. 184 e seguintes.

<sup>42</sup> AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, in *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Tomo I, Coimbra Editora, 2012, pág. 685.

<sup>43</sup> JACOBS, White & Overly, *The European Convention on Human Rights*, 5ª edição, Oxford: University Press, 2010, pág. 195.

<sup>44</sup> GOMIEN, *Short Guide to the European Convention on Human Rights*, 3ª edição, Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2005, pág. 29.

não pode mudar e das quais não consegue escapar. Assim, se atentarmos à exploração laboral como um *continuum*, o trabalho forçado caracteriza-se como uma situação mínima de exploração, enquanto a servidão e a escravidão se encontram na outra extremidade, como métodos de exploração mais agravados<sup>45</sup>. Em suma, escravidão, servidão e trabalho forçado são três conceitos distintos, que poderão considerar-se hierarquizados em função da gravidade da exploração laboral, não sendo, porém, as únicas formas de exploração laboral atualmente existentes. O conceito de servidão será explicado no próximo ponto, pelo que fica a necessidade de definir, em rigor, o que é o trabalho forçado.

A noção de trabalho forçado foi avançada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção n.º 29, sobre o Trabalho Forçado de 1930. O artigo 2º desta Convenção define trabalho forçado como “*todo trabalho ou serviço exigido a uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual o dito indivíduo não se tenha oferecido espontaneamente*”. A OIT reconhece aqui que pode existir o caso de o trabalhador se oferecer inicialmente para o trabalho de forma voluntária. Neste elemento voluntário englobam-se, em primeiro lugar, situações em que a vontade da vítima existe, mas resulta dos constrangimentos externos de que é objeto. Incluem-se aqui também os casos em que a vítima não dispõe, posteriormente, da possibilidade de abandonar o trabalho voluntariamente, sendo estas consideradas situações de exploração laboral. A exploração laboral consiste na “instrumentalização do corpo e das faculdades intelectuais da vítima para o seu serviço laboral, seja ela física ou psicológica”.

Em suma, pode considerar-se escrava laboral a pessoa que seja: forçada a trabalhar (mediante recurso a ameaça e/ou agressão, física e/ou psicológica)<sup>46</sup>; controlada por um empregador (através de ameaça e/ou agressão física e/ou psicológica)<sup>47</sup>; desumanizada, porquanto tratada como rés/mercadoria<sup>48</sup>; fisicamente constrangida ou sujeita a restrições que afetam, incontornavelmente, o respetivo “*ius ambulandi*” – “*limitada na liberdade de ir e*

<sup>45</sup> JILL E.B. COSTER van VOORHUT, “Human Trafficking for Labour Exploitation: Interpreting the Crime”, Volume 3, *Utrecht Law Review*, Issue 2 December, 2007, pág. 29.

<sup>46</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT – “*Sempre que reivindicava alguma liberdade ou reclamava o mero cumprimento das obrigações laborais, era vítima de agressões por parte dos arguidos e embora tenha solicitado muitas vezes aos referidos arguidos o regresso a Portugal, nunca tal lhe foi permitido*”.

<sup>47</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT – “*O ofendido (...), no período em que permaneceu em Espanha, para além de ameaças e agressões, foi privado da sua liberdade de movimentos não tendo abandonado antes aquele local ou procurado auxílio nas autoridades policiais em virtude de se encontrar permanentemente controlado, receando eventuais represálias, por parte dos arguidos e dos seus familiares*”.

<sup>48</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT – “*O ofendido (...) foi impedido de se movimentar livremente, sujeito a um verdadeiro regime de escravidão, durante cerca de 13 anos, por parte dos arguidos (...)*”.

*vir*<sup>49</sup>; que recebe comida básica<sup>50</sup> e um “abrigo” (alojada e condições indignas)<sup>51</sup> como formas únicas de pagamentos do seu trabalho<sup>52</sup>, prestado durante longas horas<sup>53</sup>, sete dias por semana<sup>54</sup>.

### 3.1. Servidão para Exploração do Trabalho

O conceito de escravidão enunciado na alínea a) do artigo 159º do CP abrange as situações de servidão para a exploração do trabalho. Esta servidão traduz-se numa forma especialmente grave de negação da liberdade, constituindo uma realidade mais ampla que a invocada pelo sentido comum do termo “escravidão”. Assim, conforme vem referido no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 5 de Novembro de 2014, Processo nº 978/07.3PAESP.P1 (Relator: Artur Oliveira): “a servidão constitui a obrigação de viver e trabalhar na propriedade dos outros e de prestação de determinados serviços, remunerados ou não, bem como a impossibilidade de mudar a condição” (Noção avançada pela Comissão Europeia dos Direitos do Homem)<sup>55</sup>. Também a Convenção Suplementar relativa à Abolição da Escravatura de 1956 vem definir a servidão como “a condição de qualquer vítima que seja obrigada tanto pela lei, pelo costume ou por acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente a outra pessoa e obrigada a fornecer a essa mesma pessoa, contra qualquer tipo de remuneração, determinados serviços sem poder mudar a sua condição servil” (artigo 1º, n.º2, da Convenção). Por sua vez, esta Convenção indicou ainda, a título exemplificativo, várias condutas que classificou como “condições análogas à escravidão”.

---

<sup>49</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “Finda a campanha agrícola, alguns trabalhadores eram obrigados a ficar por ali a trabalhar em outras atividades, controladas pelos arguidos, outros regressaram, situação esta que ocorria com maior frequência, e outros só o fizeram através de fuga (por via automóvel ou ferroviária, sempre a expensas próprias), em regra, após várias tentativas sem sucesso, que implicaram agressões físicas, por parte dos arguidos”.

<sup>50</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “Ao ofendido era fornecida alimentação de muito má qualidade, confeccionada pela arguida (...), conhecida por (...), e era composta apenas de feijão e grão, na maioria, alimentos fora do prazo de validade ou impróprios para consumo e eram colocados no lixo, sendo que comiam na zona da varanda”.

<sup>51</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “O alojamento é deficiente, em imóveis degradados, mal equipados, com beliches, alguns deles sem qualquer equipamento sanitário ou de banho, situados perto dos locais de trabalho agrícola espanholas”.

<sup>52</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “Assim, os arguidos pagam aquilo que muito bem entendem aos trabalhadores, e grande parte deles nada recebem, sendo mais penalizados os que se encontram em situação irregular, alguns deles conseguindo apenas que lhe entreguem um maço de tabaco e o pagamento de bebidas”.

<sup>53</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “Trabalhavam todos os dias da semana, do nascer ao por do sol e, após o dia de trabalho nas “Fincas”, as mulheres eram obrigadas a proceder à lida doméstica”.

<sup>54</sup> HENRIQUE NEVES, “Escravidão e tráfico de seres humanos (...)”, pág. 126.

<sup>55</sup> Aplicação n.º 7906/77, DR 17, p.59; ver também o relatório da Comissão de Van Droogenbroeck de 09 de julho de 1980, Série B, Vol. 44, p.30, parágrafos 78-80.

Estas condutas traduzem-se na servidão por dívidas<sup>56</sup>; a servidão da gleba<sup>57</sup>; a alienação ou aquisição, a qualquer título, do direito de disposição total sobre mulher ou menor. Vem englobar-se na prescrição constante na alínea b) do artigo 159º do CP, quando esteja em causa o ato de transmissão ou de aquisição da propriedade, ou de plena disposição sobre uma pessoa que já se encontra numa situação de escravidão<sup>58</sup>. TAIPA DE CARVALHO subsume também a esta alínea a escravidão por cessão<sup>59</sup> e a escravidão por descendência<sup>60</sup>.

O acórdão do TEDH, relativo ao *Case Siliadin v. France*<sup>61</sup>, refere que o conceito de “servidão” é parecido com o de “escravidão”, que está no extremo da escala. Porém, a servidão reflete uma situação de exploração que não requer que a vítima seja coisificada ao ponto de se tornar propriedade de outra pessoa. Conclui ainda este acórdão que a diferença entre a servidão e o trabalho forçado ou obrigatório é que aquela parece caracterizar situações em que a negação da liberdade do indivíduo não se limita à provisão compulsória de trabalho, estendendo-se também às suas condições de vida. Este elemento já não existe no conceito de “trabalho forçado”. Continua este Acórdão: no que diz respeito ao conceito de “servidão”,

---

<sup>56</sup> A servidão por dívidas é o estado ou condição que resulta do facto de um devedor se ter comprometido a prestar serviços pessoais, ou os de alguém sobre quem exerça autoridade, como garantia de uma dívida, se os serviços prestados e justamente avaliados não se destinarem ao pagamento da dívida, ou se não se delimitar a sua duração ou não se definir a natureza dos referidos serviços.

<sup>57</sup> A servidão da gleba é a condição da pessoa que é obrigada por lei, pelo costume ou por contrato a viver e trabalhar numa terra pertencente a outrem e a prestar-lhes, mediante remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem liberdade para mudar de condição.

<sup>58</sup> RUTE MIGUÉIS, *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ, pág. 231.

<sup>59</sup> A escravidão por cessão constitui a cedência de alguém a outrem a qualquer título, como por exemplo a entrega, pelos pais, de uma criança ou de um adolescente a outra pessoa, mediante remuneração ou sem ela, com o fim de explorar, quer a pessoa, quer o seu trabalho, ou a cedência de uma mulher a outrem pelo marido, pela família ou pelo clã.

<sup>60</sup> A escravatura por descendência ocorre quando uma pessoa nasce no seio de uma comunidade reduzida à escravatura, ou num grupo social considerado adequado para que alguns dos seus membros assumam essa qualidade.

<sup>61</sup> Este caso retrata uma situação de escravidão doméstica, em que uma menor, de 16 anos, foi levada para França por um amigo do seu pai, numa situação de emigração ilegal, para trabalhar como empregada doméstica, sem que tivesse qualquer escolha. Ficou então combinado que a menor trabalharia como empregada doméstica até pagar o seu bilhete de avião e, em troca, os seus patrões tratariam de regularizar o seu estatuto de emigração e de a colocar na escola. Contudo, isto não aconteceu, tendo a menor continuado a trabalhar como empregada doméstica sem qualquer remuneração. Após isto ela foi “emprestada” pelos patrões a um casal amigo que teria 4 filhos para que a menor cuidasse deles.

Dada esta factualidade, o “Versailles Court of Appeal” considerou não se aplicar aqui os artigos 225-13 e 225-14 do Código Penal Francês por não existir aqui uma situação de lesão à dignidade da menor, já que ela não vivia em condições precárias.

O TEDH vem contrariar esta decisão, considerando que existe uma violação do artigo 4º da Convenção. Efetivamente, a menor trabalhava 15 horas por dia durante 7 dias por semana. Dada a sua tenra idade, esta não tinha quaisquer recursos e estava vulnerável e isolada, não tendo forma de subsistência nem local onde residir, à parte da residência dos seus patrões onde dormia no chão no quarto dos seus filhos. Para além disto, os agentes retiraram-lhe o seu passaporte, e não tinha a sua situação de emigração regularizada. Adicionalmente, a vítima não tinha permissão para sair de casa, exceto para levar os filhos dos agentes à escola. Assim, o TEDH considerou que a menor foi mantida em regime de servidão dentro do exposto no artigo 4º da Convenção de Escravatura.

o que é proibido é uma forma particularmente grave de negação da liberdade (ver Van Droogenbroeck v. Bélgica, o relatório da Comissão de 09 de Julho de 1980, Série B nº44, p. 30, §§ 78 - 80). Este conceito inclui, além da obrigação de executar determinados serviços para outrem, a obrigação de o “servo” viver como propriedade de outra pessoa e a impossibilidade de alterar a sua condição.

O próprio artigo 5º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia abre espaço à autonomização do conceito de servidão no quadro geral da escravidão ao prever, sob a epígrafe “Proibição da escravidão e do trabalho forçado”: “1. *Ninguém pode ser sujeito a escravidão nem a servidão. 2. Ninguém pode ser constrangido a realizar trabalho forçado ou obrigatório. 3. É proibido o tráfico de seres humanos*”. Referindo-se cada um destes números a realidades distintas: o primeiro número refere-se a formas mais gravosa de exploração laboral; enquanto que o segundo se basta com situações menos significativas de exploração; já o último ponto respeita a uma situação de oferecer, entregar, recrutar, aliciar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração laboral.

### 3.2. Retenção dos Documentos de Identificação

Durante a leitura do acórdão nº 2731/04.7JAPRT é facilmente perceptível que, em todas as situações, uma das primeiras coisas que os arguidos faziam era retirar os documentos de identificação aos ofendidos para que os mesmos não pudessem fugir do país, sendo que em alguns casos até os usavam para abrir contas bancárias onde os proprietários das quintas passavam a depositar as remunerações devidas pelo trabalho prestado.

No nº7 do artigo 160º do CP é punida a retenção, ocultação, danificação ou destruição de documentos de identificação ou de viagem de alguém que seja vítima de tráfico de pessoas. Isto na medida em que se considera que tal atuações por parte dos agentes do crime de tráfico tem como intuito exercer uma certa pressão sobre as suas vítimas de modo a que estas se mantenham numa situação de exploração<sup>62</sup>. De facto, o objetivo dos agentes ao praticarem a incriminação prevista no nº7 do artigo 160º do CP é o de despersonalizar a vítima “*desligando-a das suas raízes ou jungindo-a ainda mais ao tronco ou jugo a que foi sujeita. De sorte que aquela vai ficando cada vez mais presa a uma degradação aviltante, da qual muito dificilmente se*

---

<sup>62</sup> Esta exposição decorre das exigências previstas no artigo 20º da Convenção de Varsóvia, segundo o qual “*cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras necessárias para qualificar como infracções penais os seguintes actos, quando cometidos intencionalmente e para permitir o tráfico de seres humanos: a) Fabricar um documento de viagem ou de identidade falso; b) Obter ou fornecer tal documento; c) Reter, subtrair, alterar, danificar ou destruir um documento de viagem ou de identidade de outra pessoa*”.

*libertará, ou não conseguirá mesmo libertar-se, enquanto de certo modo e em crescendo reduzida à expressão própria duma coisa, dum objecto ou dum instrumento de que outrem se serve como seu*”<sup>63</sup>.

É relevante salientar a existência do crime de danificação ou subtração de documento previsto no artigo 259º do CP, no capítulo das falsificações, sendo que podemos utilizar também aqui a noção dada para este capítulo no artigo 255º, alínea c) do CP, relativamente aos documentos de identificação ou de viagem. Já o artigo 261º do CP contém o desenho típico do crime de uso de documento de identificação ou viagem alheio.

O Código Penal da Moldova<sup>64</sup>, no seu artigo 165º, vem punir esta atividade de forma autónoma, bem como outras atividades praticadas com o intuito de tirar proveito da vulnerabilidade das vítimas, nomeadamente, o trabalho obrigatório para pagamento de dívidas (debt bondage) e a ameaça de revelação de informação confidencial à família ou outra pessoa<sup>65</sup>.

#### 4. Escravidão Sexual

A escravidão sexual ocorre quando se verificarem dois pressupostos cumulativos: por um lado, a vítima não tem qualquer poder de decisão sobre o número de clientes que tem de receber e, por outro lado, a vítima não dispõe de qualquer parte da retribuição pelos serviços sexuais prestados. No caso de não se verificarem estes dois requisitos cumulativos, a situação de exploração sexual pode apenas ser subsumível ao crime de lenocínio. Como podemos ver pelas notas de rodapé<sup>66</sup>, no Acórdão em análise a ofendida foi obrigada a manter relações sexuais com o arguido e com os restantes trabalhadores durante oito anos sem receber qualquer retribuição, e sem poder de escolha sobre com quem ou com quantos homens teria de manter as referidas relações sexuais. Apesar de aqui não se verificar qualquer situação de exploração da prostituição, uma vez que não existe aqui uma intenção lucrativa, não

<sup>63</sup> VICTOR DE SÁ PEREIRA e ALEXANDRE LAFAYETTE, *Código Penal, Anotado e Comentado, Legislação Conexa e Complementar*, 2ª Edição, Quid Juris, 2014, pág. 470 e 471.

<sup>64</sup> A punição da retenção, ocultação, danificação e destruição de documentos de identificação também está prevista na legislação de outros países, como, por exemplo, no *Victims of Trafficking and Violence Prevention Act* norte-americano, no *Identity Cards Bill* do Reino Unido e no artigo 418º-a do Código Penal da Macedónia.

<sup>65</sup> VAZ PATTO, “O crime de tráfico (...), pág. 8.

<sup>66</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “Na primeira noite passada naquela residência, a arguida (...) dirigiu-se à ofendida (...) e, em tom agressivo e ameaçador, disse-lhe “o meu marido vai ter contigo ao quarto, faz o que ele quer senão vais ter grandes problemas”. Receando pela sua integridade física e pela sua vida, a ofendida (...) acabou por manter relações sexuais, de coito vaginal, contra a sua vontade, com o arguido (...).”

“Foi obrigada, durante o tempo que ali permaneceu, sob ameaça, às vezes com exibição de armas de fogo, e de agressões por parte dos arguidos (...), a manter relações sexuais, coito vaginal, com os restantes trabalhadores. Durante cerca de oito anos que ali permaneceu em verdadeiro “cativo”, foi sujeita a exploração laboral e sexual e nunca recebeu, qualquer tipo de compensação, quer monetária quer de outra espécie”.

existindo, portanto, nenhum “cliente”<sup>67</sup>, a verdade é que a aqui ofendida não tinha qualquer poder de decisão sobre o número de pessoas com quem tinha de praticar relações sexuais, caindo, portanto, numa situação de “escravidão sexual”.

Como exemplos de condições de exploração sexual manifestamente injustas, elenca VAZ PATTO: a obrigação da aceitação de todo o tipo de práticas sexuais; a imposição da aceitação de qualquer cliente ou de relações sexuais não protegidas; a obrigação da prática de um número mínimo de relações sexuais, independentemente do estado de saúde.

---

<sup>67</sup> Quem utiliza os serviços de prostituição.



## **CAPÍTULO II – Aplicação da Lei Penal no Espaço no Crime de Escravidão**

Esta foi uma questão que surgiu no início do processo nº 2731/04.7JAPRT e que merece especial atenção. No caso em apreço, estamos perante factos cometidos por portugueses (agentes) contra portugueses (vítimas), com decurso em território nacional e em Espanha. Assim, a atividade criminosa repartiu-se entre Portugal e Espanha, ocorrendo em Portugal todos os atos de definição estratégica, de preparação e de desencadeamento da atividade, bem como os atos de seleção, engano e de recrutamento das vítimas. Em Espanha, por sua vez, foram praticados os atos de constrangimento à prestação de trabalho forçado e, nos casos de fuga, a denúncia junto das forças policiais espanholas.

A divisão do procedimento criminal por duas jurisdições certamente impedirá os tribunais de ambos os países de obterem uma visão alargada da atividade criminosa, das circunstâncias em que arguidos e ofendidos interagiram e das consequências que tal atividade produziu sobre as suas vítimas, o que não poderá deixar de trazer evidentes prejuízos à boa administração da justiça<sup>68</sup>. Estando perante criminalidade grave, organizada e transnacional, há que analisar e encontrar as melhores soluções para o conflito de jurisdições que aqui emerge, em ordem a evitar que fiquem por punir atos criminalmente relevantes, ou que os mesmos possam ser punidos duas vezes<sup>69</sup>.

Por outro lado, apesar de tal questão não ter surgido neste acórdão, penso que é de especial interesse averiguar a jurisdição competente para aferir da responsabilidade penal inerente aos empregadores espanhóis (esta responsabilidade irá ser tratada no Capítulo IV deste relatório), isto é, aos empregadores que contrataram os arguidos neste processo. Assim, esta questão será tratada no ponto 2.

### **1. Da aplicação da lei penal no espaço no Acórdão em análise**

O Acórdão nº 2731/04.7JAPRT, da Instância Central Criminal do Porto, retrata uma série de crimes de escravidão, entre outros, que tem o seu início em Portugal e produzindo

---

<sup>68</sup> No que respeita à investigação levada a cabo no caso aqui em análise – ANEXO III.

<sup>69</sup> Case 223 PT 05 – Recomendação EUROJUST.

os seus resultados em Espanha<sup>70</sup>. Estamos aqui perante um crime cometido por portugueses, contra portugueses. Existem, porém, duas particularidades importantes neste caso: por um lado, os agentes (portugueses) dos crimes em causa detinham residência em Espanha e em Portugal; e, por outro lado, nos casos em que a fuga das vítimas era bem-sucedida, na maior parte das situações, as respetivas denúncias eram feitas à Guarda Civil Espanhola.

É então necessário determinar a competência da jurisdição portuguesa para o conhecimento dos factos.

Para tal, e tendo em conta os princípios inerentes ao instituto da aplicação da lei penal no espaço, importa atentar no princípio base deste instituto, o princípio da territorialidade (que encontra consagração legal na alínea a) do artigo 4º do CP). Nas palavras de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, “*nos termos do princípio da territorialidade, o Estado aplica o direito penal a todos os factos juridicamente relevantes cometidos no seu território, independentemente da nacionalidade do agente*”<sup>71</sup>.

Assim, a aplicação do princípio da territorialidade pressupõe resolvida a questão do local ou sede do crime<sup>72</sup>. A propósito desta questão surgem as doutrinas da atividade ou execução e do evento. Para a teoria da atividade, releva o local em que o agente atuou, ou, em caso de omissão, devia ter atuado. Já a teoria do resultado atende, pelo contrário, ao local onde se produziu o resultado típico. A aceitação cumulativa destas duas doutrinas, emergente da atual vida moderna em que existe uma maior facilidade da prática de crimes à distância, deu origem à denominada solução plurilateral, já anteriormente defendida por EDUARDO CORREIA, também designada como “teoria da ubiquidade” por HANS-HEINRICH JESCHECK<sup>73</sup>.

Esta é a teoria plasmada no nº1 do artigo 7º do CP que dispõe: “*O facto considera-se praticado tanto no lugar em que, total ou parcialmente, e sob qualquer forma de comparticipação, o agente atuou, ou, no caso de omissão, devia ter actuado, como naquele em que o resultado típico ou o resultado não compreendido no tipo de crime se tiver produzido*”<sup>74</sup>. Esta teoria consagra, assim, a ideia de plenitude

---

<sup>70</sup> Ac. nº 2731/04.7JAPRT – “*traduzindo práticas estabelecidas em determinada região do país (Norte – Trás-os-Montes) para o trabalho sazonal em zona delimitada em Espanha, por famílias estabelecidas com alguma constância em ambas as zonas geográficas, ocorreu de facto e de verdade e na vertente ilícita em causa: exploração laboral de trabalhadores portugueses em condições precárias e atentórias da dignidade e liberdade humanas e de privação de direitos básicos, designadamente laborais e até mesmo sexuais*”.

<sup>71</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário ao Código Penal (...)*, 2008, pág. 55.

<sup>72</sup> *Tratado de Derecho Penal, Parte Geral I*, tradução para espanhol de SANTIAGO MIR PUIG e FRANCISCO MUÑOZ CONDE, edições Bosch, 1981, Capítulo IV da 1ª Parte, fls. 239 a 241 – A propósito do lugar de comissão, expende FRANCISCO MUÑOZ CONDE que: “*O lugar de comissão de um facto é decisivo para a questão de saber se o poder punitivo de determinado Estado se deve basear no princípio da territorialidade ou deve buscar-se outro ponto de conexão*” (Artigo 9º do Código Penal da então República Federal da Alemanha).

<sup>73</sup> Ac. STJ de 29-09-2010, Proc. nº 143/10.2YRCBR.S1 (Relator: Raúl Borges).

<sup>74</sup> M. MIGUEZ GARCIA e J.M. CASTELA RIO, *Código Penal, Parte geral e especial, com notas e comentários*, Almedina, 2014, pág. 40 – “*Tem paralelo com a redação do artigo 8º do CP suíço: “um crime ou um delito considera-se*

da soberania portuguesa sobre o território nacional. Sendo apenas exigível, para que se possa concluir que um crime tenha sido praticado em Portugal, que determinada infração tenha com o território português qualquer dos elementos de conexão mencionados no artigo aqui descrito: ação, nos crimes respetivos; a ação esperada nos casos de omissão; ou o resultado típico (e, até, o resultado não compreendido no tipo)<sup>75</sup>. Em suma, como salienta FIGUEIREDO DIAS, “*com a adoção da doutrina da ubiquidade, o direito penal português é aplicável aos factos que se realizem só parcialmente em território nacional. Ainda que só a actividade, ou só o evento, ou só uma parte do evento, se tenha realizado em território nacional*”<sup>76</sup>.

Atendendo ao caso concreto é, pois, necessário analisar se os crimes em causa tiveram a sua ação ou os seus resultados desenvolvidos em território português. No caso em apreço é possível distinguir duas situações: em alguns casos, os agentes destes crimes aliciavam e recrutavam as vítimas em Portugal, transportando-as posteriormente para uma das suas propriedades situadas também elas em Portugal (junto à fronteira com Espanha), onde procediam à prática de atos de subjugação das vítimas a uma situação de escravidão, procedendo posteriormente ao transporte das vítimas para Espanha onde as mantinham naquela situação; já noutros casos, após o inicial aliciamento e recrutamento das vítimas em Portugal (geralmente na região norte), as mesmas eram transportadas pelos arguidos diretamente para Espanha onde eram tratadas como se de meras coisas se tratassem.

A primeira situação traduz um caso em que os resultados do crime de escravidão chegaram efetivamente a realizar-se em Portugal, uma vez que foi em Portugal que as vítimas foram submetidas à condição de escravo, sendo facilmente percetível que o facto foi parcialmente cometido em Portugal, sendo este o *locus delicti* destes crimes, e portanto, a jurisdição competente.

Na segunda situação, por outro lado, são praticados em Portugal somente os atos de aliciamento e recrutamento para fins de escravidão, sendo os resultados destes crimes produzidos em solo espanhol. Estes atos praticados em Portugal traduzem-se no crime de tráfico de pessoas para fins de escravidão, uma vez que os ofendidos eram aqui aliciados e recrutados para serem posteriormente submetidos à condição de escravo em Espanha. Ora, uma vez que este aliciamento e recrutamento teria como objetivo final o cometimento do

---

*praticado no lugar onde o agente atuou, ou devia ter atuado, bem como no lugar em que o resultado se produziu*”. De modo idêntico, dispõe o §9-1 do StGB alemão que “*um facto considera-se praticado tanto no lugar em que o agente atuou, ou, no caso de omissão, devia ter atuado, como naquele em que o resultado descrito no tipo se tiver produzido ou se deveria ter produzido segundo a representação do agente*”.

<sup>75</sup> FIGUEIREDO DIAS, em anotação ao Acórdão do STJ de 21 de Dezembro de 1983, na *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Ano 118º, pág. 17.

<sup>76</sup> FIGUEIREDO DIAS, “La compétence des juridictions pénales portugaises pour les infractions commises à l'étranger”, Separata do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1966, pág. 10 e seguintes.

crime de escravidão, considera-se que tais atuações constituem atos de execução do crime de escravidão. Como tais atos foram praticados em Portugal, e tendo como base a teoria da ubiquidade associada ao princípio da territorialidade, é apenas lógico que a jurisdição competente seja a portuguesa uma vez que, tal como ficou anteriormente explicado, a lei portuguesa é aplicável a factos, total ou parcialmente, e sob qualquer forma de comparticipação, cometidos em território nacional, como lugar de ação ou do resultado<sup>77</sup>.

## 2. A aplicação da lei penal no espaço e os empregadores espanhóis

Em relação aos empregadores espanhóis já não estará em causa o crime de escravidão, mas sim o crime constante no nº6 do artigo 160º do CP. Para além disto, os atos realizados pelos empregadores espanhóis não foram praticados em território português sendo, portanto, a situação bastante diversa da anteriormente descrita. Efetivamente, o princípio da territorialidade não tem aqui aplicação uma vez que os factos foram levados a cabo em Espanha. Porém, poderemos aqui fazer uso dos chamados princípios acessórios ou complementares previstos no artigo 5º do CP, nomeadamente do princípio da nacionalidade (passiva) e do princípio da universalidade, uma vez que estes princípios têm aplicação quando os atos são cometidos fora do território português.

Relativamente ao princípio da nacionalidade, este encontra-se plasmado na alínea e) do nº1 do artigo 5º do CP, segundo o qual, *“salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do território nacional por portugueses, ou por estrangeiros contra portugueses, sempre que: i) os agentes forem encontrados em Portugal; ii) forem também puníveis pela legislação do lugar em que tiverem sido praticados, salvo quando nesse lugar não se exercer poder punitivo; e iii) constituírem crime que admita extradição e esta não possa ser concedida ou seja decidida a não entrega do agente em execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o Estado Português”*.

Assim, neste caso, o princípio da nacionalidade poderá estar em causa na sua vertente passiva, de acordo com a qual a lei portuguesa aplica-se a factos praticados fora do território nacional por estrangeiros contra portugueses<sup>78</sup>. Porém, para que este princípio tenha

---

<sup>77</sup> MAIA GONÇALVES, “Código Penal Português”, 17ª Edição, Almedina, 2005, pág. 78.

<sup>78</sup> MARIA FERNANDA PALMA, *Direito Penal: Conceito material do crime, princípios e fundamentos, Teoria da lei penal: interpretação, aplicação no tempo, no espaço e quanto às pessoas*, 2ª Edição revista e ampliada, Editora AAFDL, 2017, pág. 188.

aplicação, é necessário que estejam preenchidos os requisitos das subalíneas da alínea e) do nº1 do artigo 5º do CP.

Começando, então, pela condição materialmente mais importante, é pois imperativo perceber se os factos praticados pelos empregadores espanhóis são puníveis pela legislação espanhola (legislação do lugar onde os factos foram praticados), a fim de se assegurar as normais expectativas do agente, na medida em que seria contrário ao princípio da culpa punir em Portugal um agente por um crime que o mesmo cometeu no estrangeiro, local onde tal conduta não possui relevância penal. Importa mencionar que o crime aqui em análise se prende com a utilização dos “*serviços ou órgãos da vítima*”, ou seja, está aqui em causa a punição daquelas pessoas que indiretamente promovem e favorecem a prática de tais atos, uma vez que, sabendo perfeitamente que se trata de vítimas de tráfico de pessoas, mesmo assim aproveitam-se da situação, utilizando os referidos serviços. Resta, assim, saber se o ordenamento jurídico espanhol pune esta utilização dos serviços de pessoas vítimas de tráfico. Na minha opinião a resposta é positiva, sendo o que se retira do nº1 do artículo 318 bis do Código Penal Espanhol<sup>79</sup>, no qual podemos ler: “*El que, directa o indirectamente, promueva, favorezca o facilite el tráfico ilegal o la inmigración clandestina de personas desde, en tránsito o con destino a España, o con destino a otro país de la Unión Europea, será castigado con la pena de cuatro a ocho años de prisión*”. Assim, apesar de não existir uma punição autónoma da utilização dos serviços prestados por vítimas de tráfico de pessoas, como existe no Código Penal Português (no nº6 do artigo 160º do CP), a verdade é que esta parece estar prevista neste artigo, ao referir-se a atos de promoção e de favorecimento indirecto do crime de tráfico de pessoas. Nestes termos, verifica-se o primeiro pressuposto para a aplicação do princípio da nacionalidade (a exigência de dupla incriminação).

Atendendo a uma segunda condição, é também necessário que tais atos constituam crime que admita extradição, se bem que, neste caso, tratando-se de dois EM da UE fala-se de Mandado de Detenção Europeu (MDE) e não de extradição, já que o DL nº43/91 foi revogado pela Lei 144/99, a qual não se aplica a EM da UE. É pois necessário que o MDE não possa ser executado. A Lei do MDE (Lei nº 65/2003, de 23 de Agosto) define este instrumento de cooperação judiciária internacional, no seu artigo 1º, nº1, como “*uma decisão judiciária emitida por um Estado membro com vista à detenção e entrega por outro Estado membro de uma pessoa procurada para efeitos de procedimento criminal ou para cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas da liberdade*”<sup>80</sup>. Ora, segundo esta condição do art. 5º do CP, devemos estar perante uma situação em que o Estado

<sup>79</sup> TÍTULO XV BIS, referente aos “*delitos contra los derechos de los ciudadanos extranjeros*”

<sup>80</sup> Ac. do STJ de 21-07-2010, Processo nº 586/10.1YRLSB.S1 (Relator: Santos Carvalho) – “*Trata-se de um instrumento destinado a reforçar a cooperação entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros suprimindo o recurso à extradição, pelo que os seus procedimentos são expeditos e com prazos reduzidos, embora com total salvaguarda dos direitos constitucionais de defesa*”.

português tenha poder para punir determinados agentes, por razões materiais e jurídico-constitucionais (artigo 33º, n.ºs 3 e 5 da CRP)<sup>81</sup>.

Assim, importa aferir se é possível a execução do MDE, uma vez que se trata de dois EM da UE. Esta questão será analisada no ponto 2. deste Capítulo.

Por fim, é ainda necessário que os agentes sejam encontrados em Portugal, o que neste caso nunca aconteceu, já que os mesmos apenas tinham a sua residência e emprego em Espanha, não existindo qualquer motivo para que se deslocassem a Portugal.

Nestes termos, e apesar de ainda não ter sido analisada a questão da execução do MDE, o princípio da nacionalidade não poderia vigorar neste caso uma vez que os agentes não foram encontrados em Portugal, não se encontrando, portanto, preenchidos os requisitos necessários para a aplicação do princípio da nacionalidade.

Resta, então, analisar se o princípio da universalidade poderá ter aqui aplicação. Este princípio encontra-se estabelecido na alínea c) do artigo 5º do CP que estatui que: “*salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do território nacional quando constituírem os crimes previstos nos artigos 159º a 161º, 171º, 172º, 175º, 176º e 278º a 280º, desde que o agente seja encontrado em Portugal e não possa ser extraditado ou entregue em resultado de execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o Estado Português*”. Assim, este princípio tem como finalidade a aplicação da lei penal portuguesa a factos cometidos no estrangeiro que se revelem capazes de violar bens jurídicos imbuídos de proteção internacional (considerados como valores éticos comuns a toda a humanidade) ou que, de qualquer modo, o Estado português se obrigou internacionalmente a proteger. Por isso, este princípio vigora independentemente da sede do delito e da nacionalidade do agente. Na verdade, do que se trata aqui é do reconhecimento do carácter supranacional de certos bens jurídicos, que, dada a sua especial natureza, apelam a uma proteção a nível mundial<sup>82</sup>.

Para que este princípio possa ser aplicado existe, porém, uma dupla condição: que o agente seja encontrado em Portugal<sup>83</sup>; e que não possa ser extraditado ou entregue em resultado de execução de mandado de detenção europeu ou de outro instrumento de cooperação internacional que vincule o Estado Português<sup>84</sup>. Ora, como foi anteriormente

---

<sup>81</sup> MARIA FERNANDA PALMA, *Direito Penal* (...), pág. 189.

<sup>82</sup> JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal* (...), pág. 226.

<sup>83</sup> Este pressuposto parece ser bastante plausível, na medida em que, tendo um crime sido praticado no estrangeiro, seria ineficaz iniciar em Portugal um procedimento criminal encontrando-se o agente noutro Estado. É também de referir que este pressuposto não se traduz numa condição objetiva de punibilidade, mas antes num pressuposto de procedibilidade.

<sup>84</sup> AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO, *Direito Penal, Parte Geral*, 2ª edição, Coimbra Editora, 2014, pág. 222 e 223 – “*normalmente todos os crimes são suscetíveis de fundamentar a extradição, salvo quando, apesar de o extraditando ter*

analisado os agentes não se encontravam em Portugal, pelo que este princípio também não poderia aqui ser aplicado.

Assim sendo, e uma vez que nem o princípio da nacionalidade nem o da universalidade têm aqui aplicação, é possível concluir que a jurisdição competente para julgar os empregadores espanhóis é a Espanhola.

### 3. Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal

#### 3.1. Mandado de Detenção Europeu

A cooperação judiciária internacional em matéria penal significa a execução pelo Estado requerido – se necessário através de coerção – de medidas para facilitar a acusação e punição de infrações penais no Estado requerente<sup>85</sup>. Esta questão levanta-se neste caso uma vez que a jurisdição é dividida entre Portugal e Espanha. Assim, venho aqui analisar a possibilidade da utilização do MDE por parte do Estado Português para que o procedimento criminal dos empregadores espanhóis se desenvolvesse sob a sua alçada.

O MDE simplifica e acelera a cooperação judiciária em matéria penal entre os EM da UE, agilizando a localização das pessoas procuradas e subsequente entrega dentro de um espaço comum (da União), ou seja, desenvolve uma cooperação adequada aos tempos modernos e assente no princípio do reconhecimento mútuo (art. 1º, n.º 1 da Lei n.º 65/2003), procurando evitar que a perseguição criminal seja prejudicada por processos excessivamente burocráticos de decisão. Assim, este processo é caracterizado pela sua judicialização, simplificação e celeridade processual (sendo estas consideradas mais valias em relação aos processos de extradição), o que leva a que a execução do MDE se processe de acordo com o direito do EM da autoridade judiciária de execução<sup>86</sup>, salvo, obviamente, a qualificação jurídica do facto motivador do MDE, que é efetuada pela autoridade judiciária de emissão.

---

*praticado um crime, for pedida a extradição por uma motivação exclusivamente política ou em se tratando de um crime político. Adicionalmente, uma vez que estão presentes bens jurídicos considerados universais, a expressão “não possa ser extraditado” deve ser interpretada como englobando quer a hipótese em que a extradição foi pedida e posteriormente negada, quer quando a extradição simplesmente não tiver sido pedida”.*

<sup>85</sup> ROBERT ZIMMERMANN, *La coopération judiciaire internationale en matière pénale*, Deuxième édition, Bruylant SA Bruxelles, 2004, pág. 5.

<sup>86</sup> ANABELA MIRANDA RODRIGUES, “Mandado de Detenção Europeu”, in RPCC, Anotação 13, nº1, pág. 38 – O processo de detenção e entrega da pessoa procurada representa uma “marca do “espaço comum de justiça penal”, onde as decisões penais judiciárias circulam tão livremente quanto as pessoas e as mercadorias: onde deixa de se falar em recusa de execução para se passar a falar em motivos de não-execução”.

A vigência do direito processual da autoridade judiciária de execução justifica-se com base no princípio da confiança recíproca, ficando a cargo da autoridade judiciária de execução a decisão de execução ou não do MDE, devendo a mesma fazer um controlo genérico, jurídico e adequado, o que implica que deva ser a autoridade judiciária do Estado-membro onde a pessoa procurada foi detida a tomar a decisão sobre a sua entrega<sup>87</sup>.

A execução do MDE depende, então, da inexistência de motivos de não execução obrigatória de acordo com o artigo 11º da Lei nº 65/2003:

- a) Existência de amnistia da infração – o MDE será recusado se a pessoa objeto desse MDE tiver beneficiado de uma amnistia que abranja a prática do facto que motivou o referido MDE, isto desde que o Estado-Membro seja competente para o respetivo procedimento penal. É, pois, da responsabilidade da autoridade judiciária de execução o controlo jurídico de averiguar da competência do seu Estado para proceder penalmente em relação à infração em causa e, em caso afirmativo, saber se aquela infração beneficiara ou não de uma amnistia interna<sup>88</sup>, o que não sucede neste caso.
- b) Constatação do princípio *ne bis in idem* – o MDE é recusado se a pessoa procurada tiver sido definitivamente julgada pelos factos motivadores do MDE num outro Estado-Membro, desde que, tendo havido condenação, a pena tenha sido cumprida, esteja em curso o cumprimento da mesma, ou esta já não possa ser cumprida<sup>89</sup>. Ora, este é um cenário que não se verifica neste caso, uma vez que o caso ainda não foi julgado.
- c) Idade – O MDE é recusado se no Estado-Membro de execução a pessoa procurada for considerada inimputável em razão da idade, pelo que também não se aplica ao caso em análise. Este elemento de imputação “idade” deve ser aferido no momento da prática da infração e não no momento da emissão do mandado<sup>90</sup>.
- d) Inexistência da dupla incriminação – a execução do MDE fica sujeita à condição de os factos motivadores do mandado constituírem uma infração no EM de execução. Apesar desta causa de recusa estar enunciada no art. 12º, nº1, al. a), da Lei 65/2003, como “recusa facultativa de execução do MDE”, a verdade é que o nº3 do artigo 2º da mesma lei dispõe diferentemente, considerando que este motivo constitui recusa

---

<sup>87</sup> MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, *Do Mandado de Detenção Europeu*, Almedina, 2006, pág. 171 e 172.

<sup>88</sup> *Idem*, pág. 182.

<sup>89</sup> *Idem*, pág. 183.

<sup>90</sup> *Idem*, pág. 184.



obrigatória de execução do MDE, quando prevê que: “*No que respeita às infracções não previstas no número anterior só é admissível a entrega da pessoa reclamada se os factos que justificam a emissão do mandado de detenção europeu constituírem infracção punível pela lei portuguesa, independentemente dos seus elementos constitutivos ou da sua qualificação*”. Assim, e perante esta disparidade, creio que se deve entender que prevalece esta última norma, em nome dos princípios da legalidade, da mínima intervenção do Direito Penal e da igualdade na aplicação da lei, isto com a finalidade de se evitar que a execução ou recusa de execução do MDE fique dependente do arbítrio do julgador em cada caso. Como neste caso os factos praticados pelos agentes espanhóis constituem infracção punível pela lei portuguesa, não se pode usar este motivo como causa de recusa de execução do MDE.

Não existem aqui, portanto, motivos de recusa obrigatória do MDE. Porém, importa mencionar que a execução do MDE só terá lugar, em casos especiais, quando cumpridas as garantias enunciadas no art. 13º, nº1 da Lei 65/2003: “*a) Quando a infracção que motiva a emissão do mandado de detenção europeu for punível com pena ou medida de segurança privativas da liberdade com carácter perpétuo, só será proferida decisão de entrega se estiver prevista no sistema jurídico do Estado membro de emissão uma revisão da pena aplicada, a pedido ou o mais tardar no prazo de 20 anos, ou a aplicação das medidas de clemência a que a pessoa procurada tenha direito nos termos do direito ou da prática do Estado membro de emissão, com vista a que tal pena ou medida não seja executada*<sup>91</sup>; *b) Quando a pessoa procurada para efeitos de procedimento penal for nacional ou residente no Estado membro de execução, a decisão de entrega pode ficar sujeita à condição de que a pessoa procurada, após ter sido ouvida, seja devolvida ao Estado membro de execução para nele cumprir a pena ou a medida de segurança privativas da liberdade a que foi condenada no Estado membro de emissão*”. Podendo esta última garantida ser exigida neste caso pelo Estado Espanhol.

Associados a estes motivos de não execução obrigatória, encontram-se os motivos de não execução facultativa. Estes motivos funcionam como válvula de escape, fornecendo à autoridade judiciária de execução uma *potestas decidendi* livre e de refúgio face à quase automática vinculação de execução do MDE. Os motivos de não execução facultativa traduzem-se, pois, no seguinte<sup>92</sup>:

---

<sup>91</sup> Ac. do STJ de 25-02-2010, Processo nº 42/10.8YFLSB (Relator: Manuel Braz) – “*sendo este crime punível no Estado membro de emissão com pena de prisão que pode ser perpétua e em Portugal somente com pena de prisão até 2 anos, no respeito pelo princípio da proporcionalidade, deveria negar-se a entrega e sujeitar-se o recorrente a procedimento criminal no nosso país*”.

<sup>92</sup> *Idem*, pág. 187.

- Decurso de um duplo procedimento penal pelo mesmo facto – se existir em Portugal sobre a pessoa procurada um processo crime a decorrer com base no mesmo facto que motivou o MDE, a autoridade judiciária de execução pode recusar a execução do mandado.
- A prescrição da ação penal ou da pena – se o facto que originou o MDE estiver abrangido pelo instituto da prescrição, e o Estado-Membro de execução for competente para conhecer do facto no quadro criminal, a autoridade judiciária de execução pode recusar a execução do mandado.
- Constatação do princípio *ne bis in idem* (relativizado) – a autoridade judiciária de execução pode recusar a execução do MDE se a pessoa procurada tiver sido julgada pelo facto motivo do mandado num Estado terceiro, desde que, tendo havido condenação, a pena tenha sido cumprida, esteja em curso o seu cumprimento ou a mesma já não possa ser cumprida.
- Os elementos da nacionalidade ou residência – estes elementos podem levar a autoridade judiciária de execução a recusar a execução do MDE se este tiver como fim o cumprimento de pena ou de medida de segurança privativa da liberdade, desde que o Estado de execução se comprometa a executar a sanção.
- Prevalência do princípio ou da cláusula da territorialidade – tem aplicação quando toda ou parte da infração originadora do MDE tenha sido cometida no território do Estado-Membro de execução, este pode não autorizar o procedimento penal por uma infração idêntica praticada fora do seu território.

Destes motivos de não execução facultativa, os elementos da nacionalidade ou residência e a prevalência do princípio da territorialidade são os únicos em que existe a possibilidade de utilização neste caso. Quanto ao primeiro motivo, o mesmo não pode ter aqui aplicação, uma vez que está em causa um mandado para efeitos de procedimento criminal. Ora, quando está em causa um MDE para efeitos de julgamento, a nacionalidade do agente não constitui causa de recusa, isto associado à condição de que a pessoa procurada “*após ter sido ouvida, seja devolvida ao Estado-Membro da execução para nele cumprir a pena ou medida de segurança privativas de liberdade a que foi condenada no Estado Membro de emissão*”<sup>93</sup>. Já quanto ao segundo motivo, o crime praticado pelos empregadores espanhóis foi totalmente

---

<sup>93</sup> CARLOTA PIZARRO DE ALMEIDA, “Cooperação Judiciária e Princípios Constitucionais”, *Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal*, Coimbra Editora, 2014, pág. 26.

desenvolvido em território espanhol, o que permite à autoridade judiciária de execução (autoridade espanhola), caso o deseje, recusar a execução do MDE. Assim, este é então, o único motivo aplicável pelo Estado Espanhol caso deseje recusar a execução do MDE.

### 3.2. Transferência de Pessoas Condenadas

Caso o Estado Espanhol não recusasse a execução do mandado, após o julgamento dos empregadores espanhóis, os mesmos poderiam ser posteriormente devolvidos a Espanha para o cumprimento da pena.

Este instituto é importante, uma vez que, não havendo esta transferência, recairia sobre o condenado um verdadeiro isolamento e abandono por não ter a possibilidade de contactar com os seus familiares e amigos, já para não falar nas diferenças culturais que o mesmo iria sentir. Ora, esta realidade traduz-se em duas consequências: por um lado, é preciso ter em conta que este tipo de população prisional constitui um fator gerador de tensões, dificultando a administração dos estabelecimentos prisionais; por outro lado, temos um fator que me parece mais importante, que se traduz na violação do fim último da aplicação da pena detentiva, isto é, a reinserção social do condenado. Foi considerando todas estas finalidades que surgiu o instrumento da transferência de pessoas condenadas, tendo um importante incremento para o significado e utilização deste instrumento a celebração da Convenção de Estrasburgo de 21 de Março de 1983, designada por Convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas<sup>94</sup>.

A transferência de pessoas, ao contrário de outros institutos de cooperação internacional, só funcionará se o condenado der o seu acordo para que esta se concretize (alínea d) do nº1 do artigo 3º da Convenção), o que demonstra que não são apenas os interesses da realização da justiça inerentes a esta forma de cooperação, mas essencialmente os interesses do próprio condenado, isto tendo também em conta a exigência do acordo entre o Estado da condenação e o Estado da execução (alínea f) do nº1 do artigo 3º da Convenção e 115º, nº4 da LCJIMP). A Convenção exige ainda certas condições para que se possa realizar a transferência: “*que o condenado seja um nacional do Estado da execução, que a sentença condenatória seja definitiva, que à data da receção do pedido de transferência a duração da condenação ainda*

---

<sup>94</sup> JOSÉ MANUEL DA CRUZ BUCHO, LUÍS SILVA PEREIRA, MARIA DA GRAÇA VICENTE DE AZEVEDO e MÁRIO MENDES SERRANO, *Cooperação Internacional Penal*, Volume I, Centro de Estudos Judiciários, 2000, pág. 115 e 116.

*por cumprir seja pelo menos de seis meses ou indeterminada e que os atos ou omissões que a originaram constituam uma infração penal à luz da lei do Estado da execução” (alíneas a), b), c) e e) do nº1 do artigo 3º da Convenção)<sup>95</sup>.*

Estando verificados todos estes requisitos, e com o necessário acordo dos condenados, em caso de excução do MDE para procedimento criminal, importa após tal procedimento transferir os condenados para o Estado Espanhol para o cumprimento da respetiva pena, isto em prol da sua reinserção.

---

<sup>95</sup> *Idem*, pág. 118 e 119.

## **CAPÍTULO III – A Relação do Crime de Escravidão com outros tipos de crimes**

Naturalmente, existem certas condutas que estão em situação de comunidade ou interceção entre o crime de escravidão e os ilícitos criminais de tráfico de pessoas, sequestro, rapto, ameaça, coação, burla relativa a trabalho, ofensa à integridade física ou maus-tratos. Assim, a qualificação jurídica dos factos, para que se possa afirmar com segurança que estamos perante um crime de escravidão, nem sempre é fácil. Importa, por isso, apreciar de forma global todas as circunstâncias inerentes ao caso concreto, para se poder decidir se os factos presentes são, ou não, suscetíveis de integrar a prática do crime de escravidão.

Em termos de delimitação e distinção do crime de escravidão relativamente aos crimes referidos supra não se afigura necessário diferenciá-lo dos crimes de sequestro, rapto, ameaça, coação e ofensa à integridade física, dada a sua manifesta evidência. No entanto, alguns destes crimes podem surgir como meios de assegurar a situação de escravidão ou servidão de outrem, suscitando um problema de concurso de crimes aparentes, dada a sua instrumentalidade face ao crime de escravidão. Contrariamente, os crimes de maus-tratos, burla relativa a trabalho e tráfico de pessoas já levantam algumas dúvidas quanto à sua distinção do crime de escravidão.

### **1. A fronteira entre o crime de escravidão e os crimes de maus-tratos, burla relativa a trabalho e tráfico de pessoas**

#### **1.1. Do crime de Maus-tratos**

Quanto a este crime específico, a questão apenas se coloca relativamente aos agentes que o podem praticar e aos seus sujeitos passivos. Efetivamente, este tipo legal vem exigir uma prévia relação de dependência da vítima relativamente ao agente (por se encontrar ao seu cuidado, à sua guarda, sob a sua direção ou educação), sendo certo que, relativamente ao caso concreto (Acórdão 2731/04.7JAPRT), estamos perante uma relação de emprego.

Parece ser aqui de especial relevo a análise concreta de jurisprudência quanto a esta distinção entre o crime de maus-tratos e o crime de escravidão, com a finalidade de se perceber, em termos práticos, a dificuldade de tal diferenciação. Proponho, assim, a análise do Acórdão elaborado pela 4ª Vara Criminal do Porto, Processo nº 945/11.2JAPRT. Este

acórdão refere-se a um caso em que os arguidos aliciaram o ofendido (que sabiam que se encontrava numa situação de desemprego e dificuldades económicas), para uma relação que o mesmo supunha como laboral e, portanto, remunerada. Cabia assim ao ofendido vender artigos (pensos para as feridas, balões, guarda-chuvas e brinquedos) nas festas populares e feiras, oferecendo-lhe os arguidos, em contrapartida, alimentação, dormida e uma remuneração fixada em “15.000\$00” por mês. Os arguidos deixavam que o ofendido dormisse nos bancos da cabine dos seus veículos, enquanto aqueles dormiam numa “cama” colocada para o efeito no interior daqueles veículos. Durante este período de tempo os arguidos obrigavam o ofendido a entregar-lhes o RSI e retiveram-lhe o BI, não mais lhe devolvendo este documento. Durante 6 anos, os arguidos assumiram sempre uma atitude de vigia e controlo sobre o ofendido, com sucessivas intimidações, ameaçando-o com agressões, caso o mesmo reagisse, tendo, em pelos menos duas ocasiões, agredido fisicamente o ofendido. Os arguidos nunca pagaram qualquer remuneração ao ofendido. Este Tribunal de 1ª Instância condenou os arguidos pela prática de um crime de escravidão, absolvendo-os pelos crimes de sequestro, maus-tratos e extorsão, isto porque considerou haver aqui um concurso aparente entre os referidos crimes. A utilização deste instituto jurídico teve como fundamento o facto de a análise dos tipos legais em confronto demonstrarem a existência de uma clara hierarquia, medida pelo grau de instrumentalização da vítima. Tendo o respetivo Tribunal considerado que o ilícito de escravidão inclui já em si mesmo todos os ataques aos bens jurídicos inerentes à dignidade humana, com exceção da supressão da própria vida da vítima.

A distinção entre o crime de maus-tratos e o crime de escravidão advém, primordialmente, da diferente inserção destes tipos legais no CP. Na verdade, o crime de maus tratos insere-se no âmbito dos crimes contra a integridade física, enquanto que o crime de escravidão se insere no capítulo dedicado aos crimes contra a liberdade pessoal. Adicionalmente, enquanto no crime de escravidão o bem jurídico tutelado é a dignidade da pessoa humana, o bem jurídico protegido pelo crime de maus tratos é a saúde, abrangendo tanto a saúde física como mental<sup>96</sup>.

A distinção entre o crime de escravidão e o crime de maus tratos resulta ainda do facto de que este se basta com qualquer das alíneas enunciadas no artigo 152º-A, nº1 do CP, enquanto que o crime de escravidão poderá englobar todas elas, ou pelo menos, algumas vertentes de cada uma delas. Porém, pode suceder que, perante um caso concreto, exista uma

---

<sup>96</sup> ANA SOFIA DA COSTA TRAQUEIA, *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ, pág. 153.

factualidade tal que, mesmo integrando apenas uma das alíneas do referido artigo, revele tal gravidade, e tal desrespeito pela dignidade da pessoa humana, que possa estar em causa, ainda assim, um crime de escravidão<sup>97</sup>.

Parece, pois, necessário ter em conta o caso concreto, sendo elevado o grau de dificuldade em distinguir estes dois crimes em abstrato, por tal distinção estar intimamente relacionada com o grau de dignidade da pessoa humana que foi violada<sup>98</sup>. Assim, recorrendo agora ao Acórdão 2731/04.7JAPRT, é indubitável que a factualidade descrita neste caso engloba todas as alíneas definidas no n.º1 do artigo 152º-A<sup>99</sup>. Sendo este apenas um indício, a certeza de que estamos aqui perante um crime de escravidão advém do facto de a dignidade da pessoa humana estar profundamente afetada neste caso.

No entanto, este pode ser entendido como um critério muito abstrato e de difícil diferenciação num caso concreto.

Assim, por um lado, “*o crime de maus tratos tem natureza de crime específico, por dever ser imputado a quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez, lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente*”. Para que estejamos perante um caso de maus-tratos é, pois, necessário a verificação de três requisitos cumulativos: que a pessoa maltratada se encontre numa relação de subordinação “existencial” ou laboral; que a pessoa maltratada seja menor ou particularmente indefesa, em razão de idade (avançada, por exemplo), deficiência, doença ou gravidez; por fim, é necessário que não exista entre o agente e a vítima uma relação de coabitação, pois, caso esta existisse, estaríamos perante um crime de violência doméstica. Por outro lado, o crime de escravidão não exige a verificação de nenhum destes requisitos,

<sup>97</sup> CRISTIANA ALVES DE OLIVEIRA, *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ, pág. 205.

<sup>98</sup> *Idem*, pág. 206.

<sup>99</sup> Ac. n.º 2731/04.7JAPRT:

Alínea a) – “O ofendido (...), por diversas vezes foi ameaçado e agredido pelo arguido (...) e familiares e, após ter solicitado regressar a Portugal, foi ameaçado na sua integridade física e vida pelo arguido (...), bem como pelo (...) e um outro indivíduo de etnia cigana, chamado (...), os quais lhe exibiram armas de fogo. O ofendido presenciou por diversas vezes agressões físicas perpetradas pelos arguidos e restantes elementos daquela família sobre os trabalhadores portugueses, recorrendo ao “Junco”, às mãos e pés, sempre que qualquer deles tentava a fuga do acampamento ou da fábrica”. “Receando pela sua integridade física e pela sua vida, a ofendida (...) acabou por manter relações sexuais, de coito vaginal, contra a sua vontade, com o arguido (...)”.

Alínea b) – “O trabalhador/vítima é obrigado a trabalhar em condições desumanas, de sol a sol, todos os dias, sem descanso, não recebendo qualquer contrapartida, monetária ou outra, pelo trabalho”.

Alínea c) – “Durante esse período de tempo, o (...) trabalhava, em média entre 12 a 13 horas diárias e só saía do interior do referido barraco onde estava alojado, para prestar o trabalho, pois estava proibido pelo arguido (...) de sair do mesmo, que trancava o barraco à noite”. “No final do dia de trabalho, o ofendido (...) regressava à residência, onde tinha ainda de assegurar todo o tipo de trabalho, desde o doméstico até aos arranjos a efetuar na mesma”.

sendo apenas necessário uma efetiva redução de uma pessoa à condição de escravo, reduzindo-a a uma coisa, colocando-a num estado de sujeição total.

Assim, do meu ponto de vista, o verdadeiro critério diferenciador cinge-se no facto de o crime de escravidão exigir uma coisificação da vítima por parte do agente do crime, o que já não acontece no crime de maus-tratos. Efetivamente, para que o crime de escravidão se encontre verificado não basta uma grave ofensa à dignidade da pessoa humana, é, pois, necessário que a vítima seja tratada como uma coisa de que o agente pode dispôr como se de sua propriedade se tratasse. Assim, numa situação em que a vítima sofre maus-tratos como meio de a manter numa situação de exploração laboral, apenas estaremos perante um crime de escravidão se a mesma for tratada como propriedade do agente. Nos restantes casos estamos apenas perante um crime de maus tratos.

## 1.2. Da Burla relativa ao trabalho

O crime de burla relativa a trabalho integra a estrutura de um genuíno crime de burla, existindo autores, como TAIPA DE CARVALHO<sup>100</sup> e ALMEIDA COSTA<sup>101</sup>, que defendam a sua desnecessidade e respetiva eliminação, face aos artigos 217º e 218º do CP. Porém, o legislador, ao introduzir o crime de burla relativa a trabalho no CP, visou a proteção dos trabalhadores face às condições infra-humanas a que são sujeitos no estrangeiro, uma vez deslocados para um país diferente do da sua residência, longe da sua cultura, família, língua e, ademais, sem recursos<sup>102</sup>. Ao referir-se a “condições infra-humanas”, o legislador terá tido em mente as condições de trabalho atentórias da dignidade da pessoa humana a que podem ser sujeitos os trabalhadores no estrangeiro. Porém, apesar de ter sido esta a intenção do legislador aquando das Propostas de Lei nº 80/VII, de 07 de Abril de 1997, e a Proposta de Lei nº 160/VII, de 08 de Janeiro de 1998, tal não se encontra contemplado no texto do artigo 222º do CP.

Assim, para que se encontrem preenchidos os nºs 1 e 2 do artigo 222º do CP, é necessário não só que o agente atue com a intenção de obter um enriquecimento ilegítimo (próprio ou alheio), mas também a ocorrência de um efetivo prejuízo patrimonial de outra pessoa<sup>103</sup>. O crime de burla relativa a trabalho contém os mesmos elementos do tipo

---

<sup>100</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense* (...), 2012, pág. 336.

<sup>101</sup> ALMEIDA COSTA, em anotação ao artigo 222º do Código Penal, *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Tomo II, Coimbra Editora, 1999, pág. 336.

<sup>102</sup> MARIANA FIDALGO, “Burla relativa a trabalho ou emprego”, in Revista *Julgar*, Janeiro de 2017, pág. 28.

<sup>103</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense* (...), 2012, pág. 334.



fundamental do crime de burla, excetuando-se somente o facto de o erro ou engano incidir sobre um facto específico, que se traduz no aliciamento ou promessa de trabalho. Assim, decorrem desta norma os seguintes elementos objetivos típicos do crime: a) aliciamento ou promessa de trabalho ou emprego no estrangeiro, quando o ofendido resida em Portugal, ou em Portugal, quando o ofendido resida no estrangeiro e; b) prejuízo patrimonial<sup>104105</sup>. Quanto ao aliciamento ou promessa de emprego no estrangeiro, enquanto elemento objetivo do tipo, o mesmo verificar-se-á quer com a provocação do engano ou erro, de modo a distorcer a realidade das coisas, quer com o aproveitamento do erro em que a pessoa se encontra.

A este respeito, e a título meramente exemplificativo, parece-me interessante a análise de dois acórdãos onde é discutida a aplicação do crime de burla relativa a trabalho e o crime de escravidão.

Num primeiro acórdão, Acórdão da RP de 27 de Novembro de 2013, Processo nº 322/04.1TAMLG.P1 (Relator: Augusto Lourenço), é retratado um caso de dois arguidos que, para além de explorarem um depósito de sucata, também se dedicam, durante os meses de verão, a explorar diversões nas feiras e festas populares em Espanha e Portugal, atividade esta que cumulam com a vindima e a apanha da maçã na época festiva. Posto isto, os arguidos decidiram organizar-se com o objetivo de angariarem trabalhadores portugueses para obterem mão-de-obra gratuita para a exploração destas atividades. Como forma de aliciar os ofendidos, os arguidos prometiam uma determinada remuneração, com alimentação, transporte e alojamento incluídos e, ainda, folga aos sábados e aos domingos. Porém, uma vez nos locais de trabalho, os ofendidos eram constantemente controlados e vigiados pelos arguidos, não recebendo qualquer remuneração pelo trabalho prestado e não podendo gozar de qualquer descanso ao sábado, domingo ou feriados. Dadas as precárias condições em que os ofendidos se encontravam a trabalhar, uma das vítimas tentou a fuga, a qual não foi bem-sucedida, tendo o referido ofendido sido alvo de agressões por parte de um dos arguidos que lhe desferiu murros e pontapés em várias partes do corpo.

Dados estes factos, consideraram assim os relatores deste Acórdão estarem aqui, com clareza, todos os elementos do crime de escravidão. Porém, existe uma particularidade neste caso, que advém do facto de ter tido na sua génese um outro crime, o crime de burla relativa a promessa de trabalho. No entanto, toda a execução subsequente insere-se claramente no referido crime de escravidão. Assim, o trabalho realizado pelo ofendido ter-se-á considerado trabalho realizado em condições análogas às de escravo, tendo em conta que a vítima foi

---

<sup>104</sup> Prejuízo patrimonial traduz-se num prejuízo para o património enquanto conjunto de bens ou utilidades com valor económico, cuja fruição é permitida pelo Direito.

<sup>105</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal (...)*, 2008, pág. 612.

colocada completamente sob o domínio do arguido. Efetivamente, toda a liberdade de movimentos, dependência económica, sustento alimentar e demais necessidades básicas ficaram sob o domínio do arguido e dos seus comparsas, que deste modo reduziram a vítima a um estado de passividade idêntica àqueles que viviam em cativeiro, a que acresciam os maus tratos, a carência de alimentos, coação e ameaças. Em suma, a vítima, além de enganada desde o início quanto à promessa de trabalho, viu-se depois privada de toda a sua dignidade humana, sem autonomia nem poder sobre a sua própria pessoa<sup>106</sup>. Os Juizes do Tribunal da Relação do Porto vieram confirmar a condenação anteriormente avançada pelo 2º Juízo do Tribunal Judicial de Lamego, condenando os arguidos pelos crimes de escravidão e de burla relativa a trabalho em concurso efetivo, o que, do meu ponto de vista não parece ser o mais correto. Porém esta problemática será analisada posteriormente.

Já num segundo Acórdão, isto é, no Acórdão do STJ de 6 de Novembro de 2014, Processo nº 161/05.2JAGR.D.C2.S1 (Relator: Rodrigues da Costa), levanta-se a questão de saber se estão em causa crimes de burla relativa ao trabalho ou crimes de escravidão. Isto surge porque os arguidos vêm alegar que os ofendidos apenas se queixam de terem trabalhado sem terem recebido o devido vencimento. Assim, de acordo com os arguidos, os ofendidos sentiram-se enganados, pois os arguidos prometeram-lhes que iam receber ordenado mensal, o que não cumpriram. Os ofendidos desanimaram quando, após o primeiro mês de trabalho, se aperceberam que não recebiam vencimento, sendo necessário ter em atenção que as condições de alimentação e do alojamento eram iguais às dos arguidos. Em suma, os arguidos defendem que aqui não está em causa um crime de escravidão, mas sim os crimes de maus-tratos e burla relativa a trabalho que concorrem entre si, já que os maus-tratos serviam como meio para manterem os ofendidos a trabalharem sem retribuição, essencialmente quando se queixavam que não queriam trabalhar mais por não receberem.

Porém, no acórdão em causa, “*resultou provado que os ofendidos para além de serem instrumentalizados pelos arguidos para exploração económica, obrigando-os a trabalhar horas sem fim e mal alimentados, não tinham liberdade de movimentos – não se podiam sequer deslocar, por sua iniciativa, a qualquer povoação ou outro lugar, sendo impedidos de comunicar com quaisquer familiares ou amigos e quando lhes era consentido faziam-no vigiados pelos arguidos –, eram espancados ou ameaçados de espancamento, e alguns mesmo acorrentados. Estavam totalmente dependentes, para efeitos económicos e de alimentação dos arguidos, e eram tratados pelos arguidos sem qualquer respeito pela sua dignidade humana, como objetos de que dispunham como entendiam, anulando as suas vontades*”<sup>107</sup>. Aqui o essencial não

---

<sup>106</sup> Ac. do TRP de 27-11-2013, Proc. nº 322/04.1TAMLG.P1 (Relator: Augusto Lourenço).

<sup>107</sup> Ac. STJ de 6-11-2014, Proc. nº 161/05.2JAGR.D.C2.S1 (Relator: Rodrigues da Costa), ponto 9.5..

foi, pois, o prejuízo patrimonial causado pelos arguidos aos ofendidos. É óbvio que o que resulta dos factos provados é que os arguidos os trataram como qualquer “coisa” sua, de que dispunham como lhes apetecia, negando-lhes a dignidade própria das pessoas, quando boa parte dos ofendidos apresentavam défice de autonomia mesmo para se queixarem contra os arguidos em resultado do medo a que os sujeitaram, impedindo-os de viver livremente. O tribunal concluiu, então, pela condenação dos arguidos apenas pelo crime de escravidão por ter considerado que este tipo legal de crime consome o crime de burla relativa a trabalho. Assim, o STJ condenou os arguidos pelo crime de escravidão em concurso aparente com os crimes de sequestro, ameaça, maus-tratos, coação e burla relativa a trabalho, contrariamente ao acórdão acima analisado.

Como foi observado acima, parece haver aqui uma grande querela jurisprudencial quanto à questão de saber se existe um concurso aparente entre estes dois tipos de crime ou, ao invés, um concurso efetivo. Esta problemática será tratada no próximo ponto.

O que realmente importa aqui é a distinção entre o crime de escravidão e o crime de burla relativa a emprego. Desde logo, enquanto que o crime de burla relativa a trabalho tem como bem jurídico o património de outra pessoa e, de igual modo, a liberdade de decisão e ação, no crime de escravidão o bem jurídico é completamente diferente: a dignidade ou personalidade da pessoa humana individual. Assim, o crime de escravidão é muito mais abrangente que o crime de burla relativa a trabalho, na medida em que, apesar de no crime de escravidão poder existir um aliciamento para o exercício de uma determinada atividade no estrangeiro que não será remunerada, o que realmente está em causa no crime de escravidão é o tratamento de uma pessoa como coisa, sendo despojada da sua dignidade. O crime de burla relativa a trabalho está muitas vezes associado ao crime de escravidão por ser um meio para o atingir, porém, não se confunde com o mesmo.

Se atentarmos à intenção do legislador por detrás do artigo 222º do CP, verificamos que a distinção entre o crime de burla relativa a trabalho e o crime de tráfico de pessoas é mais complexa do que a distinção face ao crime de escravidão, já que aqueles crimes se baseiam no aliciamento de pessoas para as submeter a condições de trabalho “infra-humanas”, ao contrário do crime de escravidão. Assim, a distinção destes dois tipos de crime prende-se, desde logo, com o facto de as condições “infra-humanas” a que o legislador faz alusão nos trabalhos preparatórios da reforma de 1998 (Proposta de Lei nº80/VII, de 07 de Abril de 1997, e Proposta de Lei nº160/VII, de 08 de Janeiro de 1998) referentes ao crime de burla relativa a trabalho, se traduzirem num “minus” relativamente ao trabalho forçado e à exploração laboral tratadas no crime de tráfico de pessoas. Assim, enquanto que na burla

relativa a trabalho o legislador pretendeu punir os agentes que, através de aliciamento ou promessa de trabalho, tenham em vista puramente uma intenção lucrativa (ter um lucro maior do que o que teriam se tivessem respeitado todas as normas laborais e sociais), no tráfico de pessoas o que está em causa é um aliciamento com vista uma posterior exploração laboral (e não só). Em suma, se após o ato de aliciamento ou engano existir uma situação de exploração laboral, estamos perante um crime de tráfico de pessoas<sup>108</sup>.

No entanto, apesar de a intenção do legislador ter sido a de proteger as pessoas que através da burla relativa a trabalho se deparem com condições infra-humanas, a verdade é que não redigiu o tipo legal de crime de modo a lograr os seus intentos. Assim, para que estejamos perante um crime de burla relativa a trabalho, basta a existência de um aliciamento ou promessa de emprego no estrangeiro que cause um prejuízo patrimonial, na medida em que esse emprego poderá nem existir e, portanto, não se verificar a sujeição a quaisquer condições infra-humanas.

Apesar de no Acórdão analisado neste relatório (Ac. n° 2731/04.7JAPRT) nada ser referido relativamente ao crime de burla relativa a trabalho, este é um crime que está plenamente presente por se verem verificados todos os seus elementos típicos<sup>109</sup>.

### 1.3. Do Tráfico de Pessoas

Como evidencia o Protocolo de Palermo, na alínea a) do artigo 3º, “por “tráfico de pessoas” entende-se o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos”.

Relativamente a este tipo de crime surgem maiores dificuldades de distinção face ao crime de escravidão, uma vez que os dois tipos legais estarão, na maior parte dos casos, intimamente relacionados<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> MARIANA FIDALGO, “Burla relativa a trabalho (...), pág. 10.

<sup>109</sup> Ac. n° 2731/04.7JAPRT – “Os arguidos procederam a angariação de trabalhadores portugueses para o trabalho agrícola em zonas específicas de Espanha (associadas à cultura da vinha e da fruta) frágeis pessoal e socialmente – com o intuito de as exploraram de modo a terem à sua disposição mão-de-obra tendencialmente gratuita, apoderando-se dos salários efetivamente pagos pelos patrões espanhóis”.

<sup>110</sup> CRISTIANA ALVES DE OLIVEIRA, O Crime de Escravidão (...), pág. 206.

O tráfico de seres humanos é hoje uma realidade que ocorre em todo o mundo, em que as pessoas são comercializadas e tratadas como se de mera mercadoria se tratassem, sendo desprovidas de toda a sua dignidade – valor fundamental da pessoa humana. Esta traduz-se, assim, numa atividade que manipula completamente a vítima, condicionando a sua vontade ou qualquer opção de definir o modo como vivem<sup>111</sup>.

Considera a Comissão Europeia que este constitui um crime contra a pessoa, com a finalidade de exploração. Neste sentido, o artigo 160º do CP delimita as situações que se podem enquadrar neste ilícito. De acordo com o referido artigo, pratica o crime de tráfico de pessoas quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração laboral, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de actividades criminosas, por meio de violência, rapto, abuso de autoridade, aproveitando-se de uma incapacidade psíquica ou especial vulnerabilidade da vítima ou através de outra forma de engano ou coação<sup>112 113</sup>.

Como salienta VAZ PATTO, o crime de tráfico de pessoas, à semelhança do crime de escravidão, protege o bem jurídico da liberdade pessoal. Mas, nas palavras do referido Autor, “*não se trata de uma qualquer violação da liberdade pessoal. Podemos dizer que é uma “qualificada” violação dessa liberdade pessoal que está em causa. E “qualificada” porque afeta de modo particular a dignidade da pessoa humana, reduzida a objeto ou instrumento. Está, pois, em causa, no tráfico de pessoas, para além da liberdade pessoal, a dignidade da pessoa humana*”<sup>114</sup>. Também TAIPA DE CARVALHO é adepto desta posição, considerando que o crime de tráfico de pessoas atinge de forma radical e direta a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, defende o Autor que se pode considerar o tráfico de pessoas uma “quase escravidão”<sup>115</sup>. Importa, pois, atentar

<sup>111</sup> *Idem*, pág. 182.

<sup>112</sup> *Idem*, pág. 182.

<sup>113</sup> CARLA RAQUEL NÓBREGA CORREIA, *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ, pág. 182 e 183 – São indicadores que facilitam a identificação de situações de tráfico de seres humanos:

- A pessoa não tem o controlo dos seus documentos de identificação ou de viagem;
- Teve indicações específicas sobre o que dizer quando estivesse perante um agente da autoridade;
- Foi recrutada para fazer um trabalho, e depois é forçada a fazer outro;
- Está a ser retirada uma parte do seu ordenado, para pagar as despesas da viagem;
- Está a ser forçada a práticas sexuais;
- Não tem liberdade de movimentos;
- Caso tente escapar, a pessoa ou a sua família podem sofrer vinganças;
- Foi ameaçada que seria deportada ou sofreria outra sanção legal;
- Não pode livremente socializar com outras pessoas, nem praticar a sua religião.

<sup>114</sup> VAZ PATTO, na sua intervenção na “Conferência Internacional sobre o Tráfico de Seres Humanos”, que teve lugar no CEJ, no dia 25 de Outubro de 2013.

<sup>115</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense (...)*, 2012, pág. 678.

qual a fronteira que permite delimitar o crime de tráfico de pessoas do crime de escravidão, já que se encontra incluída, como finalidade típica daquele tipo de crime, a escravidão<sup>116</sup>.

VAZ PATTO avança o critério do grau de instrumentalização para distinguir entre o crime de tráfico de pessoas e o crime de lenocínio agravado. Assim, a fronteira entre o lenocínio agravado e o crime de tráfico de pessoas passa pelo grau de instrumentalização da vítima, ou seja, ainda que se considere que esta instrumentalização se verifica sempre na prostituição, tal instrumentalização será mais acentuada no lenocínio qualificado, e mais ainda no tráfico de pessoas para exploração sexual, aproximando-se o tráfico de pessoas daquele ápice de instrumentalização da pessoa que representa a escravidão. Porém, o autor vem clarificar que este critério não pode ser utilizado relativamente ao crime de escravidão, já que este crime é, *“por definição, o grau máximo da instrumentalização de uma pessoa. Não podemos falar em grau de intensidade da escravidão”*. Assim sendo, a diferença entre o crime de tráfico de pessoas para escravidão e o crime de escravidão residirá na diferença entre o crime-meio (tráfico de pessoas) e o crime-fim (crime de escravidão). Estaremos, assim perante um caso de tráfico de pessoas para escravidão sempre que exista algum ato prévio de aliciamento, aceitação, transporte, alojamento ou acolhimento com a finalidade de submeter ou manter outrem na condição ou estado de escravo. Porém, muitas vezes, o crime de escravidão surge de forma isolada, sendo, portanto, um crime autónomo, uma vez que não tem na sua génese a prática de qualquer outro crime. Nestes casos, não se coloca a questão do concurso de crimes por não ter existido qualquer ato prévio de aliciamento, aceitação, transporte, alojamento ou acolhimento à situação de escravidão. Assim, o crime de escravidão vai mais além do crime de tráfico de pessoas para escravidão, exigindo-se, assim, uma maior afetação do bem jurídico protegido – a dignidade da pessoa humana –, e um maior juízo de censura. Por outro lado, os tipos objetivos de ilícito dos dois tipos de crime são completamente diferentes. Enquanto que o crime de escravidão se prende com a redução de uma pessoa ao estado de coisa, sendo tratada como se de propriedade de alguém se tratasse, no crime de tráfico de pessoas o que está em causa é a oferta, entrega, aliciamento, aceitação, transporte, alojamento ou acolhimento de uma pessoa com vista à sua posterior exploração sexual, laboral, mendicidade, escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas. Assim sendo, o crime de tráfico de pessoas é considerado um crime de ato cortado, uma vez que o tipo deste crime contém uma intenção de realização de um resultado que não faz parte do tipo (como por exemplo a escravidão), mas que é provocado por uma ação ulterior a praticar pelo próprio agente ou por terceiro. Em suma, enquanto que o crime

---

<sup>116</sup> ANA SOFIA DA COSTA TRAQUEIA, *O Crime de Escravidão (...)*, pág. 143.

de tráfico de pessoas se traduz em condutas isoladas de aliciamento, entrega, transporte ou alojamento de uma pessoa para fins de escravidão, mendicidade, extração de órgãos, exploração sexual ou laboral, ou outras atividades criminosas, o crime de escravidão consiste em sujeitar a vítima a um estado ou condição total de escravo, sendo a mesma tratada como propriedade do agente, como sua coisa.

Todavia, a alínea *b*) do artigo 159º do CP é suscetível de se confundir com o crime de tráfico de pessoas, distinguindo-se do referido crime por estarem aqui em causa atos de transmissão ou de aquisição de propriedade ou plena disposição de uma pessoa que já está no estado ou condição de escravo. Nesta alínea, o agente, tal e qual o proprietário de uma coisa, exerce sobre a pessoa humana (que já se encontra numa situação de escravidão) as prerrogativas que o direito de propriedade lhe concede, praticando atos de transmissão, aquisição ou disposição da propriedade. A este respeito, como menciona TAIPA DE CARVALHO, na alínea *b*) do artigo 159º do CP estão em causa as condutas integradoras de “*servidão por dívidas, servidão de gleba, a escravidão por cessão, por descendência, a alienação ou aquisição a qualquer título, do direito de disposição total sobre mulher ou menor*”<sup>117</sup>. Deste modo, o legislador utiliza as expressões “*estado*” ou “*condição*”, pretendendo abranger não só as situações de permanência na escravidão (estado), mas também aquelas que se revelam mais transitórias (condição)<sup>118</sup>. No entanto, a escravidão prevista na alínea *b*) do artigo 159º parece poder implicar condutas de tráfico de pessoas, caso em que as mesmas não serão, pois, autonomamente púniveis, havendo aqui lugar ao concurso aparente de crimes.

O crime de escravidão traduz-se, pois, num “homicídio moral”, sendo este limiar da humanidade que o diferencia do crime de tráfico de pessoas, já que a violação da dignidade da pessoa humana é gritante neste crime<sup>119</sup>.

Em suma: “*o crime de tráfico de pessoas para escravidão e o crime de escravidão protegem o mesmo bem jurídico: a liberdade individual e a dignidade da pessoa humana, porquanto, num e noutro, a vítima é tratada como um objeto, não tem poder nem autonomia sobre a sua pessoa. No entanto, o crime de escravidão vai mais além, pois é um “plus” em relação ao tráfico de pessoas – o juízo de censura a efetuar sobre a conduta do agente é necessariamente mais elevado, assim como o é, a violação do bem jurídico em causa*”<sup>120</sup>.

Como demonstração desta diferenciação, é relevante chamado caso “Fundão”. Da análise deste acórdão resulta que as vítimas eram aliciadas para trabalhar na agricultura em Espanha. “*Quando as vítimas chegavam a uma quinta perto de Valladolid em Espanha, os arguidos*

<sup>117</sup> TAIPA DE CARVALHO, *Comentário Conimbricense (...)*, pág. 424.

<sup>118</sup> SANTOS, SIMAS; e HENRIQUES, LEAL; *Código Penal Anotado*, 3ª Edição, 2º Volume, Editora Rei dos Livros, 2000, pág. 353.

<sup>119</sup> *Idem*, pág. 143.

<sup>120</sup> *Idem*, pág. 143.

*retiravam-lhes todos os seus documentos de identificação, eram instalados num armazém que também servia de galinheiro sem quaisquer condições de higiene ou salubridade, dormiam no chão e eram presos pelos pulsos por uma corrente de ferro chumbada ao chão e fechada com um cadeado. Eram obrigados a trabalhar na agricultura, quase sempre desde o nascer do dia até ao anoitecer, por vezes pela noite dentro, sempre vigiados atenta e permanentemente pelos arguidos. A prestação do trabalho era negociada pelos arguidos com os agricultores espanhóis locais. A remuneração do trabalho prestado era paga por esses agricultores aos arguidos, que a recebiam por vez das vítimas sem nunca lhes entregarem qualquer salário. As vítimas não se podiam deslocar a qualquer lugar e eram impedidos de comunicar com quaisquer familiares ou amigos. Quando as vítimas protestavam com as condições de trabalho ou referiam que queriam voltar a Portugal, eram agredidas a murro e pontapé e ameaçadas de morte. Estas agressões ocorriam sempre à frente dos outros trabalhadores de forma a lhes incutir medo. À noite, eram acorrentadas no galinheiro”<sup>121</sup>.* Neste acórdão, três dos arguidos foram condenados com severas penas de prisão pelo crime de escravidão, que obviamente, e dados todos os seus requisitos, se enquadra neste caso. Contudo, o quarto arguido, o “recrutador”, foi acusado pelo crime de tráfico de pessoas, já que, relativamente a este arguido, não se verificam os elementos caracterizadores do crime de escravidão. Porém, verifica-se sim o crime de tráfico de pessoas para escravidão, na sua categoria de crime-meio. No entanto, este “recrutador” foi absolvido dos crimes de tráfico de pessoas, dado que os factos ilícitos que lhe foram imputados são anteriores à entrada em vigor da norma incriminadora do art. 160º, que apenas foi introduzida pela revisão do CP (operada pela Lei 59/07, de 4 de Setembro, que entrou em vigor em 15 de Setembro de 2007). De facto, o Tribunal considerou que à data não existia no catálogo de crimes previstos no CP qualquer norma incriminadora dessa conduta, uma vez que o crime de tráfico de pessoas existente antes de 2007 era apenas relativo a exploração sexual, pelo que nada mais restava do que a absolvição desse arguido. Com esta decisão houve quem entendesse que a conduta deste arguido poderia ter sido subsumida na previsão da alínea b) do artigo 159º do CP. Não posso, porém, concordar com tal opinião, já que o caso em concreto não se enquadra no tipo da alínea b) do artigo 159º do CP, isto porque o que está em causa nesta alínea são os atos de transmissão ou de aquisição de propriedade ou plena disposição sobre uma pessoa que já está no estado ou condição de escravo. Ora, neste caso, o arguido recrutou as vítimas para que as mesmas fossem reconduzidas à condição de escravos, e não para as manter nessa condição. Assim, esta é uma diferença fundamental entre o disposto na alínea b) do artigo 159º do CP e o disposto do nº1 do artigo 160º do CP. Por outro lado, houve também quem defendesse que o referido comportamento do arguido poderia integrar o crime de burla relativa a

---

<sup>121</sup> *Idem*, pág. 147.



trabalho previsto e punido pelo artigo 222º do CP. Ora, também não posso concordar com esta posição, uma vez que o crime de burla relativa a trabalho não se confunde com o crime de escravidão nem com o crime de tráfico de pessoas. Estes crimes pressupõem uma exploração (no caso da escravidão) ou meios para que a mesma seja concretizada (no caso do tráfico de pessoas), uma ofensa grave da dignidade da pessoa humana, e no caso da escravidão, uma coisificação da vítima, o que não é exigido no crime de burla relativa a trabalho. Porém, também não posso concordar com a posição do tribunal ao absolver o arguido do crime por ele cometido. Assim, do meu ponto de vista, a solução aqui evidente seria condenar o agente “recrutador” como cúmplice do crime de escravidão, pela impossibilidade de aplicação do crime de tráfico de pessoas.

Em suma, foi esse arguido que recrutou as vítimas com vista a cedê-las aos restantes arguidos (mediante pagamento) e, só dessa forma, estes entraram na posse dos outros arguidos, assim os reduzindo à condição de escravos. Este é, assim, um caso em que se denota facilmente a diferença entre um crime de escravidão e um crime de tráfico de pessoas.

## 2. Concurso de Crimes

Como podemos observar do ponto acima estudado, existem condutas que se encontram numa situação de interseção entre o crime de escravidão e os crimes de sequestro, rapto, ameaça, coação, ofensa à integridade física, maus-tratos, burla relativa a trabalho e tráfico de pessoas. Esta questão jurídico-dogmática é denominada de concurso de crimes. Terá lugar o concurso de crimes sempre que *“no mesmo processo penal (ou em processo penal posterior destinado ao conhecimento de um concurso superveniente) o comportamento global imputado ao agente – traduza-se ele numa unidade ou pluralidade de ações – preenche mais que um tipo legal de crime, previsto em mais que uma norma concretamente aplicável, ou preenche várias vezes o mesmo tipo legal de crime previsto pela mesma norma concretamente aplicável: artigo 30º-1”*<sup>122123</sup>. O concurso de crimes pode, porém, dividir-se em duas categorias: concurso efetivo, puro ou impróprio, em que existe uma pluralidade de crimes cometidos mediante uma mesma ação ou várias ações; e concurso aparente, impuro ou impróprio em que, apesar de determinadas condutas preencherem uma

---

<sup>122</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal (...)*, pág. 1005.

<sup>123</sup> MIGUEZ GARCIA e CASTELA RIO, *Código Penal (...)*, pág. 219 – “A teoria do concurso tem como ponto de partida clarificar a seguinte questão: quais as opções, no seio do direito penal, quando uma e a mesma pessoa – seja com uma só ação, seja com várias ações – viola vários tipos de crime ou viola o mesmo tipo de crime várias vezes de modo ilícito e culposo”.

pluralidade de crimes, o que existe, na realidade, é uma unidade criminosa, sendo aqui necessário determinar por qual crime deve o agente ser punido.

Assim, neste ponto iremos numa primeira fase distinguir estas duas categorias do concurso de crimes, para numa fase posterior analisarmos qual terá aplicação ao Acórdão 2731/04.7JAPRT, tendo em especial atenção o concurso de crimes entre a escravidão e o tráfico de pessoas, por ser o de aplicação mais complexa já que existe uma grande semelhança entre os dois, e aquele crime e o de burla relativa a trabalho, sendo que os dois se encontram muitas vezes associados.

## 2.1. A unidade e pluralidade de infrações

Esta problemática, sendo uma das mais complexas da dogmática penal, encontra o seu princípio geral de solução no artigo 30º do CP: o número de crimes determina-se pelo número de tipos de crime efetivamente cometidos, ou pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime for preenchido pela conduta do agente<sup>124</sup>, surgindo aqui duas teorias distintas. Para Eduardo Correia, *“a possibilidade de subsunção numa relação da vida a um ou vários tipos legais é, praticamente, a chave para determinar a unidade ou pluralidade de crimes em que tal relação se sintetiza ou desdobra”*, assim, para este autor, *“se diversos valores ou bens jurídicos são negados, outros tantos crimes haverá de ser contados, independentemente de, no plano naturalístico, lhes corresponder uma só atividade”*<sup>125</sup>. FIGUEIREDO DIAS vem criticar esta conceção considerando que se afastou abruptamente da consideração global do tipo (ou seja, para este autor, EDUARDO CORREIA acabou por desconsiderar a totalidade dos elementos principais do tipo, dando relevância decisiva somente ao bem jurídico violado, ao valor jurídico-criminal negado). Assim, este autor para construir um novo critério de distinção entre a unidade e pluralidade de crimes, numa posição com a qual concordo, recorre ao conceito de sentido de ilicitude jurídico-penal do comportamento global do agente. Vem, então, afirmar que é no ilícito-típico que se encontra a essência da violação de bens jurídico-penais, e, portanto, é a existência ou não de plúrimos sentidos de ilicitude típica no comportamento do agente que vai estabelecer a unidade ou a pluralidade de crimes no caso concreto<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> Ac. STJ de 27-05-2010, Proc. nº 474/09.4PSLSB.L1.S1 (Relator: Henriques Gaspar).

<sup>125</sup> EDUARDO HENRIQUES DA SILVA CORREIA, *A Teoria do Concurso em Direito Criminal*, Almedina, 2ª Reimpressão, 1996, pág. 91.

<sup>126</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal (...)*, pág. 988 e 989.

Na verdade, é a “*unidade ou pluralidade de sentidos de ilicitude típica, existentes no comportamento global do agente submetido à cognição do tribunal, que decide em definitivo da unidade ou pluralidade de factos puníveis e, nesta acepção, de crimes. E assim se deverá distinguir entre os casos do concurso efetivo, próprio ou puro (previsto no artigo 30º, nº1 do CP) – recondutível a uma pluralidade de sentidos sociais autónomos dos ilícitos-típicos cometidos e, deste ponto de vista, a uma pluralidade de factos puníveis – e os casos de concurso aparente, impuro ou impróprio (também integrados no âmbito do artigo 30º, nº1 do CP) – caracterizados pelo facto de o comportamento ser dominado por um único sentido autónomo de ilicitude, de modo que a ele corresponde uma predominante e fundamental unidade de sentido dos concretos ilícitos-típicos praticados*”<sup>127</sup>.

## 2.2. As modalidades do concurso de crimes

### 2.2.1. *Concurso efetivo de crimes*

A respeito do concurso efetivo de crimes, EDUARDO CORREIA considera que estamos perante este sempre que se verifique uma pluralidade de normas que sejam efetivamente violadas, isto é, uma pluralidade de crimes efetivamente cometidos, quer pela violação do mesmo tipo legal de crime (concurso efetivo homogéneo), quer pela violação de diferentes tipos legais de crimes (concurso heterogéneo de crimes). Por outro lado, para Figueiredo Dias o concurso efetivo de crimes acarreta uma pluralidade de sentidos de ilícito do comportamento global, isto é, para que o concurso de crimes seja efetivo, é necessário que o comportamento do agente, quando globalmente analisado, revele plúrimos sentidos de ilícito, autónomos entre si, aos quais subjaz a aplicação em concreto de uma pluralidade de normas jurídico-penais típicas. De facto, apenas com esta valoração integral dos sentidos de ilícito autónomos é possível o cumprimento do mandato da esgotante apreciação ínsito no princípio *ne bis in idem*<sup>128</sup>. Adicionalmente, somente com o concurso efetivo de crimes fica justificada a aplicação do artigo 77º, nº2 do CP, e o respetivo sistema de soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes para efeito de determinação do limite máximo da pena conjunta do concurso de crimes. Na verdade, não é legítimo que se considere como concurso efetivo, punido nos termos do artigo 77º do CP, uma conduta que, integrando um

<sup>127</sup> Ac STJ de 30-10-2014, Proc. nº 32/13.9JDLSP.E1.S1 (Relatora: Helena Moniz).

<sup>128</sup> COSTA ANDRADE, *Da unidade e pluralidade (...)*, pág. 189.

dos elementos do tipo predominante, seja também um elemento constitutivo de outro tipo legal de crime<sup>129</sup>.

No contexto do concurso efetivo de crimes, FIGUEIREDO DIAS, nos mesmos termos que EDUARDO CORREIA, vem ainda diferenciar entre concurso heterogéneo – quando os crimes que compõem o ilícito global sejam diferentes – e homogéneo, quando ao comportamento global apenas é aplicável uma norma típica, mas que foi violada mais do que uma vez<sup>130</sup>.

### 2.2.2. *Concurso aparente de crimes*

Já no concurso aparente, apesar de à conduta ilícita se aplicarem uma pluralidade de normas típicas, a presunção de pluralidade de sentidos do ilícito autónomo é elidida<sup>131</sup>, isto porque “*os sentidos singulares de ilicitude típica presentes no comportamento global se conexionam, se intercessionam ou parcialmente se cobrem, de forma tal que, em definitivo, se deve concluir que aquele comportamento é dominado por um único sentido de desvalor jurídico-social*”<sup>132</sup>, isto é, por um sentido predominante de forma que as regras do artigo 77º são consideradas inaceitáveis<sup>133</sup>. Assim, em jeito de síntese, o que acontece no concurso aparente é que se verifica uma pluralidade de normas típicas concretamente aplicáveis, mas não uma pluralidade de crimes “efetivamente cometidos”<sup>134</sup>.

Quanto ao concurso aparente, surgem várias relações de concorrência entre as normas. A relação de especialidade entre normas é uma relação lógico-jurídica, em que terá aplicação apenas a norma cujo tipo convocado pelo caso decidendo seja efetivamente especial. Isto na medida em que é este tipo que, contendo todos os elementos de um tipo geral, lhe acrescenta um qualquer elemento adicional diferenciador e que se encontra, por

---

<sup>129</sup> Ac. STJ, de 10-07-2013, Proc. nº 29/04.0JDLSB-Q.S1 (Relator: Manuel Joaquim Braz).

<sup>130</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal* (...), pág. 1006.

<sup>131</sup> MIGUEZ GARCIA e CASTELA RIO, *Código Penal* (...), pág. 222 – “*Se vários tipos legais se encontrarem preenchidos pelo comportamento global existirá concurso, mas não necessariamente concurso efetivo ou puro. Este pode não existir se se verificar que à pluralidade de normas efetivamente aplicáveis corresponde, apesar dela, um sentido jurídico-social de ilicitude material dominante, verificando-se então um concurso aparente ou impuro*”.

<sup>132</sup> O concurso aparente em Figueiredo Dias é um concurso de ilícitos que, em função da situação concreta, se podem sobrepor (total ou parcialmente), ou não. Diferentemente daquilo que era entendido como concurso aparente por Eduardo Correia, que consistia, na verdade, num concurso de normas, pelo que a simples análise abstrata dos tipos legais de crime em conflito nos permitia chegar a uma conclusão, independentemente das concretas circunstâncias do caso.

<sup>133</sup> Ac. STJ de 15-01-2015, Proc. nº 92/14.5YFLSB (Relatora: Helena Moniz).

<sup>134</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal* (...), pág. 1012.

isso, mais próximo do caso concreto<sup>135 136</sup>. Assim, nas relações de especialidade, o que ocorre é que a matéria de facto subsumível à norma especial cabe totalmente no âmbito mais vasto da norma geral (em relação à qual a primeira é norma especial), ou seja, aplicando-se as regras gerais de interpretação das leis do CC, a lei especial prevalece sobre a norma geral e afasta completamente a sua aplicação<sup>137</sup>.

Já na relação de subsidiariedade está em causa a aplicação de um tipo legal de crime que apenas se aplicará de forma auxiliar ou subsidiária, isto é, partindo do princípio de que não existe outro tipo legal que preveja pena mais grave. As relações de subsidiariedade correspondem, pois, àquelas situações em que o campo de aplicação de cada uma das normas concorrentes interfere com o campo de aplicação de outra norma de tal maneira que é possível verificar-se a aplicação formal de ambas as normas a alguns factos que cabem, conjuntamente, no âmbito das normas concorrentes, estamos, portanto, perante uma relação de interferência (é o que ocorre, por exemplo, nos casos em que um agente comete o crime de roubo utilizando violência contra uma pessoa)<sup>138</sup>.

Finalmente, no que respeita à relação de consunção, esta surge na maior parte dos casos de concurso aparente de crimes. Nestes casos importa primeiramente averiguar o comportamento global e aí perceber se os sentidos de ilícito que nele se encontram realizam efetivamente mais do que uma norma concretamente aplicável. Porém, quando os sentidos de ilicitude típica se connexionam, é facilmente perceptível que o comportamento global é dominado por apenas um sentido autónomo de desvalor jurídico-social, isto apesar das várias normas típicas concretamente aplicáveis ao comportamento global. FIGUEIREDO DIAS ressalva que, nestes casos, o concurso não resulta nem da mera existência de vários bens jurídicos, nem da necessidade de considerar as estruturas acidentais das normas em questão. Em suma, existirá consumpção, de acordo com este autor, quando o conteúdo de um ilícito-típico abrange, em regra, o de outro facto, de tal maneira que, do ponto de vista jurídico-normativo, a condenação pelo ilícito-típico mais grave exprime já de forma bastante o desvalor do comportamento global<sup>139</sup>. No caso da relação de consumpção, a mesma terá aplicação quando as normas concorrentes tenham, no que respeita à realidade do facto que incriminam, campo de aplicação inteiramente distinto. Nas palavras de MANUEL

---

<sup>135</sup> COSTA ANDRADE, *Da unidade e Pluralidade (...)*, pág. 297.

<sup>136</sup> Um bom exemplo desta relação de especialidade são a generalidade dos casos de homicídio que implicam uma necessária ofensa à integridade física.

<sup>137</sup> MANUEL CAVALEIRO DE FERREIRA, *Lições de Direito Penal, Parte Geral I, A Lei Penal e a Teoria do Crime no Código Penal de 1982*, Editorial Verbo, 1987, pág. 530.

<sup>138</sup> *Idem*, pág. 530.

<sup>139</sup> COSTA ANDRADE, *Da unidade e Pluralidade (...)*, pág. 302 e seguintes.

CAVALEIRO DE FERREIRA, “*a consumpção verifica-se, fundamentalmente, nos casos que a doutrina qualifica de antefacto, ou pós-facto, ou facto concomitante, não puníveis. O facto anterior, concomitante ou posterior pode, por força da lei, ser integrado no facto a que se reporta, como modalidade de um seu elemento constitutivo, ou como circunstância accidental, modificativa da penalidade*”<sup>140</sup>.

Resta-nos então a questão de perceber, nos casos concretos, quando estamos perante um único sentido de desvalor jurídico-social. O que aqui sucede é que, apesar de uma determinada conduta do agente integrar diversos tipos, a unidade de sentido de ilicitude autónoma advém do facto de existir no comportamento global um sentido de ilicitude dominante e fundamental<sup>141</sup>. O sentido de ilicitude absolutamente dominante é aferido segundo diversos critérios<sup>142</sup>:

- O critério da unidade de sentido do acontecimento ilícito global-final – nestas situações o agente propôs uma realização típica de certa espécie e, de forma a alcançar o seu objetivo, serve-se, com dolo necessário ou eventual, de métodos, processos ou de meios que já em si mesmos são considerados ilícitos criminais. Destes comportamentos globais, consegue-se subtrair, com clareza, a existência de um sentido de ilícito absolutamente dominante e autónomo, a par de outros sentidos dominados e dependentes<sup>143</sup>. Neste critério, bem como no anterior, não releva a existência ou não de uma conexão objetiva (parentesco dos bens jurídicos violados) ou subjetiva (unidade ou pluralidade de resoluções) entre os tipos legais violados pelo comportamento global.
- O critério do crime instrumental ou crime-meio – este critério abrange aqueles casos em que surge um ilícito singular, perante o ilícito principal, simplesmente como um meio de o realizar, sendo que nesta mesma realização acaba por esgotar o seu sentido e os seus efeitos. Aqui uma valoração autónoma do crime-meio acabaria por colocar em causa a violação da proibição jurídico-constitucional da dupla valoração. Já se for considerado como conformador de um concurso aparente não viola o mandamento de esgotante apreciação porque este crime-meio também vai influenciar a medida da pena do concurso<sup>144</sup>.

---

<sup>140</sup> CAVALEIRO DE FERREIRA, *Lições de Direito Penal (...)*, pág. 532 e 533.

<sup>141</sup> Acórdão do STJ de 15-01-2015, Processo nº 92/14.5YFLSB (Relatora: Helena Moniz).

<sup>142</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal (...)*, pág. 1016 e seguintes.

<sup>143</sup> *Idem*, pág. 1016 a 1018.

<sup>144</sup> *Idem*, pág. 1018 a 1020.

- O critério da unidade de desígnio criminoso – aqui estão expressos os casos em que a unidade de desígnio criminoso pode conferir a uma pluralidade de realizações típicas um sentido fundamentalmente unitário do ilícito<sup>145</sup>.
- O critério da conexão espacial-temporal das realizações típicas – deste critério resulta que a proximidade de espaço e/ou tempo das realizações típicas pode ser considerado um forte indício para concluirmos pela existência de uma leitura unitária do sentido de ilícito do comportamento total e, conseqüentemente, por um concurso aparente. Pelo contrário, a existência de um certo desfasamento contextual indicará uma pluralidade autónoma de sentidos do ilícito total e, portanto, um concurso efetivo<sup>146</sup>.
- O critério dos diferentes estádios de evolução ou de intensidade da realização global – de acordo com este critério, se, nos casos em que existe uma concorrência de normas relativas a diferentes estádios de evolução ou de intensidade da realização global típica a relação de subsidiariedade implícita deve ser negada para ser afirmada a pluralidade de normas concretamente aplicáveis, daqui tiramos a conclusão de que o problema já não é o do relacionamento de normas no plano lógico-abstrato, mas sim o da concorrência de sentidos dos ilícitos realizados e da determinação do sentido de ilícito absolutamente dominante, isto é, numa palavra, o problema do concurso aparente<sup>147</sup>.

De acordo com FIGUEIREDO DIAS, somente perante a situação concreta é que podemos analisar se o ilícito dominado constitui ou não uma conduta que se integre numa “unidade do sucesso ou acontecimento”, na qual o agente utiliza “métodos, processos ou meios já em si mesmo puníveis”, ou se integre numa “unidade de desígnio criminoso”, ou ainda se estamos perante uma conexão espaço-temporal entre as realizações típicas, tudo para que possamos concluir que, no caso concreto, a finalidade primordial do agente era a realização do ilícito dominante, sendo que o ilícito dominado apenas aparece como um ilícito secundário na análise global da ilicitude do comportamento concreto. Importa, pois, agora, proceder à análise do caso concreto, isto é, importa perceber se existe um concurso aparente ou um concurso efetivo entre o crime de escravidão e os restantes crimes acima mencionados<sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup> *Idem*, pág. 1020.

<sup>146</sup> *Idem*, pág. 1020 e 1021.

<sup>147</sup> *Idem*, pág. 1021 a 1023.

<sup>148</sup> Ac. STJ de 15-01-2015, Proc. n.º 92/14.5YFLSB (Relatora: Helena Moniz).

### 2.3. O Crime de Escravidão e o Concurso de Crimes

Quando falamos de concurso relativamente ao crime de escravidão importa distinguir duas situações: 1) quando a mesma conduta abarca as previsões do crime de escravidão, sequestro, rapto, ameaça, coação, ofensa à integridade física ou maus-tratos, não resultando daqui dúvidas que nos encontramos perante um concurso aparente de crimes no qual fica determinado que o crime de escravidão consome todos os restantes, surgindo assim a designação de “escravidão pura” – nestes casos, o comportamento global do agente do crime é dominado por um único sentido autónomo de ilicitude que se sobrepõe a todos os outros, pelo que lhe deverá ser imputada a prática de um único crime, sendo este, obviamente, o crime de escravidão; 2) e quando o crime de escravidão tem na sua génese um outro crime, que normalmente será o crime de tráfico de pessoas, mas que também poderá ser o crime de burla relativa a trabalho, a questão torna-se mais complexa e será analisada de seguida<sup>149</sup>.

#### 2.3.1. *Concurso entre o Crime de Escravidão e o Crime de Tráfico de Pessoas*

No que concerne ao concurso entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas, TAIPA DE CARVALHO vem distinguir, e na minha opinião bem, entre as situações em que é o próprio agente do crime de tráfico de pessoas aquele que vem posteriormente submeter a vítima a uma situação de escravidão, e aqueles casos em que o agente do tráfico tem o conhecimento de que posteriormente determinada vítima será submetida a uma situação de escravidão, mas que não será o próprio a praticar tais atos. Porém, apesar disto, o referido autor vem considerar que na segunda situação referida, o agente do crime apenas será punido pelo crime de tráfico de pessoas, uma vez que não pratica quaisquer atos de escravidão. Por outro lado, na primeira situação estaremos perante uma hipótese bem mais complexa. Assim, quando é o mesmo agente a praticar o crime de tráfico de pessoas e posteriormente o crime de escravidão, a doutrina divide-se. Um setor da doutrina, da qual faz parte TAIPA DE CARVALHO, defende aqui a existência de um concurso efetivo, em que o agente responde pelo crime de tráfico de pessoas e pelo crime de ofensa grave à integridade física ou de lenocínio, argumentando que igual solução será defendida relativamente ao crime de rapto. Porém, este autor não toma esta posição quanto

---

<sup>149</sup> ANA SOFIA DA COSTA TRAQUEIA, *O Crime de Escravidão (...)*, pág. 142.



ao crime de escravidão. Um outro setor da doutrina defende que o agente deverá apenas responder pelo crime-fim, que seria aqui a escravidão, uma vez que o crime de tráfico seria simplesmente instrumental em relação àquele (isto só não aconteceria se o crime-meio fosse mais severamente punido que o crime-fim)<sup>150</sup>.

Esta é a posição sustentada, por exemplo, por PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, que entende que o crime de escravidão está numa relação de concurso aparente (consunção) com os restantes crimes, inclusivamente com o crime de tráfico de pessoas. Para fundamentar este pensamento, tal autor aponta o facto de o ilícito de escravidão incluir já em si mesmo todas as violações dos bens jurídicos inerentes à dignidade humana, assim sendo, o agente deve ser punido apenas pelo crime de escravidão, por o crime de tráfico de pessoas ser instrumental deste. No entanto, este autor faz aqui a ressalva do crime de homicídio, já que o crime de escravidão encerra em si todas as violações inerentes ao bem jurídico protegido da dignidade humana, exceto, como é natural, a supressão da própria vida humana<sup>151</sup>. Também neste sentido aponta o acórdão do TEDH Rantsev v. Chipre e Rússia, de 7 de Janeiro de 2010<sup>152</sup>, que conclui que o tráfico de pessoas cai no âmbito do artigo 4º da CEDH. Com efeito, neste acórdão, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos identifica o tráfico de pessoas como forma contemporânea de escravidão e, portanto, condenou Chipre e Rússia por ofensa ao artigo 4º da Convenção, no qual as partes se comprometem “*a prevenir e reprimir o tráfico de escravos e fazer, progressivamente e logo que possível, a abolição completa da escravidão em todas as suas formas*”.

Daqui resulta que temos de nos servir do critério do crime-meio e crime-fim, aqui residindo a diferença entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas. De acordo

<sup>150</sup>TAIPA DE CARVALHO, in *Comentário Conimbricense (...)*, 2012, pág. 687 e 688.

<sup>151</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal (...)*, 2008, pág. 429.

<sup>152</sup> De acordo com este acórdão: “*The Court recalls that Article 4 makes no mention of trafficking, proscribing “slavery”, “servitude” and “forced and compulsory labour”.*

*Considering the scope of “slavery” under Article 4, the Court referred to the classic definition of slavery contained in the 1926 Slavery Convention, which required the exercise of a genuine right of ownership and reduction of the status of the individual concerned to an “object”.*

*The absence of an express reference to trafficking in the Convention is unsurprising. The Convention was inspired by the Universal Declaration of Human Rights, proclaimed by the General Assembly of the United Nations in 1948, which itself made no express mention of trafficking.*

*The Court considers that trafficking in human beings, by its very nature and aim of exploitation, is based on the exercise of powers attaching to the right of ownership. It treats human beings as commodities to be bought and sold and put to forced labour, often for little or no payment, usually in the sex industry but also elsewhere. It implies close surveillance of the activities of victims, whose movements are often circumscribed. It involves the use of violence and threats against victims, who live and work under poor conditions.*

*There can be no doubt that trafficking threatens the human dignity and fundamental freedoms of its victims and cannot be considered compatible with a democratic society and the values expounded in the Convention. In view of its obligation to interpret the Convention in light of present-day conditions, the Court considers it unnecessary to identify whether the treatment about which the applicant complains constitutes “slavery”, “servitude” or “forced and compulsory labour”. Instead, the Court concludes that trafficking itself, within the meaning of Article 3(a) of the Palermo Protocol and Article 4(a) of the Anti-Trafficking Convention, falls within the scope of Article 4 of the Convention”.*

com este critério, o concurso aparente apenas deverá ser equacionado no caso de os crimes instrumentais serem indispensáveis para o cometimento do crime-fim. Sem a verificação desta indispensabilidade instrumental, os crimes que antecedem o crime fundamentalmente visado pelo agente conservam a sua autonomia, devendo ser punidos no âmbito do concurso efectivo de infrações. Assim, tendo em conta que tanto o crime de escravidão como o crime de tráfico de pessoas visam tutelar o mesmo bem jurídico (dignidade da pessoa humana), e tratando-se este de um crime menos grave do que aquele, é de concluir que no caso em que um crime de tráfico de pessoas se apresenta como meio de realização típica do crime de escravidão, estamos perante um concurso aparente, prevalecendo aqui o crime dominante, o crime-fim, o crime de escravidão<sup>153</sup>.

De facto, o concurso aparente verificar-se-á, em princípio, nas situações de consumpção. Estaremos, portanto, diante de uma relação de consumpção, de acordo com o exposto no Acórdão da Relação do Porto de 10 de Novembro de 2010, Processo nº 1028/09.0PRPRT.P1 (Relatora: Eduarda Lobo), quando *“as normas em concurso aparente se apresentam ao mesmo tempo, para se aplicarem a uma determinada situação de facto, como diversos tipos de crime, encontrando-se os respectivos bens jurídicos, uns relativamente aos outros, em tais relações que pode suceder que a reacção contra a violação concreta do bem jurídico correspondente ao tipo enformado pelo valor menos vasto se efective já pela aplicação do preceito que tem em vista a defesa de bens jurídicos mais extensos. A eficácia da consumpção não só está dependente da circunstância de, efectivamente, concorrerem dois preceitos cujos bens jurídicos se encontrem numa relação de mais para menos, mas também de que, no caso concreto, a protecção visada por um seja esgotada, consumida pelo outro (como exemplo, habitualmente, refere-se que os crimes de dano consomem os de perigo, os crimes de resultado consomem os crimes formais, etc)”*. Como daqui se conclui, a aplicação do concurso aparente está dependente da apreciação concreta do âmbito de protecção da norma, sendo determinante a examinação dos interesses salvaguardados pela incriminação. Deste modo, é necessário determinar o bem jurídico protegido, na medida em que só assim se verificará se os interesses protegidos pelo tipo de ilícito com previsão mais ampla contém em si, ou não, os protegidos pela norma de previsão mais simples<sup>154</sup>. No entanto, apesar de a identidade do bem jurídico ser um forte indicador de que estamos na presença de um concurso aparente, é necessário notar que a diversidade de bens jurídicos não significa forçosamente concurso efetivo de crimes. De facto, para percebermos se estamos ou não perante um concurso aparente de crimes, basta uma avaliação ao caso concreto que nos permita averiguar se determinado comportamento é, ou

---

<sup>153</sup> Ac. do TRC de 26-01-2011, Proc. nº 370/06.7TACBR.C1 (Relator: Eduardo Martins).

<sup>154</sup> Ac. do TRP de 5-02-2003, in CJ, Tomo I, pág. 218.

não, dominado por um único sentido de desvalor jurídico-social, se desta avaliação resultar uma resposta positiva estamos perante um concurso aparente de crimes. Entre o crime de tráfico de pessoas e o crime de escravidão é possível observar apenas um único sentido de desvalor jurídico-social, o que nos remete para o concurso aparente de crimes, e, mais especificamente, para uma relação de consumação pura.

Para além disto, a Lei 60/2013, de 23 de Agosto, veio acrescentar ao elenco de formas de exploração do n.º 1 do artigo 160.º do CP a mendicância, a escravidão e a exploração de outras atividades criminosas, revelando uma clara intenção de ampliar a diversidade de condutas abrangidas pelo crime de tráfico de pessoas. Assim, a concreta inserção da palavra escravidão parece pressupor que, numa situação de concurso, se ponderem duas soluções: ou a existência de uma punição por concurso efetivo (o que parece claramente excessivo, uma vez que se encontram protegidos essencialmente os mesmos bens jurídicos), ou a punição por concurso aparente<sup>155</sup>.

Em suma, venho aqui subscrever o defendido por PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, quando refere que o crime de escravidão está numa relação de concurso aparente, porque os consome, com diferentes tipos de crime, que protegem as diversas vertentes da dignidade da pessoa humana. São aqui englobados os crimes contra a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e a autodeterminação sexual, a honra, a reserva da vida privada ou contra outros bens jurídicos pessoais. Naturalmente que não se colocará aqui o problema da moldura penal que será, obviamente, mais alta<sup>156</sup>.

### 2.3.2. *Concurso entre o Crime de Escravidão e o Crime de Burla Relativa a Trabalho*

É óbvio, até mesmo aos olhos do intérprete mais distraído, a grande semelhança entre o tipo de crime de burla relativa a trabalho (artigo 222.º do CP) e o crime de burla (artigo 217.º do CP). Nestes termos, houve quem considerasse que o legislador, com o crime de burla relativa a trabalho, apenas quis dar resposta a anseios sociais e políticas criminais, não devendo o mesmo ter lugar no CP. Porém, ao consagrar o tipo legal de crime de burla relativa a trabalho, o legislador teve em mente, de acordo com os trabalhos preparatórios da Reforma de 1998, a proteção daquelas pessoas que se encontram à procura de trabalho e deparam-se com os mais variados esquemas, tendentes a conseguir a sua deslocação para países

---

<sup>155</sup>CRISTIANA ALVES DE OLIVEIRA, *O Crime de Escravidão (...)*, pág. 207.

<sup>156</sup> *Idem*, pág. 208.

estrangeiros, onde, uma vez transportados, são sujeitos a condições “infra-humanas”<sup>157</sup> (apesar de o legislador não ter vertido esta intenção para o texto da norma). A este respeito, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE defende a existência de uma sobreposição (parcial) dos tipos legais de burla relativa a trabalho e tráfico de pessoas, já que foram as condições de trabalho infra-humanas que sustentaram a consagração destes dois tipos legais de crime <sup>158</sup>.

No entanto, como já vimos no ponto anterior, o crime de tráfico de pessoas vai mais longe do que o crime de burla relativa a trabalho ou a emprego, uma vez que neste último estarão em causa apenas as situações em que o salário é bastante reduzido, podendo ser muito inferior ao prometido ou ao que seria legalmente devido aos trabalhadores, como contrapartida de um excesso de horário de trabalho, associado a inúmeras irregularidades atinentes à proteção social ou falta dela, como seja a falta de seguro de acidentes de trabalho ou o não pagamento de contribuições à segurança social. Com efeito, é possível que as precárias condições de trabalho, originadas por quem tem em mente a obtenção de um maior lucro do que o obtido se fossem respeitadas todas as exigências laborais e sociais, sejam propícias a ofender a dignidade da pessoa humana, se bem que numa medida bem mais leve (e menos ampla) do que a observada nos crimes de tráfico de pessoas<sup>159</sup>.

Dadas tais semelhanças, mais uma vez urge resolver aqui a questão do concurso de crimes, quer entre o crime de escravidão e o crime de burla relativa a trabalho, quer entre este e o crime de tráfico de pessoas. Do meu ponto de vista, esta é uma situação ainda mais complexa do que a relação entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas. Isto na medida em que agora estamos perante crimes que tutelam bens jurídicos diversos<sup>160</sup> (enquanto o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas visam proteger a dignidade da pessoa humana, o crime de burla relativa a trabalho visa salvaguardar o património e a liberdade de decisão e ação<sup>161</sup>), mas, por outro lado, o crime de burla relativa a trabalho pode ser considerado instrumental, do crime de tráfico de pessoas. A este propósito, PAULO

---

<sup>157</sup> Com a expressão “condições infra-humanas”, o legislador terá, certamente, tido em mente as condições de trabalho atentatórias da dignidade da pessoa humana a que podem ser sujeitos os trabalhadores no estrangeiro, onde se encontram distantes do seu país, da sua família, língua, cultura e, muitas das vezes, sem recursos, o que as torna vítimas extremamente vulneráveis.

<sup>158</sup> MARIANA FIDALGO, “Burla relativa a trabalho (...), pág. 6.

<sup>159</sup> *Idem*, pág. 9 e 10.

<sup>160</sup> COSTA ANDRADE, *Da Unidade e Pluralidade (...)*, pág. 148 – “o verdadeiro objecto da contagem pressuposta é constituído por sentidos da vida que vivem no comportamento global, e não acções, em sentido naturalístico ou qualquer outro, ou entidades abstractas. Entendimento já defendido, no âmbito do Direito Penal fiscal, por SILVA DIAS” (...). “É pois, inteiramente correcta a conclusão do Autor: se, por exemplo, quanto à relação de consunção, o facto lesa bens jurídicos distintos, mas porque a lesão de um deles é instrumental da lesão do outro, acaba uma por ser absorvida por outra. Se a questão «se resumisse à mera lesão de interesses distintos, sem atender às relações que, por força do facto concreto, podem interceder entre eles, estaríamos a transformar situações de concurso aparente, como as situações de consunção referidas, em casos de concurso de crimes, com violação flagrante dos princípios “*ne bis in idem*” e da culpa”.

<sup>161</sup> PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário ao Código Penal (...)*, 2008, pág. 611.

PINTO DE ALBUQUERQUE sustenta que devemos distinguir entre duas situações: quando, com o aliciamento ou proposta de trabalho no estrangeiro, o agente tenha como finalidade a exploração do ofendido, estaremos perante um crime de tráfico de pessoas, existindo um concurso aparente entre este e o crime de burla relativa a trabalho, o que implica a punição do agente apenas pelo crime de tráfico de pessoas; por outro lado, quando com o aliciamento ou proposta de trabalho o agente tenha em vista somente uma intenção lucrativa, correspondente à obtenção de um lucro mais elevado do que aquele que seria expectável se as exigências laborais e sociais fossem respeitadas, estaremos perante um crime de burla relativa a trabalho ou emprego<sup>162</sup>.

Neste ponto venho mais uma vez concordar com este autor. Esta foi uma problemática que me levantou várias dúvidas, principalmente pelo facto de os bens jurídicos protegidos serem diversos. Porém, apesar disto acabei por concluir pela aplicação do concurso aparente por me parecer que existe aqui apenas um único sentido de ilicitude. Nesta senda, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE realça que *“a relação de consunção verifica-se quando as normas se encontram numa relação de inclusão material, ou seja, quando o conteúdo de um facto ilícito típico inclui normalmente o de outro facto ilícito típico e a punição do primeiro esgota o desvalor de todo o acontecimento”*. É por demais óbvio que, nos casos em que existe uma situação de exploração, o crime de burla relativa a trabalho se encontra numa relação de consunção pura com o crime de tráfico de pessoas, isto porque aquele crime reveste aqui a faceta de crime-instrumental em relação ao crime-fim. Adicionalmente, o essencial nestes casos não é o prejuízo patrimonial causado aos ofendidos pelo não recebimento dos salários previamente convencionados, mas sim a situação de exploração laboral à qual são constrangidos.

Assim sendo, e pese embora os bens jurídicos em causa serem diferentes<sup>163</sup>, julgo que o crime de burla relativa a trabalho é um crime-meio para se atingir a finalidade pretendida, ou seja, este crime surge aqui perante o ilícito principal (crime de tráfico de pessoas) unicamente como meio de o realizar, sendo que nesta realização esgota o seu sentido e os seus efeitos.

---

<sup>162</sup> *Idem*, pág. 692.

<sup>163</sup> COSTA ANDRADE, *Da Unidade e Pluralidade (...)*, pág. 151 – *“a concepção de EDUARDO CORREIA é suportada na distinção entre unidade ou pluralidade dos bens jurídicos violados, concedendo ainda à categoria da culpa e ao critério do número de resoluções inegável espaço de relevância na dilucidação da unidade ou pluralidade de crimes”*. *“Como refere JOÃO DA COSTA ANDRADE, já não se sufraga hoje uma interpretação unidimensional segundo a qual é apenas o bem jurídico que define o telos do tipo”*. *“De qualquer forma, o normativismo em que cai a concepção de EDUARDO CORREIA é notório, tudo se resolvendo, afinal, no mundo do dever-ser e das puras valorações. Além disso, não se contestando que o bem jurídico assume papel fundamental em Direito Penal e, mais especificamente, na arquitectura do ilícito-típico, a verdade é que este é constituído por vários outros elementos que devem ser considerados, não se devendo reduzir a questão da unidade ou pluralidade de crimes à mera “contagem” dos bens jurídicos violados, nem sendo necessário, acompanhamos FIGUEIREDO DIAS, chamar a culpa para a discursividade jurídico-penalmente relevante em sede de unidade e pluralidade de crimes”*.

Por outro lado, a relação entre o crime de burla relativa a trabalho e o crime de escravidão é bem mais complexa. A jurisprudência têm vindo a defender, no que respeita ao concurso entre o crime de burla relativa a trabalho e o crime de escravidão, quer o concurso efetivo, quer o concurso aparente, como vimos no ponto acima. Ora, do meu ponto de vista, o concurso efetivo de crimes estaria aqui sempre afastado, uma vez que estamos perante apenas um único sentido social de ilicitude. Surge-nos, então, numa posição mais atendível, a aplicação do concurso aparente de crimes. Porém, enquanto que em relação ao crime de tráfico de pessoas as normas têm semelhantes elementos do tipo objetivo (estando em causa um aliciamento ou promessa, de modo a distorcer a realidade das coisas), o crime de escravidão não se coaduna com a *ratio legis* do crime de burla relativa a trabalho. Isto quer dizer que, ou estamos perante um crime de escravidão, ou estamos perante um crime de burla relativa a trabalho, não podendo estes dois crimes coexistir na mesma situação jurídica. Isto na medida em que, apenas existe um crime de burla relativa a trabalho quando não haja uma posterior exploração (que neste caso se traduzirá numa situação de escravidão), já que, caso contrário, estaremos perante um crime de tráfico de pessoas. Ou seja, quando anteceda ao crime de escravidão qualquer tipo de aliciamento ou promessa de trabalho no estrangeiro, esta consubstancia-se sempre no crime de tráfico de pessoas, já que o crime de burla relativa a trabalho apenas tem como intenção a obtenção de um lucro maior do que aquele que seria exetável se fossem respeitadas todas as exigências laborais e sociais, nunca tendo como finalidade a exploração das vítimas. Assim, coloco aqui a hipótese de estes dois crimes não poderem estar preenchidos em simultâneo, existindo aqui uma relação de incompatibilidade, isto é, de alternatividade típica. Este tipo de relação verifica-se quando diversos tipos contêm elementos incompatíveis entre si, excluindo-se, por isso, mutuamente. Nestes casos o concurso não é possível, não porque se verifique uma situação de hierarquia entre as normas mas porque se verifica uma situação de incompatibilidade. Assim, nestas relações não pode existir concurso de crimes, nem mesmo concurso aparente, na medida em que é nítido que as normas em causa não se podem aplicar simultaneamente<sup>164</sup>.

### 3. O Acórdão nº 2731/04.7JAPRT

De forma sintética, da análise deste acórdão resulta que na generalidade das situações os arguidos formulavam propostas de emprego aos ofendidos, bem sabendo que as mesmas

---

<sup>164</sup> MÁRIO PAULO DA SILVA TENREIRO, *Considerações sobre o objecto do processo penal*, Livros&Temas, 1987, pág. 1015.

não se iriam concretizar e já com o objetivo premeditado de os levarem para Espanha, onde se encontravam longe do seu país, da sua cultura e da sua família, e, portanto, numa maior posição de fragilidade e vulnerabilidade. Aqui encontrados, e muitas vezes também em Portugal, os ofendidos eram submetidos pelos arguidos a situações de escravidão, sendo obrigados a trabalhar durante muitas horas diárias, 7 dias por semana, em condições precárias de alimentação e de higiene, e recebendo pouca ou nenhuma remuneração pelo trabalho prestado.

Efetivamente, verificando-se que as condutas dos agentes, de acordo com os factos provados e com o referido enquadramento jurídico, integram os elementos objetivos e subjetivos de vários tipos legais de crimes, importou perceber se a punição deve ocorrer relativamente aos vários crimes em presença, isto é, em concurso efetivo de crimes, ou se uma valoração posterior obrigará a aplicar somente uma das várias normas em presença, excluindo as restantes. Esta questão coloca-se essencialmente no confronto entre o crime de escravidão e os restantes crimes, em especial, os crimes de tráfico de pessoas e de burla relativa a trabalho.

Neste campo, a jurisprudência nacional tende a distinguir o concurso efetivo e o concurso aparente com base no critério da identidade ou diferença dos bens jurídicos. Porém, FIGUEIREDO DIAS, de modo divergente, desloca a questão para o plano da unidade de sentido autónomo de desvalor jurídico-social. Assim, de acordo com este autor, no concurso aparente englobam-se aqueles casos em que, apesar da existência de uma pluralidade de normas típicas concretamente aplicáveis ao comportamento global, deve concluir-se que os sentidos singulares de ilicitude típica aí presentes “se connexionam, se intercessionam ou parcialmente se cobrem, de tal forma” que se deve concluir que tal conduta é dominada por um único sentido autónomo de desvalor jurídico-social. E este sentido é de tal modo predominante, quando lido à luz dos significados socialmente relevantes, que seria inadequado e injusto incluir tais casos na forma de punição prevista pelo legislador quando enunciou o artigo 77º do CP. O fundamento do concurso aparente reside, portanto, no princípio *ne bis in idem*, ou seja: os tipos em conflito cobrem, todos eles, total ou parcialmente, um mesmo segmento da realidade desvalorada<sup>165</sup>.

Assim, em termos de concurso, de forma geral, os arguidos deveriam ser punidos pelo crime de escravidão, nos termos da alínea *a*) do artigo 159º do CP, em concurso aparente com os crimes de tráfico de pessoas (artigo 160º do CP), burla relativa a trabalho (artigo 222º do CP), maus-tratos (artigo 152º-A do CP), ameaça (artigo 153º do CP), sequestro (artigo

---

<sup>165</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal* (...), pág. 1011 e seguintes.

158º do CP) e coação (artigo 154º do CP). No entanto, resulta da decisão proferida neste acórdão a punição simplesmente pelo crime de escravidão em concurso aparente com os crimes de sequestro e de coação, isto porque apenas estes crimes resultam da acusação e, como tal, apenas por estes poderiam os arguidos ser punidos. Resulta daqui um manifesto lapso do MP ao não ter acusado os arguidos, pelo menos, pelos crimes de burla relativa a trabalho, tráfico de pessoas e maus-tratos, já que as suas condutas integram totalmente todos estes tipos legais de crime, como já foi anteriormente verificado.

Estamos, pois, perante um concurso aparente quer entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas, quer entre aquele e o de burla relativa a trabalho. Relativamente ao crime de tráfico de pessoas, este é claramente um crime-meio relativamente ao crime de escravidão (crime-fim), já que é através do aliciamento das vítimas (com vista à sua posterior exploração) que os agentes conseguem fazer valer os seus intentos de as submeter a uma situação de escravidão. Enquanto que entre estes dois crimes o bem jurídico violado é o mesmo, já o crime de burla relativa a trabalho tutela um bem jurídico diverso. No entanto, sigo aqui o entendimento de FIGUEIREDO DIAS de acordo com o qual, o que é relevante não é a quantidade de bens jurídicos violados, é sim a quantidade de sentidos de ilicitude demonstrados. Ora, neste caso, apenas consigo descortinar um sentido de ilicitude e, assim sendo, também o crime de burla relativa a trabalho se encontrará numa situação de concurso aparente relativamente ao crime de escravidão. Assim, o crime de burla relativa a trabalho está em concurso aparente com o crime de tráfico de pessoas (uma vez que neste acórdão após o aliciamento existe sempre uma situação de exploração), bem como com o crime de escravidão (já que é com o aliciamento de promessa de trabalho com vista à obtenção de enriquecimento ilegítimo que os agentes do crime conseguem posteriormente submeter as vítimas a uma situação de escravidão).

Em suma, os arguidos devem ser punidos, neste caso, somente pelo crime de escravidão (existindo aqui um concurso efetivo homogéneo de todos os crimes de escravidão praticados por cada arguido<sup>166</sup>), na medida em que, apesar da existência de uma pluralidade de tipos legais de crime violados pela conduta global, há a dominância de apenas um único sentido de desvalor do ilícito.

Nestes casos, de concurso aparente de crimes, como não há uma previsão normativa para a forma da sua punição, cabe ao intérprete construir o respetivo regime punitivo, tendo como base as “intenções político-criminais e os princípios dogmáticos” do ordenamento

---

<sup>166</sup> Isto já que, na esteira de Figueiredo Dias, quando estamos perante bens de carácter eminentemente pessoal, a pluralidade de vítimas (e, portanto, a pluralidade de resultados típicos) deve ser entendida como um sinal seguro da existência de uma pluralidade de sentidos do ilícito e conduzir à existência de um concurso efetivo.



jurídico português. A este respeito, FIGUEIREDO DIAS afirma que, apesar de serem plúrimos os tipos legais violados, não podemos olvidar que há uma unidade de sentido de desvalor do ilícito, à qual não podemos fechar os olhos. Assim sendo, no concurso aparente, pune-se de acordo com a moldura penal do concurso que corresponda ao sentido socialmente dominante de desvalor do ilícito, sendo dentro desta moldura que se irá determinar a medida concreta da pena, por referência aos critérios gerais<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal (...)*, pág. 1036 e seguintes.

## **CAPÍTULO IV – Responsabilidade Criminal dos Utilizadores dos Serviços de Escravidão**

*“Levantando o tom de voz com gravidade, a juíza Ana Paula Oliveira, no final, sublinhou, a olhar para alguns arguidos sentados na sala, que este “é um crime muito grave”. “Está a proliferar nesta sociedade, acontece com muita frequência, nomeadamente com a colaboração dos patrões espanhóis”. E encerrou a sessão: “Espero que isto seja uma lição de vida para todos vós””<sup>168</sup>.*

### **1. A punição dos Empregadores Espanhóis**

A responsabilidade criminal dos utilizadores dos serviços prestados por vítimas de tráfico de pessoas está prevista no n.º 6 do artigo 160.º do CP. Neste caso, é desde logo necessário um breve esclarecimento: o art. 160.º/6 reporta-se à utilização dos serviços de pessoas traficadas, todavia, no capítulo anterior (ponto 2.2.1), vimos que deveria aplicar-se o crime de escravidão por neste se esgotar o conteúdo de ilícito global da conduta dos arguidos. O que, porém, não impedia que a mesma conduta global realizasse igual e efetivamente o tipo de ilícito do tráfico de pessoas (crime consumido), pelo que o comportamento dos empregadores espanhóis pode ser subsumido no n.º 6 do artigo 160.º do CP.

A punição pela utilização dos serviços de pessoas traficadas veio na senda do artigo 19.º da Convenção de Varsóvia<sup>169</sup>, tendo como claro objetivo o combate direto ao crime de tráfico de pessoas através do desincentivo da procura deste tipo de serviços<sup>170</sup>.

Assim, a criminalização destas situações advém de uma especial preocupação com a prevenção e combate de situações de procura de serviços prestados por pessoas traficadas. Efetivamente, não existindo pessoas que usufruam destes serviços, os mesmos deixarão de ser explorados, daí a imprescindibilidade da punição de tais condutas. Com efeito, sendo certo que não são os utilizadores destes serviços que procedem à exploração laboral, os

---

<sup>168</sup> PÚBLICO, “Treze condenados no maior processo de escravatura em Portugal” – <https://www.publico.pt/2014/09/05/sociedade/noticia/treze-condenados-por-crime-de-escravidao-em-megaprocesso-no-porto-1668793>

<sup>169</sup> “Cada uma das Partes procurará adoptar as medidas legislativas e outras necessárias para qualificar como infração penal, nos termos do seu direito interno, a utilização dos serviços que constituem objecto da exploração referida na alínea a) do artigo 4.º da presente Convenção, com conhecimento de que a pessoa em causa é vítima de tráfico de seres humanos”.

<sup>170</sup> CONSELHO DA EUROPA, “Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings and its Explanatory Report”, Council of Europe Treaty Series – N.º 197, Warsaw, 2005, pág. 58 – “Several considerations prompted the drafters to include this provision in the Convention. The main one was the desire to discourage the demand for exploitable people that drives trafficking in human beings”.

mesmos acabam por retirar dessa exploração uma significativa vantagem patrimonial, na medida em que os mesmos beneficiam de um baixíssimo custo da mão-de-obra, o que lhes possibilita a redução de despesas e lhes permite alcançar preços de mercado mais competitivos.

### 1.1. A problemática do “conhecimento” da situação de exploração

De acordo com o nº6 do artigo 160º do CP, bem como do artigo 19º da Convenção de Varsóvia, a punição do utilizador dos serviços de uma vítima de tráfico supõe que este o faça “*com conhecimento de que a pessoa é vítima de tráfico*” (“*in the knowledge that the person is a victim of trafficking in human beings*”). Na verdade, o utilizador destes serviços deve estar consciente de que a pessoa é uma vítima de tráfico, não podendo a sua conduta ser penalizada caso o mesmo não tenha essa consciência (“*the user must be aware that the person is a trafficking victim and cannot be penalised if unaware of it*”<sup>171</sup>). É bastante óbvia, porém, a dificuldade de prova deste conhecimento, mas tal dificuldade não é exclusiva deste tipo de crime, pelo que não seria motivo suficiente para excluir a punição. Assim, a prova do conhecimento da situação de tráfico pode decorrer de indícios factuais externos, desde que sem ofensa do princípio da presunção de inocência<sup>172</sup>.

VAZ PATTO vem então questionar, de forma bastante pertinente, se existe aqui uma exigência de dolo direto ou se basta o dolo eventual, isto é, se é necessário ou não que o agente esteja certo de que a pessoa cujos serviços utiliza é vítima.

Segundo o artigo 14º, nº1 do CP, “*age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo de crime, actuar com intenção de o realizar*”, afirmando-se, no nº3, que “*quando a realização de um facto que preenche um tipo de crime for representada como consequência possível da conduta, há dolo se o agente actuar conformando-se com aquela realização*”. Assim, o dolo, na concepção de EDUARDO CORREIA, “traduz-se na exigência de que o agente conheça o tipo legal de crime que a sua vontade visa realizar”, ou, no dizer de FIGUEIREDO DIAS, “tudo quanto é necessário a uma correcta orientação da consciência ética do agente para o desvalor jurídico que concretamente se liga à acção intentada”<sup>173</sup>. É, pois, necessário que este conhecimento seja complementado pelo elemento volitivo, que se traduz na vontade dirigida à realização do

---

<sup>171</sup> Relatório explicativo da Convenção de Varsóvia – <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Reports/Html/197.htm>

<sup>172</sup> VAZ PATTO, “O Crime de Tráfico de Pessoas (...),” pág. 14.

<sup>173</sup> Ac. STJ de 8-10-2015, Proc. nº 504/14.8JDL.SB.S1 (Relator: Arménio Sottomayor).

facto ilícito, a qual assume os diversos matizes que a norma penal enuncia. Assim, a estrutura do dolo comporta, de facto, um elemento intelectual e um elemento volitivo. O elemento intelectual, por seu lado, consiste na representação pelo agente de todos os elementos que integram o facto ilícito – o tipo objetivo de ilícito. O elemento volitivo é referente à especial direção da vontade do agente na realização do facto ilícito, sendo em função da diversidade de atitude que nascem as diversas espécies de dolo<sup>174</sup>: dolo direto (em que o agente tem a intenção de realizar o facto criminoso), o dolo necessário (quando o agente não deseja o facto, mas prevê-o como consequência necessária da sua conduta) e o dolo eventual (quando o agente prevê o facto como consequência possível, conformando-se com ele)<sup>175</sup>.

Com efeito, são praticados com dolo direto todos os fatos em que a realização do tipo objetivo de ilícito constitui o verdadeiro fim da conduta do agente. Quanto aos casos de dolo eventual, caracterizam-se estes pela representação pelo agente da realização do tipo objetivo de ilícito como consequência possível da conduta, a qual o agente aceita como resultado da sua atuação<sup>176</sup>.

Assim sendo, e retornando à problemática do conhecimento da situação de tráfico, esta exigência de conhecimento pode ser interpretada como uma exigência de que o agente atue com dolo direto (ou seja, tenha a certeza de que a pessoa cujos serviços utiliza é vítima de tráfico de pessoas ou de escravidão), ou que atue com dolo eventual (ou seja, se admitir como provável tal facto, e mesmo assim, porque isso lhe é indiferente, porque coloca o seu próprio interesse na utilização em causa, não deixa de atuar). Em termos de probabilidade, é perceptível que a segunda hipótese será de mais frequente verificação. Efetivamente, de acordo com as regras da normalidade, é natural que um utilizador de serviços com proveniência no tráfico de pessoas ou na escravidão suspeite que se trate de uma vítima de um destes crimes, isto com base em indícios facilmente identificáveis (como por exemplo, a proveniência da vítima de um país pobre e habitualmente identificado como país de origem das redes de tráfico; o desconhecimento, pela vítima, da língua do país destino, com a desinserção social daí decorrente; ou o montante anormalmente baixo do preço dos

---

<sup>174</sup> Ac. do TRC de 22-01-2014, Proc. n.º 2572/10.2TALRA.C1 (Relator: Vasques Osório).

<sup>175</sup> Ac. do TRG de 19-06-2017, Proc. n.º 430/15.3GEGMR.G1 (Relator Jorge Bispo).

<sup>176</sup> Ac. STJ de 8-10-2015, Proc. n.º 504/14.8JDLSB.S1 (Relator: Arménio Sottomayor) – “... todos os pormenores do que sucedeu na cena do crime, foram trazidos a julgamento pelo arguido, que se responsabilizou por ter tirado a vida à vítima BB, tendo, nos esclarecimentos prestados, referido que usou o cinto para imobilizar a vítima. Tratou-se de uma luta entre dois indivíduos de complexão física semelhante e que, atenta a gravidade do confronto, um teria que ser imobilizado. Assumiu o risco da sua conduta e, como sucede nestes episódios de grande violência, não abandonou, praticando, assim, o crime de homicídio simples. Num crime de homicídio, age com dolo eventual quem represente a morte da vítima como consequência da sua conduta e se conforma com o resultado, cfr Ac do STJ de 6/6/84, BMJ, n.º 337, pág. 307. O arguido ao colocar o cinto do roupão em redor do pescoço da vítima não teve intenção de lhe causar a morte, pese embora se tenha conformado com o resultado”.

serviços), mas que mesmo assim não deixe de utilizar tais serviços por a sua proveniência lhe ser indiferente<sup>177</sup>.

Porém, como bem demonstra MARIA FERNANDA PALMA, obedecendo à lógica do desejo, o dolo direto é compatível com a incerteza quanto à produção do resultado. De acordo com esta lógica, *“à relação do comportamento com as consequências secundárias pode presidir uma verdadeira lógica da satisfação de desejos que caracteriza o raciocínio prático, sendo essa forma comportamental ainda reveladora de decisão e, consequentemente, de intencionalidade no sentido linguístico comum”*. A intencionalidade caracteriza-se, pois, como a forma de voluntariedade que demonstra o maior domínio sobre as opções de agir e o mais elevado grau de racionalidade comportamental. No dolo direto, a intencionalidade é necessariamente o grau mais intenso de liberdade de decisão, coincidindo o objeto da vontade do agente com a realização do facto típico, podendo até coincidir com a motivação da ação. Assim, no dolo direto, o conhecimento não tem de ser perfeito já que a vontade clara e direta da realização do facto típico demonstra uma decisão inequívoca pela lesão do bem jurídico, sendo o elemento volitivo muito intenso e permitido um fácil reconhecimento da decisão criminosa. Isto significa que pode ter-se dolo direto relativamente a um resultado apenas previsto como possível<sup>178</sup>. Ora, aplicando esta doutrina ao caso concreto, é possível enunciar que podemos ter dolo direto mesmo que os agentes destes crimes prevejam o resultado das suas ações apenas como possível, isto é, para estarmos perante o dolo direto basta que os agentes do crime atuem com o desejo, com a vontade, de cometer o referido crime, mesmo que não tenham a certeza acerca da produção do respetivo resultado.

Assim, importa agora elencar os diversos argumentos a favor de cada uma das hipóteses:

- o No que se refere ao dolo eventual, sendo esta a situação mais frequente, não pode deixar de ser punida em ordem à finalidade de combate e prevenção do crime de tráfico de pessoas e de escravidão, prevista no nº6 do artigo 160º do CP e no artigo 19º da Convenção de Varsóvia. Como foi anteriormente observado, as situações que envolvem o dolo eventual serão bastante mais frequentes do que as que envolvem o dolo direto, dadas as especiais características destes tipos de crime<sup>179</sup>. Assim, o

---

<sup>177</sup> VAZ PATTO, “O Crime de Tráfico de Pessoas (...), pág. 15.

<sup>178</sup> MARIA FERNANDA PALMA, *Direito Penal, Parte Geral – A teoria geral da infração como teoria da decisão penal*, 3ª Edição, AAFDL Editora, 2018, pág. 129 e seguintes.

<sup>179</sup> VAZ PATTO, “O Crime de Tráfico de Pessoas (...), pág. 15 – “No que à prostituição diz respeito, tem sido acentuado, por organizações empenhadas na protecção de mulheres que dela são tidas por vítimas, que é muito comum, precisamente porque se parte de uma lógica de “mercantilização” da pessoa, a postura de “clientes” indiferentes ao carácter “voluntário”, ou “não voluntário”, da prostituição, assim como à idade da prostituta, ou às condições do exercício da actividade. Com frequência, há uma busca deliberada das pessoas mais vulneráveis, porque mais submissas perante qualquer tipo de pretensão. Ou uma busca

combate à procura, ou o seu desincentivo, no plano penal não terá relevância significativa se a punição dos utilizadores se reservar a casos raros<sup>180</sup>.

Na realidade, não é abusivo punir estes utilizadores que podem não ter um conhecimento certo da situação de tráfico ou de escravidão. Isto porque sobre eles impende um dever de informação sobre as condições de efetiva liberdade da vítima, sendo de sancionar quem é indiferente ao facto de poder estar a contribuir, com a sua conduta, para uma situação de tráfico de pessoas ou de escravidão, com todas as consequências que daí decorrem para as vítimas. Principalmente quando o utilizador retira benefícios deste cenário, sendo precisamente esse o motivo que o leva a não deixar de utilizar os serviços da vítima, apesar da suspeita de que se verifique essa situação de tráfico ou de escravidão<sup>181</sup>.

Tudo isto aponta no sentido da preferência, no plano da política criminal, de uma interpretação deste “conhecimento” mais ampla, que abranja a atuação com dolo eventual.

- o Já como argumento a favor do dolo direto, VAZ PATTO faz referência ao facto de apenas o dolo direto dar sentido útil ao preceito prescrito no nº6 do artigo 160º do CP, já que não teria utilidade clarificar o que já decorre das regras gerais. Com efeito, o legislador ao fazer referência à exigência de “conhecimento”, parece querer limitar o que decorre das regras gerais da relevância do dolo, as quais acabariam por impedir uma responsabilização objetiva do utilizador, ou uma sua responsabilização por simples negligência.

Para além disto, vem expresso no Relatório explicativo da Convenção de Varsóvia um sentido restritivo, mais especificamente, aquando da exemplificação da conduta enquadrável no artigo 19º da referida Convenção em que se faz alusão à atuação de um “cliente” de uma prostituta com “pleno conhecimento” (“who knew full well”) de que a vítima vivenciava uma situação de tráfico ou de escravidão. Porém, por outro lado, pode dizer-se que a expressão “ter conhecimento” abrange qualquer forma de dolo, isto na medida em que no dolo eventual também se verifica o elemento intelectual do dolo. Efetivamente, quem atua com dolo eventual também atua com conhecimento, se bem que com conhecimento “incerto” ou “eventual”, e não com “conhecimento certo”.

---

*deliberada de mulheres provenientes do Terceiro Mundo, pela “novidade” e “exotismo” da experiência. São dados empíricos que não podem ser ignorados”.*

<sup>180</sup> *Idem*, pág. 15.

<sup>181</sup> *Idem*, pág. 15.

Quanto a esta questão, AMÉRICO TAIPA DE CARVALHO também questiona que tipo de dolo está aqui em causa, entendendo que “*não basta o dolo eventual, isto é, não basta a mera representação, por parte do utilizador dos serviços ou órgãos, da eventualidade de que a pessoa de que “se serve” ou cujo órgão utiliza possa ter sido vítima de tráfico de pessoas. É, sim, necessário que o utilizador saiba que a pessoa de que se serve (sexualmente ou de cujo trabalho se aproveita) ou cujo órgão utiliza foi (efectivamente) vítima de tráfico; digamos que se exige um dolo directo. Tal resulta do estabelecido neste nº5, quando diz: «Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos nºs 1 e 2, utilizar [...]»*”<sup>182</sup>. Porém, sigo a este respeito a posição de VAZ PATTO quando afirma que “*não estou, porém, seguro de que o peso destes argumentos seja decisivo e afaste o que decorrerá da notória intenção de combate eficaz ao tráfico através do combate à procura. Será mais consentânea com esta intenção uma interpretação que considere relevante, na punição do utilizador dos serviços de vítima de tráfico, a actuação com dolo eventual, nos termos atrás indicados. Embora não tenha dúvidas de que esta opção se justifica no plano da política criminal, tenho algumas dúvidas quanto à interpretação do direito vigente*”.

De facto, se procuramos uma solução eficaz para o combate ao tráfico de pessoas e à escravidão, crimes que têm sido cada vez mais frequentes no nosso ordenamento jurídico, é imperativo que a expressão “tendo conhecimento” seja compatível com o dolo eventual, sob pena de colocar em risco a finalidade expressa no artigo 19º da Convenção de Varsóvia e no nº6 do artigo 160º do CP. Ora, esta finalidade parece-me da maior importância. Ao que acresce o facto de o dolo directo ser compatível com a mera realização do facto típico como simplesmente possível.

Não existe, na realidade, neste caso qualquer certeza acerca do conhecimento dos empregadores espanhóis da situação de escravidão e de exploração. Porém, parece-me muito pouco realista a possibilidade do seu desconhecimento. Ora, eram os patrões espanhóis que pagavam os ordenados aos arguidos para que estes (supostamente) os distribuíssem pelos ofendidos; o baixo valor pago pelo trabalho das vítimas também era um forte indicador desta situação de exploração; as lesões resultantes dos castigos físicos perpetrados pelos arguidos quando os ofendidos tentavam a fuga; os ofendidos trabalhavam várias horas por dia (muitas mais do que o aceitável, mesmo considerando as horas extraordinárias) e durante todos os dias da semana, seria natural que os patrões espanhóis estranhassem o trabalho durante 7 dias por semana sem qualquer folga; os empregadores espanhóis estavam por vezes presentes nos locais de trabalho e, portanto, parece pouco provável que não se apercebessem das condições de trabalho e de vida que eram impostas às vítimas; por último, a maioria dos

---

<sup>182</sup> TAIPA DE CARVALHO, “Direito Penal (...), pág. 691.

trabalhadores trabalhava sem a celebração de um contrato, o que também fazia parte das funções destes empregadores e não eram celebrados pela sua vontade.



## Conclusão

O presente relatório tem como âmbito principal a resolução de questões que me foram surgindo aquando da análise daquele que é um dos maiores casos de escravidão em Portugal.

Assim, este relatório tem início com o enquadramento do crime de escravidão, isto com o objetivo de percebermos as especificidades deste tipo de crime e as suas características que servirão de base para os capítulos seguintes. É, pois, antes de mais, necessário compreender que a incriminação da escravidão, prevista no artigo 159º do CP, já não se coaduna com a noção histórica de escravidão. Estamos aqui pois perante o que apelidamos de “escravidão moderna”, a qual, infelizmente, tem sido de cada vez mais frequente verificação em Portugal. Para além disto, este é um artigo que, do ponto de vista político-criminal, demonstra uma inquestionável magnitude, uma vez que, para além de ter como finalidade a proteção de um bem jurídico de inigualável importância, serve também a necessidade de proteção de portugueses no estrangeiro.

Num segundo capítulo comecei, então, por tentar resolver uma questão que me surgiu de imediato, e que também se colocou ao longo do processo. Ora, tendo em conta que os crimes relatados ocorreram simultaneamente em Portugal e em Espanha, pareceu-me relevante averiguar qual a jurisdição competente para proceder à investigação e julgamento deste caso. Para isto, lancei mão de alguns princípios fundamentais de aplicação da lei penal no espaço – o princípio da territorialidade, da universalidade e da nacionalidade.

Posteriormente, num terceiro capítulo, dediquei-me àquela que me parece ser a questão mais complexa deste estudo – a problemática da relação entre o crime de escravidão e outros tipos de crime, como o de maus-tratos, tráfico de pessoas e de burla relativa a trabalho. Efetivamente, apesar se não existir muita jurisprudência a nível nacional acerca do crime de escravidão, pude indagar, na jurisprudência existente, várias dificuldades de análise e qualificação das situações em causa. Após este trabalho de distinção, vou então ao cerne da problemática: o concurso de crimes. Depois de uma breve explicação inicial acerca das modalidades de concurso de crimes, abordo a questão de modo mais concreto relativamente aos crimes de tráfico de pessoas e de burla relativa a trabalho, por me parecer serem aqueles que mais dificuldade levantarão.

Finalmente, termino este relatório com a exploração de um tema mais prático, que se traduz na punição dos utilizadores dos serviços de vítimas de tráfico e de escravidão, constituindo esta a forma mais eficaz de precaver a ocorrência desta prática hedionda.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de; *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Coimbra Editora, 2008;

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de; *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3ª Edição atualizada, Universidade Católica Editora, 2015;

ALMEIDA, Carlota Pizarro de; *Cooperação Judiciária e Princípios Constitucionais*, in *Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal*, Coimbra Editora, 2014;

ANDRADE, João da Costa; *Da Unidade e Pluralidade de Crimes*, Coimbra Editora, 2010;

BUCHO, José Manuel da Cruz; PEREIRA, Luís Silva; AZEVEDO, Maria da Graça Vicente de; e SERRANO, Mário Mendes; *Cooperação Internacional Penal*, Volume I, Centro de Estudos Judiciários, 2000;

CANOTILHO, Gomes, e MOREIRA, Vital; *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Artigos 1º a 107º, Volume I, Coimbra Editora, 2007;

CARVALHO, Taipa de; *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Tomo I, 1ª Edição, Coimbra Editora, 1999;

CARVALHO, Taipa de; *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2012.

CARVALHO, Américo Taipa de; *Direito Penal, Parte Geral*, 2ª edição, Coimbra Editora, 2014;

CORREIA, Carla Raquel Nóbrega; O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ;

CORREIA, Eduardo Henriques da Silva; *A Teoria do Concurso em Direito Criminal*, Almedina, 2ª Reimpressão, 1996;

COSTA, Almeida; em anotação ao artigo 222º do Código Penal, *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Tomo II, Coimbra Editora, 1999;

COSTA, de Faria; “A globalização e o tráfico de seres humanos – o pêndulo trágico da história e o direito penal”, in *RLJ*, Ano 136º, Nº 3944, Maio-Junho 2007, página 258 e seguintes;

DIAS, Augusto Silva; “Faz sentido punir o ritual do fanado? Reflexão sobre a punibilidade da excisão clitoridiana”, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, página 29 e seguintes, disponível online em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Dias-Augusto-Silva-Faz-sentido-punir-o-ritual-do-fanado-Reflexoes-sobre-a-punibilidade-da-excisao-clitoridiana.pdf>

DIAS, Jorge de Figueiredo; *Direito Penal – Parte Geral, questões fundamentais – a doutrina do crime*, Tomo I, 2ª edição, reimpressão, Coimbra Editora, 2012;

DIAS, Jorge de Figueiredo; “La compétence des juridictions pénales portugaises pour les infractions commises à l’ étranger”, Separata do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1966, página 10 e seguintes;

DIAS, Jorge de Figueiredo; “Anotação ao Acórdão do STJ de 21 de Dezembro de 1983”, na *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Anotação 118º, página 17;

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de; *Lições de Direito Penal, Parte Geral, A Lei Penal e a Teoria do Crime no Código Penal de 1982*, Editorial Verbo, 1987;

FIDALGO, Mariana; “Burla Relativa a Trabalho ou Emprego”, in *Revista Julgar online*, Janeiro de 2017, página 28, online em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2017/01/20170127-ARTIGO-JULGAR-Burla-relativa-a-trabalho-ou-emprego-Mariana-Fidalgo.pdf>;

GARCIA, M. Miguez; e RIO, J.M. Castela; *Código Penal, Parte Geral e Especial – com notas e comentários*, Editora Almedina, 2014;

GOMIEN; *Short Guide to the European Convention on Human Rights*, 3ª edição, Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2005;

GONÇALVES, Maia; *Código Penal Português*, 17º Edição, Editora Almedina, 2005;

JACOBS; *White & Overy, The European Convention on Human Rights*, 5ª edição, Oxford: University Press, 2010;

MIGUÉIS, Rute; *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ;

NEVES, Henrique, “Escravidão e tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral”, in *Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses*, nº5, Ensaios e Estudos, Maio de 2008, página 127 – <http://asficpj.pt/images/repositorio/RIC5.pdf>;

OLIVEIRA, Cristiana Alves de; *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ;

PALMA, Maria Fernanda; “*Direito Penal – Conceito material do crime, princípios e fundamentos – Teoria da lei penal: interpretação, aplicação no tempo, no espaço e quanto às pessoas*”, 2ª Edição revista e ampliada, Editora AAFDL, 2017;

PALMA, Maria Fernanda; *Direito Penal, Parte Geral – A teoria geral da infração como teoria da decisão penal*, 3ª edição, AAFDL Editora, 2018;

PALMA, Maria Fernanda; *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*, almedina, 2005;

PATTO, Pedro de Vaz, “O Crime de Tráfico de Pessoas no Código Penal revisto – Análise de algumas questões”, in *Revista do CEJ*, n.º8, 2008, CEJ, páginas 11 e seguintes;

PATTO, Pedro de Vaz; *Revista do CEJ*, 2008, 1º semestre, páginas 184 e seguintes;

PEREIRA, Victor de Sá; e LAFAYETTE, Alexandre, *Código Penal – Anotado e Comentado, Legislação Conexa e Complementar*, 2ª Edição, Editora Quid Juris, 2014;

PUIG, Santiago Mir; e CONDE, Francisco Muñoz; *Tratado de Derecho Penal – Parte Geral I*, Edições Bosh, 1981;

RODRIGUES, Anabela Miranda Rodrigues; “Mandado de Detenção Europeu”, in *RPCC*, Anotação 13, nº1, página 38;

SANTOS, Simas; e HENRIQUES, Leal; *Código Penal Anotado*, 3ª Edição, 2º Volume, Editora Reidos Livros, 2000;

TRAQUEIA, Ana Sofia da Costa; *O Crime de Escravidão. Enquadramento jurídico, prática e gestão do inquérito*, Coleção formação Ministério Público, “Trabalhos Temáticos de Direito e Processo Penal”, 30º Curso, II Volume, Tomo II, Outubro 2017, CEJ;

TENREIRO, Mário Paulo da Silva; Considerações sobre o objeto do processo penal, Livros&Temas, 1987;

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes; *Do Mandado de Detenção Europeu*, Almedina, 2006;

VOORHUT, Jill E.B. Coster van; *Human Trafficking for Labour Exploitation: Interpreting the Crime*, Volume 3, Utrecht Law Review, Issue 2 December, 2007;

ZIMMERMANN, Robert; La coopération judiciaire internationale en matière pénale, Deuxième édition, Bruylant SA Bruxelles, 2004.

R. explicativo da Convenção de Varsóvia –  
<http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Reports/Html/197.htm>

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Novembro de 2001, Processo n° 3097/2001 (Relator: Mário Torres);

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 5 de Fevereiro de 2003, in CJ, Tomo I, pág. 218;

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2 de Abril de 2008, Processo n° 08P578 (Relator: Santos Cabral);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 25 de Fevereiro de 2010, Processo n° 42/10.8YFLSB (Relator: Manuel Braz);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 21 de Julho de 2010, Processo n° 586/10.1YRLSB.S1 (Relator: Santos Carvalho)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Setembro de 2010, Processo n° 143/10.2YRCBR.S1 (Relator: Raúl Borges);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Maio de 2010, Processo n° 474/09.4PSLSB.L1.S1 (Relator: Henriques Gaspar);

Acórdão da Relação do Porto de 10 de Novembro de 2010, Processo n° 1028/09.0PRPRT. P1 (Relatora: Eduarda Lobo);

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 26 de Janeiro de 2011, Processo n° 370/06.7TACBR.C1 (Relator: Eduardo Martins);

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 30 de Janeiro de 2013, Processo n° 1231/09.3JAPRT.P1 (Relator: José Piedade);

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 27 de Novembro de 2013, Processo n° 322/04.1TAMLG.P1 (Relator: Augusto Lourenço);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10 de Julho de 2013, Processo n° 29/04.0JDLSB-Q.S1 (Relator: Manuel Joaquim Braz);

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 5 de Novembro de 2014, Processo n° 978/07.3PAESP.P1 (Relator: Artur Oliveira);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 6 de Novembro de 2014, Processo nº 161/05.2JAGRD.C2.S1 (Relator: Rodrigues da Costa);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Outubro de 2014, Processo nº 32/13.9JDLSP.E1.S1 (Relatora: Helena Moniz);

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 22 de Janeiro de 2014, Processo nº 2572/10.2TALRA.C1 (Relator: Vasques Osório);

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 9 de Dezembro de 2015, Processo nº 9238/13.0TDORT.P1 (Relator: Borges Martins);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de Janeiro de 2015, Processo nº 92/14.5YFLSB (Relatora: Helena Moniz);

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Outubro de 2015, Processo nº 504/14.8JDLSB.S1 (Relator: Arménio Sottomayor);

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 19 de Junho de 2017, Processo nº 430/15.3GEGMR.G1 (Relator: Jorge Bispo);

Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Case Siliadin v. France, de 26 de Julho de 2005;

Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Case Rantsev v. Chipre e Rússia, de 7 de Janeiro de 2010.

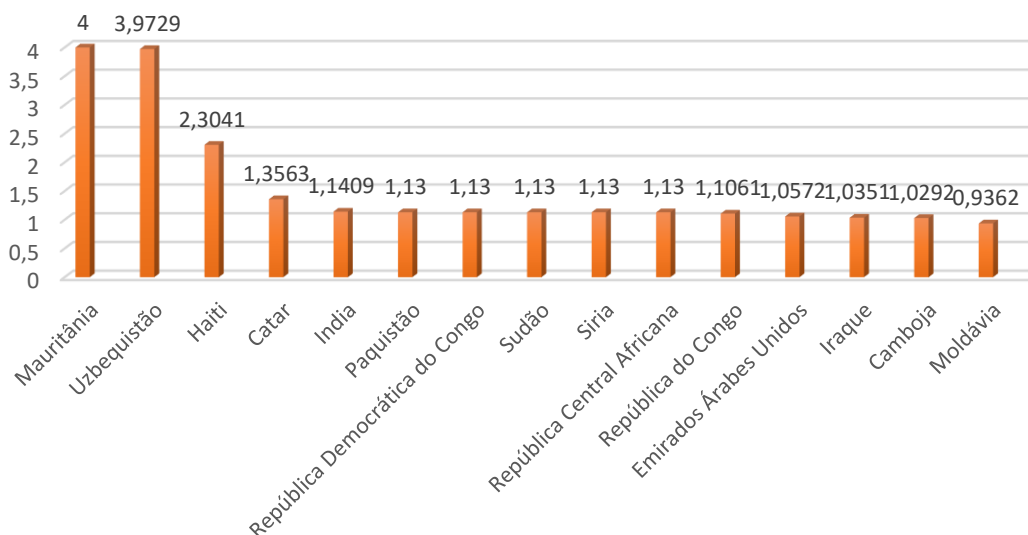
# ANEXOS



## I – Índices de escravidão a nível Mundial<sup>183</sup>

Em 2014, a Walk Free Foundation estimou que existem, em todo o mundo, cerca de 35,8 milhões de pessoas sujeitas a uma situação de escravidão moderna. Neste estudo, que envolveu 167 países, Portugal encontra-se na posição 157, o que significa que em mais de 10 milhões de portugueses há 1400 pessoas que se encontram numa posição de escravo<sup>184</sup>.

### Percentagem de população mundial em Escravidão Moderna



1 – Os 15 países com maiores índices de escravidão (avançado pelo “The Global Slavery Index”)

Deste gráfico de barras é-nos possível concluir que a Mauritânia é o país que tem uma maior percentagem de escravidão em relação à respetiva população do país (4%). A este país segue-se o Uzbequistão com uma percentagem de 3,97%, o Haiti com 2,3%, o Qatar com 1,36% e a Índia com 1,14%.

Porém, se prestarmos atenção ao seguinte gráfico circular que já é relativo ao número absoluto de pessoas sujeitas a escravidão, é facilmente perceptível que é a Índia que regista o

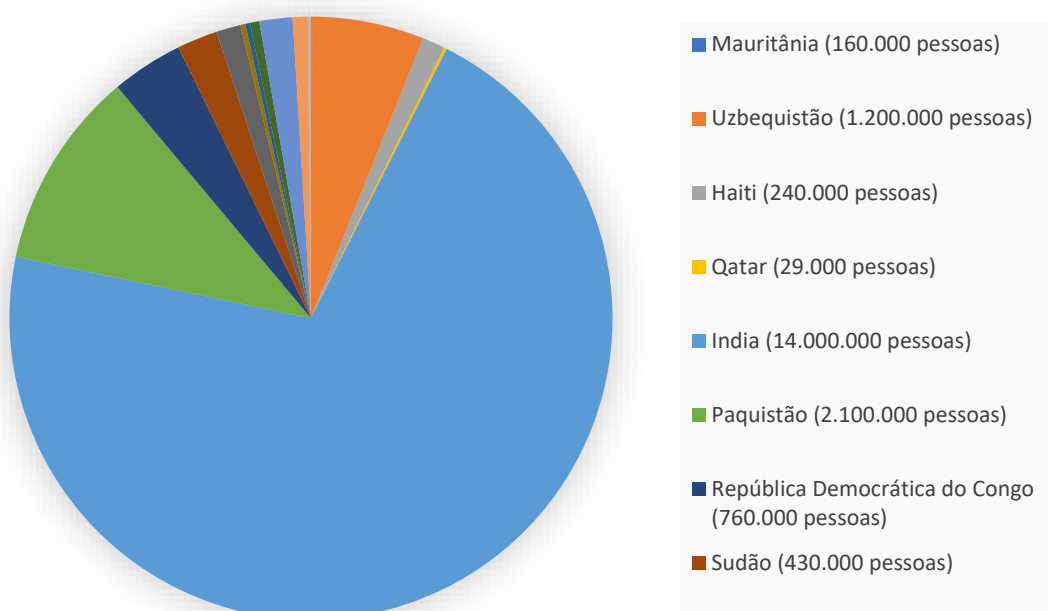
<sup>183</sup> Índice Global de Escravidão de 2014 apresentado pela Walk Free Foundation.

<sup>184</sup> Em 2013 foi elaborado relatório semelhante, em que se destacaram a Islândia, a Irlanda e o Luxemburgo nos melhores lugares, já Portugal estava igualmente na posição 157, tendo objetivamente 1400 pessoas numa situação de escravidão (o que corresponde a uma percentagem de 0,013% relativamente à população existente no país).

maior número de pessoas em atual situação de escravidão, com um número de aproximadamente 14,29 milhões de pessoas nesta situação.

Em termos continentais, o continente com um menor índice de escravidão é a Europa, em oposição à Ásia que está registada como o continente em que este flagelo mais acontece<sup>185</sup>.

### Número de pessoas, a nível Global, em Escravidura Moderna

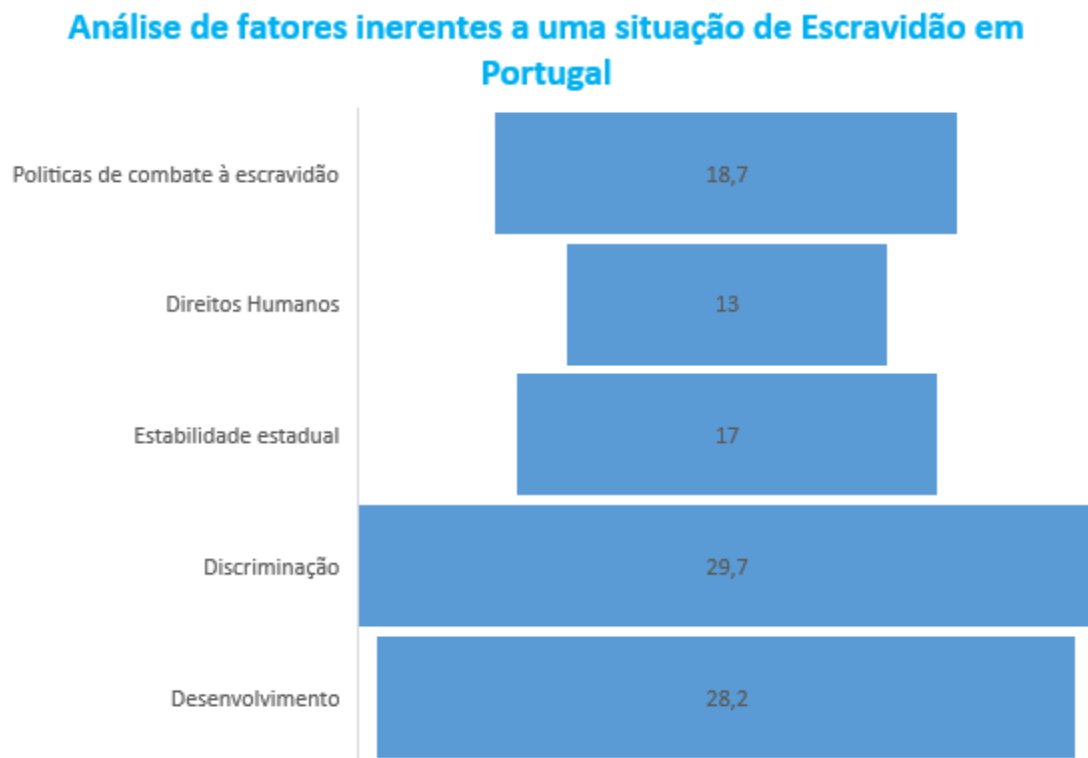


2 – Os 15 países com maiores números de pessoas numa situação de escravidão (avançado pelo “The Global Slavery Index”)

Os investigadores deste relatório criaram uma tabela para cada país com os resultados de análise de vários fatores. Dentro destes fatores, quanto maiores forem os valores de cada

<sup>185</sup> De acordo com a Walk Free Foundation o principal objetivo deste estudo seria “pressionar” os governos de todos os países para atenderem a estas questões. Referindo que “há a ideia de que a escravatura é um assunto do século passado. Ou que só existe em países que estão em guerra ou em situação de pobreza. Estas análises mostram que a escravatura moderna existe em todo o tipo de países”. Andrew Forrest acrescenta ainda que a erradicação deste fenómeno é “uma responsabilidade de todos”.

categoria, maiores serão os riscos de os habitantes de tal país se encontrarem numa situação de escravidão, eis o caso de Portugal:



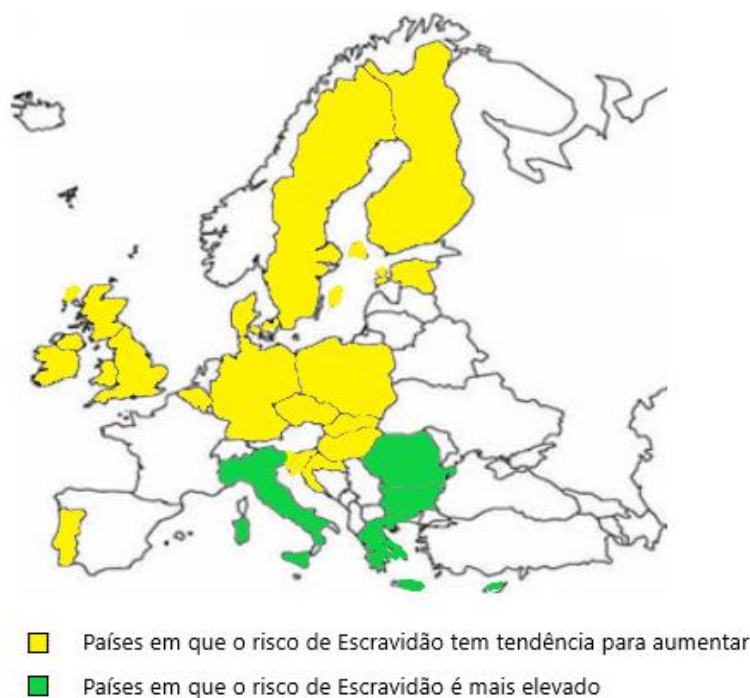
*3 – Percentagem em relação à restante população portuguesa.*

Assim, no caso Português, a eficácia da aplicação dos direitos humanos é o indicador melhor colocado (13%), seguindo-se do nível de estabilidade do Estado (17%) e do conjunto de políticas nacionais que visam combater a escravidão, já a discriminação é o pior indicador marcando uma percentagem de 29,7%.

## II – Índices de escravidão a nível Europeu

Na medida em que os riscos de escravidão moderna aumentaram quase três quartos nos 28 estados membros da UE, urge também analisar este crescimento no último ano (2017). Este trabalho foi, assim, desenvolvido pela consultora Verisk Maplecroft, que efetuou um estudo em que analisou 198 países, com base na força das suas leis, na eficácia da sua aplicação e na gravidade das suas violações.

## Índice de Escravidão Moderna na Europa



De acordo com esta edição do Índice de Escravidão Moderna (MSI), os cinco países onde houve um aumento do risco desta prática são a Roménia, a Grécia, a Itália, Chipre e a Bulgária (no mapa a verde). Porém, também em Portugal o risco do aumento da escravidão moderna é uma realidade, assim como no Reino Unido, na Alemanha, na Finlândia, na Suécia e na Polónia (no mapa a amarelo).

Deste estudo extraímos uma importante conclusão: tendo em conta os cinco países em que houve um significativo aumento desta prática, é bastante perceptível que os mesmos constituem ponto de entrada para os emigrantes em território europeu. Assim, Verisk Maplecroft refere que a presença de emigrantes vulneráveis nestes países de chegada é um dos principais fatores para a existência de um aumento da escravidão nos mesmos.

**III – A investigação do caso exposto no Acórdão 2731/04.7JAPRT** – *Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses*, nº5, Ensaios e Estudos, Maio de 2008 – “Escravidão e tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral”, página 127 e seguintes – <http://asficpi.pt/images/repositorio/RIC5.pdf>

A investigação deste caso foi levada a cabo, entre outros, pelo Inspetor da PJ Henrique Neves que a descreve detalhadamente na Revista de Investigação Criminal nº5, com o título “Escravidão e tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral – o

“fenómeno criminal” da exploração laboral de cidadãos nacionais em Espanha – Case study, reflexões e propostas (na óptica) de um investigador criminal”.

Inicialmente, houve um registo acentuado de denúncias relativas ao desaparecimento de cidadãos nacionais em circunstâncias desconhecidas. Posteriormente constatava-se que as vítimas tinham sido angariadas por indivíduos de etnia cigana para a prestação de trabalho, principalmente na atividade agrícola, em Espanha, sendo o seu regresso na maioria das vezes após episódios de fuga e sem qualquer remuneração pelo trabalho prestado.

Assim, passada a surpresa inicial, este investigador deparou-se com a ocorrência de um específico “fenómeno criminal” que se tratava da angariação ilegal (levada a cabo por cidadãos nacionais, de etnia cigana, estruturados em núcleos familiares – os chamados “clãs”) de cidadãos nacionais (que na maior parte das vezes manifestavam uma capacidade de autodeterminação diminuída – capacidade cognitiva diminuída –, e/ou demonstravam um determinado grau de vulnerabilidade de cariz psicológico/psíquico, físico, económico, isolamento familiar e/ou social, situações de alcoolismo, toxicodependência, etc.) com vista à obtenção de mão-de-obra gratuita e posterior sujeição dos mesmos a um regime em tudo semelhante à escravidão, auferindo os agentes com tais práticas considerável e ilegítima vantagem patrimonial.

Como métodos de investigação, e porque o caso assim o impunha, o referido inspetor e os seus colegas sentiram a necessidade de caracterização das especificidades inerentes ao cometimento deste tipo de infrações traduzidas nos seguintes vetores:

#### 1. Perfil da Vítima

- Cidadão nacional;
- Predominância de homens, considerando as características do trabalho a realizar;
- Predominância de solteiros, justificado pelo facto de apresentarem maior disponibilidade em deixar o país de origem e menor/nenhuma necessidade de contacto com familiares;
- Idade avançada;
- Oriundo de grupo social pobre;
- Desempregado;
- Baixíssimo nível de escolaridade e de qualificação profissional;
- Nunca escolhido em função de quaisquer aptidões/“skills” que possuam para a realização da tarefa laboral que, efetivamente, irão desempenhar;

- Desenraizado/desintegrado;
- Oriundo de família disfuncional;
- Desconhecedor da língua e território de destino;
- Capacidade de autodeterminação diminuída;
- Especial vulnerabilidade;
- Potencial re-vitimização.

De um modo genérico foram logo identificados neste caso os denominados “pull factors” (Europol, 2011), que são fatores que poderão contribuir para explicar a proliferação deste tipo de ocorrências, sendo estes, por exemplo, o desemprego, a pobreza, a inexistência de apoio social e o isolamento familiar vivenciado pelas vítimas no país de origem.

Assim, neste caso, a liberdade de decisão da vítima no momento de formação da decisão de aceitação da proposta de trabalho prevê-se extremamente condicionada, tendo em conta as condições de vulnerabilidade em que as mesmas se encontram e a necessidade de aceitação de tais propostas. Adicionalmente, estas vítimas são criteriosamente selecionadas, sendo possível identificar e isolar, em cada uma delas, características reveladores de fragilidade (fragilidade esta que advém de causa intrínsecas à própria pessoa, que se traduzem, de modo simplificado, numa diminuta capacidade de autodeterminação).

Para além disto, estão também presentes neste caso vários fatores externos que condicionam as vítimas a estas práticas. Está aqui em causa o facto de as vítimas deste crime se depararem com um ambiente estranho e distante das suas origens, desconhecerem a língua, verem-se privados de qualquer forma de contato e constrangidos na sua liberdade ambulatoria, rodeados de etnia cigana, despossosados de qualquer documentação pessoal e de qualquer remuneração salarial.

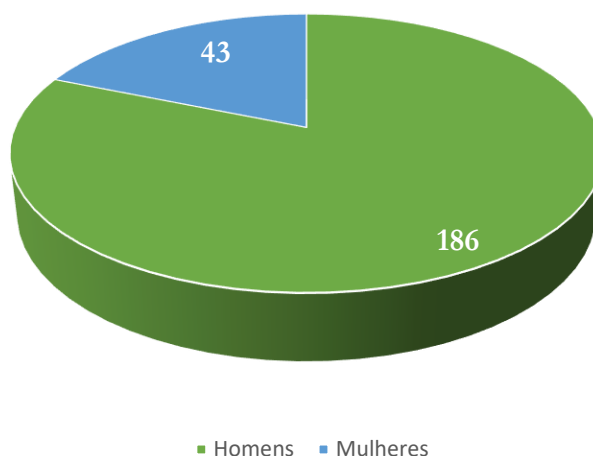
Assim, considerando todos estes elementos, estamos aqui perante uma prática delituosa que utiliza como modo subtil de coação a presença social intimidatória daquele tipo de “clã”, o medo omnipresente de represálias, sendo a distância e o isolamento elementos presentes e quotidianos.

Relativamente à origem geográfica das vítimas, é facilmente comprovável a existência de uma primazia de angariação nos bairros sociais e piscatórios das zonas urbanas/litoral norte/centro, bem como nas áreas rurais do interior norte. Já na cidade de Lisboa, algumas das vítimas eram angariadas essencialmente em albergues noturnos.



Já no que respeita à distribuição das vítimas por género, há uma predominância do trabalhador masculino (186 homens vs. 43 mulheres, sendo estas responsáveis maioritariamente pelos trabalhos domésticos), isto com base essencialmente no tipo de tarefa que era necessário desempenhar.

### Vítimas por género



## 2. Perfil do Traficante

- Etnia cigana (reunidos em “clãs” circunscritos a uma lógica familiar);
- Cidadão nacional;

- Homem;
- Casado;
- Baixíssimo nível de escolaridade;
- Pouco qualificado;
- Oriundo das zonas rurais do norte de Portugal;
- Domínio da língua e território de destino;
- Integrado socialmente no país de origem e de destino;
- Carácter reiterado/continuado da conduta;
- Condenado em Espanha por “delitos contra los derechos de los trabajadores”;
- Elevada mobilidade geográfica (titular de interesses em território nacional e em Espanha).

Este fenómeno criminal não advém da atividade isolada de alguns indivíduos, mas sim da atuação de inúmeras estruturas criminosas vocacionadas para a prática deste tipo de ilícitos. Estes agentes encontram-se, pois, agrupados em núcleos familiares de dimensão restrita (“clã”), que se relacionam profissionalmente e que partilham as mesmas ideias e estilo de organização, desenvolvendo a atividade de forma continuada e repetindo atos criminosos do mesmo tipo, não só no âmbito de tutela da ordem jurídica Portuguesa, mas também da Espanhola, dado o seu carácter organizado e âmbito transnacional.

Os agentes destes crimes são oriundos das zonas rurais do norte de Portugal e aí residentes, estando integrados socialmente quer no país de origem quer no país de destino. Assim, são conhecedores da realidade do local de destino por já se dedicarem àquelas práticas há vários anos, oferecendo mão-de-obra aos diversos empregadores Espanhóis, proprietários das “fincas”.

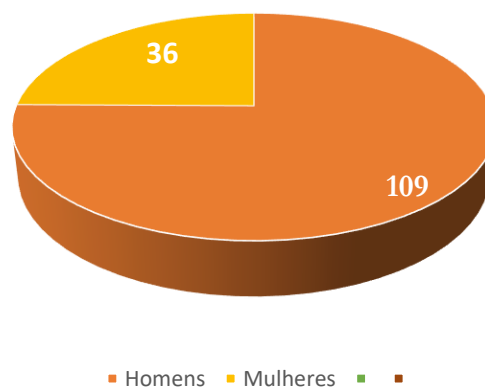


No que respeita à sua origem geográfica, os agentes eram, na sua maioria, oriundos dos distritos de Vila Real, Bragança e Guarda.



Quanto à distribuição dos agentes por género, existe uma predominância de elementos masculinos (109 homens vs. 36 mulheres, cabendo a estas essencialmente o papel de orientação e controlo das vítimas femininas na confeção das refeições e outras tarefas domésticas).

### Distribuição dos agentes por género



### 3. Modo de Atuação

#### 3.1. *Recrutamento*

O aliciamento dos ofendidos ocorria na maioria das vezes nos momentos que antecedem o início de cada campanha agrícola em Espanha e em função das necessidades de mão-de-obra, muitas das vezes previamente contratualizada com os patrões espanhóis. Nestes momentos, a vontade demonstrada pela vítima no momento da formação da decisão de emigração para Espanha é astuciosamente condicionada pelos agentes, face à promessa de determinado trabalho, a prestar em determinadas condições.

#### 3.2. *Transporte*

O transporte ocorre na maior parte das vezes sem comunicação a terceiros por parte da vítima. Em regra, durante a viagem ocorre uma paragem, ainda em território nacional, num local/residência de alguém de algum modo associado ao traficante.

A viagem até ao destino é habitualmente realizada em vias rápidas, abandonando o território nacional através das fronteiras de Bragança, Chaves ou Miranda do Douro.

#### 3.3. *Local de Destino*

- Condições de habitabilidade indignas;
- Confinamento a espaço(s);
- Vigilância/controlo permanente;
- Retenção da documentação;
- Trabalho de “sol a sol”;
- Retenção de salário;
- Proibição de contactos;
- Isolamento social;
- Sujeição a maus-tratos, coação e ameaça.

Este tipo de crime tem como destino privilegiado as províncias espanholas de Navarra, Alava, Saragoça, Lérida e Zamora, mas essencialmente a região vinhateira espanhola de La Rioja. Esta trata-se de uma região com apenas 5.000 km<sup>2</sup>, constituída por uma sucessão de colinas suaves onde se cultiva a vinha e onde se destacam as localidades de Logroño e Haro.



#### 3.4. *Regresso*

Foi possível reconhecer três vias no regresso da vítima a território nacional:

- Quando deixa de ser rentável (quando a vítima já não consegue produzir e acompanhar o ritmo de trabalho; nestes casos, em regra, é remetida ao território nacional por transporte ferroviário);
- Ausência/inexistência de trabalho e/ou finda a campanha agrícola (transportada pelo agente ou por transporte ferroviário);
- Episódios de fuga (em regra, após várias tentativas sem sucesso, culminando em perseguições e castigos corporais).

### 3.5. *Concretização do Modo de atuação*

- Após ser pessoalmente sondada, a vítima aceita livremente deslocar-se para Espanha, visando a prestação de trabalho na atividade agrícola;
- Para a aceitação daquela prestação laboral, são decisivas as condições propostas pelo traficante quando ainda em Portugal, envolvendo uma determinada remuneração, transporte, um horário de trabalho, descanso semanal e determinadas condições de vida;
- O transporte da vítima até ao local de prestação de trabalho (em Espanha) é assegurado pelo agente do crime;
- Uma vez em território Espanhol, e como contrapartida daquela prestação laboral, o agente fornece-lhe alimentação básica e alojamento (habitualmente, em imóvel degradado);
- O transporte da vítima (já em Espanha) de e para as “fincas” é assegurado pelo agente;
- A vítima é mantida em constante prestação de trabalho (obrigada a suportar aquela atividade), vendo-se desapossada da documentação pessoal, sob constante e apertada vigilância (consubstanciada em maus-tratos, ameaças e agressões, bem como na criação de um regime de intimidação), mantendo viva a esperança de, pelo menos, vir a ser devidamente remunerada;
- Contrariamente ao inicialmente proposto, a vítima é coagida a trabalhar em condições desumanas, de “sol a sol”, sete dias por semana;
- A vítima não recebe qualquer contrapartida, monetária ou outra, pela prestação laboral efetuada;
- Embora manifeste o desejo de regresso a território nacional, a vítima vê-se coagida a permanecer naquele país, trabalhando em condições desumanas perante as constantes ameaças e agressões de que é alvo;
- A situação de “cativeiro” apenas cessa, em regra, com a fuga das vítimas;
- Por receio de eventuais represálias, outras ocorrências não serão denunciadas por inúmeras vítimas.

#### 4. Investigação – Metodologia de obtenção da prova

A investigação deste tipo de redes criminosas, de carácter organizado e âmbito transnacional, acabou por obrigar, por imperativo legal, ao uso alargado dos competentes mecanismos de cooperação judiciária internacional. Assim, foi aqui decisiva a intervenção da Eurojust (que assumiu o papel de coordenação inter-judiciária no mapa das manifestações de criminalidade de carácter organizado e transnacional) e da Europol (que assumiu a mesma vocação no referente ao domínio da cooperação policial internacional), bem como das autoridades policiais espanholas (mediante a intervenção no domínio do “terreno/cenário/local criminis”).

Neste caso, o testemunho pessoal tornou-se o ponto de partida e núcleo central da prova. Posteriormente, e considerando o perfil das vítimas, tornou-se crucial a cimentação das declarações produzidas na fase de inquérito, através do mecanismo da tomada de declarações para memória futura, o que possibilita, em fase de julgamento, a sua valoração. De igual modo, tornou-se imperativa a realização de perícias às faculdades mentais das vítimas, com o objetivo de aferir uma eventual exploração de necessidade, anomalia psíquica, incapacidade, inépcia, inexperiência ou fraqueza de carácter.

Com recurso às interceções telefónicas foi possível demonstrar as ligações estabelecidas entre os agentes integrantes de cada “clã” e entre os diversos “clãs”, bem como o modo de colocação das vítimas em território espanhol. Considerando que foi neste território que muitos dos factos ocorreram, foi imperiosa a obtenção dos diversos elementos registrais oficiais relativos aos intervenientes, mediante o cumprimento de cartas rogatórias graças aos mecanismos de cooperação internacional. O conjunto de informações entretanto agrupado permitiu, por um lado, demonstrar que os agentes eram comprovadamente titulares de interesses em Espanha e, por outro, o reforço dos elementos probatórios até então existentes.

Já numa segunda fase, com recurso aos mecanismos de cooperação internacional, foi possível o cumprimento de mandados de busca (domiciliárias e de viaturas) e de mandados de detenção que visam os agentes de tais crimes. Como consequência destas diligências foi possível, desde logo, o registo fotográfico dos espaços físicos destinados a albergar os trabalhadores, reveladores das condições indignas em que as vítimas deste tipo de crime se encontram. Para além disto, procedeu-se à apreensão da totalidade dos instrumentos e do produto dos crimes (ex: saldos das contas bancárias, veículos automóveis, etc.).

Foi também dada especial relevância ao facto de a atividade delituosa desenvolvida por estes “clãs” ter proporcionado uma elevada vantagem patrimonial aos agentes deste crime. O exercício dessa atividade representava a sua principal forma de subsistência, permitindo-lhes um estilo de vida e a aquisição de bens incompatíveis com os reduzidos rendimentos declarados para efeitos fiscais. O que se comprovou através dos saldos bancários e da análise da documentação fiscal, bancária e registral coligida, a qual foi submetida a uma série de perícias financeiras.

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Do Estágio.....</b>	<b>13</b>
 <b>CAPÍTULO I – Enquadramento do Crime de Escravidão.....</b>	 <b>17</b>
1. Enquadramento histórico.....	18
2. Traços caracterizadores do crime de escravidão.....	20
2.1. Bem Jurídico.....	21
2.2. Tipo Objetivo.....	22
2.3. Tipo Subjetivo.....	24
2.4. Causas de justificação e causas de exclusão da culpa.....	25
3. Escravidão laboral.....	27
3.1. Servidão para exploração do trabalho.....	30
3.2. Retenção dos documentos de identificação.....	32
4. Escravidão sexual.....	33
 <b>CAPÍTULO II – Aplicação da Lei Penal no Espaço no Crime de Escravidão.....</b>	 <b>35</b>
1. Da aplicação da lei penal no espaço no acórdão em análise.....	35
2. A aplicação da lei penal no espaço e os empregadores espanhóis.....	38
3. Cooperação judiciária internacional em matéria penal.....	41
3.1. Mandado de detenção europeu.....	41
3.2. Transferência de pessoas condenadas.....	45
 <b>CAPÍTULO III – A Relação do Crime de Escravidão com outros Tipos de Crimes.....</b>	 <b>47</b>
1. A fronteira entre o crime de escravidão e os crimes de maus-tratos, burla relativa a trabalho e tráfico de pessoas.....	47
1.1. Do crime de maus-tratos.....	47
1.2. Da burla relativa a trabalho.....	50
1.3. Do tráfico de pessoas.....	54
2. Concurso de crimes.....	59
2.1. A unidade e pluralidade de infrações.....	60
2.2. As modalidades do concurso de crimes.....	61
2.2.1. Concurso efetivo de crimes.....	61
2.2.2. Concurso aparente de crimes.....	62
2.3. O crime de escravidão e o concurso de crimes.....	66
2.3.1. Concurso entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas.....	66
2.3.2. Concurso entre o crime de escravidão e o crime de burla relativa a trabalho.....	69

3. O acórdão nº 2731/04.7JAPRT.....	73
<b>CAPÍTULO IV – Responsabilidade Criminal dos Utilizadores dos Serviços de Escravidão.....</b>	<b>76</b>
1. A Punição dos Empregadores Espanhóis.....	76
1.1. A Problemática do “Conhecimento” da Situação de Exploração.....	77
Conclusão.....	83
Bibliografia.....	85
Jurisprudência.....	89
ANEXOS.....	91
I – Índices de Escravidão a nível Mundial.....	92
II – Índices de Escravidão a nível Europeu.....	95
III – A investigação do caso exposto no acórdão 2731/04.7JAPRT.....	96



## ERRATA

Errata referente ao Relatório de Estágio intitulado “*Relatório de Estágio Curricular na Instância Central Criminal do Porto*”, realizado por Maria Miguel Costa Rebelo.

Esta errata advém de um lapso meu que ao alterar o ponto 2.3.2. do Capítulo III me esqueci de fazer a mesma alteração no ponto 3 do mesmo Capítulo. Efetivamente, a temática do concurso entre a Burla Relativa a Trabalho e o crime de Escravidão foi uma questão que muito me deu que pensar e em que me surgiram várias dúvidas. Assim, apesar de num momento inicial ter tendido para a existência de um concurso aparente entre estes dois tipos de crime, durante o desenvolvimento deste trabalho acabei por chegar a uma conclusão de incompatibilidade entre aqueles dois tipos de crimes, solução que me pareceu mais acertada. Daí a elaboração da seguinte errata:

Páginas 71 (linhas 30 a 33) e 72 (linhas 1 a 24):

<b><i>Onde se lê:</i></b>	<b><i>Deve ler-se:</i></b>
<i>“Assim, em termos de concurso, de forma geral, os arguidos deveriam ser punidos pelo crime de escravidão, nos termos da alínea a) do artigo 159º do CP, em concurso aparente com os crimes de tráfico de pessoas (artigo 160º do CP), burla relativa a trabalho (artigo 222º do CP), maus-tratos (artigo 152º-A do CP), ameaça (artigo 153º do CP), sequestro (artigo 158º do CP) e coação (artigo 154º do CP). No entanto, resulta da decisão proferida neste acórdão a punição simplesmente pelo crime de escravidão em concurso aparente com os crimes de sequestro e de coação, isto porque apenas estes crimes resultam da acusação e, como tal, apenas por estes poderiam os arguidos ser punidos. Resulta daqui um manifesto lapso do MP ao não ter acusado os arguidos, pelo menos, pelos crimes de burla relativa a trabalho, tráfico de pessoas e maus-tratos, já que as suas condutas integram totalmente todos estes tipos legais de crime, como já foi anteriormente verificado”.</i>	<i>“Assim, em termos de concurso, de forma geral, os arguidos deveriam ser punidos pelo crime de escravidão, nos termos da alínea a) do artigo 159º do CP, em concurso aparente com os crimes de tráfico de pessoas (artigo 160º do CP), maus-tratos (artigo 152º-A do CP), ameaça (artigo 153º do CP), sequestro (artigo 158º do CP) e coação (artigo 154º do CP). No entanto, resulta da decisão proferida neste acórdão a punição simplesmente pelo crime de escravidão em concurso aparente com os crimes de sequestro e de coação, isto porque apenas estes crimes resultam da acusação e, como tal, apenas por estes poderiam os arguidos ser punidos. Resulta daqui um manifesto lapso do MP ao não ter acusado os arguidos, pelo menos, pelos crimes de tráfico de pessoas e maus-tratos, já que as suas condutas integram totalmente todos estes tipos legais de crime, como já foi anteriormente verificado”.</i>
<i>“Estamos, pois, perante um concurso aparente quer entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas, quer entre aquele e o de burla relativa a trabalho. Relativamente ao crime de tráfico de pessoas, este é claramente um crime-meio relativamente ao crime de escravidão (crime-fim), já que é através do aliciamento das vítimas</i>	<i>“Estamos, pois, perante um concurso aparente entre o crime de escravidão e o crime de tráfico de pessoas, na medida em que este é claramente um crime-meio relativamente ao crime de escravidão (crime-fim). Com efeito, é através do aliciamento das vítimas (com vista à sua posterior exploração) que os agentes conseguem fazer valer os seus</i>

*(com vista à sua posterior exploração) que os agentes conseguem fazer valer os seus intentos de as submeter a uma situação de escravidão. Enquanto que entre estes dois crimes o bem jurídico violado é o mesmo, já o crime de burla relativa a trabalho tutela um bem jurídico diverso. No entanto, sigo aqui o entendimento de FIGUEIREDO DIAS de acordo com o qual, o que é relevante não é a quantidade de bens jurídicos violados, é sim a quantidade de sentidos de ilicitude demonstrados. Ora, neste caso, apenas consigo descortinar um sentido de ilicitude e, assim sendo, também o crime de burla relativa a trabalho se encontrará numa situação de concurso aparente relativamente ao crime de escravidão. Assim, o crime de burla relativa a trabalho está em concurso aparente com o crime de tráfico de pessoas (uma vez que neste acórdão após o aliciamento existe sempre uma situação de exploração), bem como com o crime de escravidão (já que é com o aliciamento de promessa de trabalho com vista à obtenção de enriquecimento ilegítimo que os agentes do crime conseguem posteriormente submeter as vítimas a uma situação de escravidão)”.*

intentos de as submeter a uma situação de escravidão. Também o crime de maus-tratos se consubstancia numa forma de manter as vítimas naquela situação, devendo igualmente ser considerado em termos de concurso aparente com o crime de escravidão.

Porém, diferente situação se passa relativamente ao crime de burla relativa a trabalho. Apesar de o mesmo também não ter sido considerado na acusação, e consequentemente, no acórdão em causa, penso que tal abstenção tem aqui razão de ser. Como já foi demonstrado, esta questão tem tido respostas bastante diversas a nível jurisprudencial (enquanto que uma parte da jurisprudência tem considerado existir aqui um concurso efetivo de crimes, uma outra vertente tem vindo a aplicar o concurso aparente). No entanto, na minha perspetiva, entre o crime de escravidão e o crime de burla relativa a trabalho não existirá nem concurso aparente nem concurso efetivo, mas antes uma relação de incompatibilidade, uma vez que a verificação do crime de escravidão exclui automaticamente a aplicação do crime de burla relativa a trabalho. Na verdade, havendo um aliciamento com uma proposta de trabalho para uma posterior submissão a uma situação de exploração, estaremos perante um crime de tráfico de pessoas e não de burla relativa a trabalho. Daí que a solução de não abranger este crime neste Acórdão me parece a mais correta”.

Adicionalmente, dei-me conta da ocorrência de alguns erros, cuja retificação se segue:

Página 52 (linhas 14, 15 e 16):

<b>Onde se lê:</b>	<b>Deve ler-se:</b>
<i>“Apesar de no Acórdão analisado neste relatório (Ac. Nº2731/04.7JAPRT) nada ser referido relativamente ao crime de burla relativa a trabalho, este é um crime que está plenamente presente por se verem verificados todos os seus elementos típicos”.</i>	<i>“Apesar de no Acórdão analisado neste relatório (Ac. Nº2731/04.7JAPRT) nada ser referido relativamente ao crime de burla relativa a trabalho, este é um crime que poderá estar presente por se verem verificados os seus elementos típicos”.</i>

Página 67 (linhas 19 e 20):

Onde se lê:	Deve ler-se:
<i>“Naturalmente que não se colocará aqui o problema da moldura penal que será, obviamente, mais alta”.</i>	<i>“Naturalmente que não se colocará aqui o problema da moldura penal, que deverá ir buscar-se somente à norma dominante”.</i>